

V Reunião Bilateral
BRASIL - PERU
dos Organismos de Aplicação
do Acordo sobre Transporte
Internacional Terrestre - ATIT



RIO BRANCO - AC - BRASIL
21 E 22 DE AGOSTO DE 2008

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ATA DA REUNIÃO

Realizou-se entre os dias 20 a 22 de agosto de 2008, na cidade de Rio Branco - AC, República Federativa do Brasil, nas dependências do Hotel Inácio Palace, a V Reunião Bilateral Brasil / Peru dos Organismos Nacionais Competentes de Aplicação do Acordo sobre Transporte Internacional Terrestre – ATIT, para tratar dos aspectos técnicos e operacionais do transporte rodoviário de passageiros e carga entre os dois países.

A Reunião teve início com um encontro entre as Delegações do Brasil e do Peru, nas cidades fronteiriças de Assis Brasil (BR) – Iñapari (PE.), conforme estabelecido na IV Reunião, cujos entendimentos constam do item específico da presente Ata.

O Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, Sr. Noboru Ofugí, na condição de Chefe da Delegação Brasileira, procedeu a abertura da reunião dando as boas vindas à Delegação Peruana, observadores e convidados especiais, desejando que os trabalhos sejam produtivos e que se desenvolvam em clima de cordialidade, como costuma ocorrer em todas as reuniões, de forma a facilitar a desobstrução dos entraves existentes e a estimular as trocas comerciais entre ambos os países.

Em seguida, o Assessor do Diretor Geral de Transporte Terrestre – MTC, Sr. Jesús Jose Tapia Tarrillo, Chefe da Delegação Peruana, agradeceu as palavras do Chefe da Delegação Brasileira, ressaltou a importância desta reunião para o intercâmbio econômico e comercial entre ambos os países.

Fez uso da palavra, também, o Secretário de Turismo, Esporte e Lazer do Estado do Acre, Sr. Cassiano Marques de Oliveira que ressaltou a importância do encontro para o Estado do Acre.

A composição das Delegações Brasileira e Peruana consta do **Anexo I** da presente Ata.

O **Temário** para a reunião acordado entre as Delegações está apresentado no **Anexo II**.



ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

1. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

1.1. Evolução do cumprimento dos acordos adotados na IV Reunião Bilateral.

As Delegações manifestaram que não houve indicação de empresas para operação das linhas acordadas. Consta do **Anexo III**, a relação das linhas acordadas entre os dois países, atualizada com alterações decididas na presente reunião.

1.2. Embarque e desembarque de passageiros nos países de trânsito signatários do ATIT.

A Delegação Brasileira expressou que o assunto é complexo e depende de negociações com os outros países signatários do ATIT sugerindo que o assunto pode ser objeto de entendimentos por ocasião da realização da reunião do SGT-5 Transportes a se realizar nos dias 29 a 31 de outubro, próximos, na cidade de Maceió, estado de Alagoas no Brasil.

As Delegações acordaram tratar do tema em reuniões multilaterais e decidiram suspender temporariamente os procedimentos para operacionalização da linha Rio de Janeiro - Lima.

1.3 Estabelecimento do serviço de transporte terrestre regular de passageiros, Rio Branco - Puerto Maldonado.

A Delegação Brasileira informou que, no caso do Brasil, a seleção da empresa só pode ser outorgada pelo poder concedente, sob regime de permissão, mediante licitação. Assim, até que seja concluído o processo licitatório, no Brasil, a citada linha poderá ser operada somente por empresa peruana de acordo com a sua legislação.

As Delegações acordaram que inicialmente a linha será operada com 6 frequências semanais por sentido, com seccionamento de: Rio Branco (BR), Capixaba (BR), Xapuri (BR), Epitaciolândia (BR), Brasília (BR) e Assis Brasil para: Iñapari (PE), Ibéria (PE), Mavila (PE), Alegria (PE), Planchon (PE) e Puerto Maldonado (PE). Estabeleceram ainda, que a citada linha deverá ser operada com veículo do tipo convencional com sanitário e ar condicionado.

1.4 Estabelecimento do serviço Lima – Ica – Abancay – Cuzco - Puerto Maldonado – Iñapari / Assis Brasil - Rio Branco – Porto – Velho – Cuiabá - São Paulo.

As Delegações acordaram o estabelecimento linha Lima – São Paulo, pelo ponto fronteiro de Assis Brasil / Iñapari, inicialmente com frequência de 2 horários semanais por sentido, com seccionamento de: São Paulo (BR), Campo Grande (BR),

f



ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Cuiabá (BR), Porto Velho (BR) e Rio Branco (BR) para: Puerto Maldonado (PE), Cuzco (PE), Abancay (PE), Ica (PE) e Lima (PE).

A Delegação Brasileira apresentou as rodovias, trechos, extensões e tipo de pavimento, em território brasileiro, conforme quadro abaixo;

Trecho	Rodovia	Extensão km	Tipo de Rodovia
Assis Brasil a Rio Branco	BR-317	378,20	Asfalto
Rio Branco a Porto Velho	BR-364	494,50	Asfalto
Porto Velho a Cuiabá	BR-364/BR-174/BR-070	1.472,30	Asfalto
Cuiabá a Campo Grande	BR-070/BR-364/BR-163	701,40	Asfalto
Campo Grande a São Paulo	BR-262/SP-0300/SP-147/ SP -141 /SP-280 SP-015	977,11	Asfalto
Total:		4.023,51	

A Delegação Peruana se comprometeu, no prazo de 30 dias, a enviar as informações referentes às rodovias, trechos, extensões e tipo de pavimento, em território peruano.

1.5 Características dos Ônibus

As Delegações acordaram comunicar, via fax, no prazo de 30 dias as características mínimas dos ônibus a serem utilizados considerando a manifestação peruana contida na Ata da IV Reunião Bilateral e as disposições contidas na Resolução nº 19/02 apresentada no **Anexo IV**.

1.6 Viagem Ocasional em Circuito Fechado

As Delegações informaram que os serviços de viagens ocasionais em circuito fechado serão autorizados de acordo com as disposições contidas no Apêndice 4 do ATIT. Os ônibus destinados à prestação destes serviços devem contar com mais de 20 assentos, com corredor central, compartimento para bagagens conforme as distâncias e características específicas estabelecidas na regulamentação de cada país para o transporte de passageiros.

As Delegações acordaram que a verificação da autorização será efetuado no caso do Brasil por meio eletrônico acessando o endereço da ANTT na internet www.antt.gov.br e no caso do Peru mediante o envio de cópia da autorização por endereço eletrônico institucional registrado na presente Ata

1.7 Tarifas – troca de Informações sobre as Tarifas Praticadas em Território de cada País.

A Delegação Brasileira informou que no Brasil a tarifa é regulada.

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

A Delegação Peruana informou que em seu país a tarifa é calculada com base na oferta e demanda, de livre concorrência.

As Delegações acordaram em trocar correspondências sobre as normas para estabelecimento das tarifas em cada país, no prazo de 60 dias.

1.8 Transporte de Encomendas em Ônibus de Linha Regular

A Delegação Peruana solicitou que seja autorizada a utilização de semi-reboque atrelado aos ônibus de linha regular para o transporte de encomendas.

A Delegação brasileira solicitou prazo para a decisão sobre o assunto vez que está em andamento à implantação da Resolução 28/05 do MERCOSUL para o transporte de encomendas em ônibus de linha regular, dependendo de internalização em alguns países e da definição dos procedimentos aduaneiros, que consta do **Anexo V** da presente Ata.

2. TRANSPORTE DE CARGA

2.1 Cooperação e integração entre os transportadores do Peru e do Brasil

Em cumprimento ao acordado na última Reunião Bilateral dos Organismos de Aplicação do ATIT, realizada em Lima (PE), efetuou-se um encontro entre os transportadores de ambos os países, cujos resultados constam do **Anexo VI**:

2.2 Aspectos Operacionais do Transporte de Carga

As Delegações entregaram a relação atualizada das empresas brasileiras e peruanas habilitadas ao tráfego internacional, entre os dois países, conforme consta do **Anexo VII**, e se comprometeram, no prazo máximo de 30 dias, encaminhar por meio eletrônico as bases de dados detalhadas, contendo empresas e relação da frota habilitada, com o objetivo de verificar eventuais divergências.

A Delegação Brasileira solicitou que as licenças complementares sejam emitidas com o mesmo prazo de vigência da licença originária.

A Delegação Peruana se comprometeu a adotar esse procedimento e efetuar revisão das licenças complementares das empresas brasileiras emitidas com prazo de vigência indeterminado.

As Delegações acordaram em estender o prazo de 60 para 120 dias, (art. 24 do ATIT), para apresentação da solicitação da licença complementar no país de destino.



ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

A Delegação Brasileira informou que passou a adotar como procedimento para modificação da frota e para permissões de viagens ocasionais por meio eletrônico não sendo necessária a assinatura da autoridade competente. Informou ainda que a certificação decorre do encaminhamento por endereço institucional que são: sulog@antt.gov.br e geroc@antt.gov.br.

A Delegação Peruana concordou com o procedimento adotado e informou que seus endereços eletrônicos são icornejo@mtc.gob.pe , moriz@mtc.gob.pe e ivalera@mtc.gob.pe .

2.3 Sistema de Cupos

Tendo em vista os avanços alcançados no âmbito do transporte rodoviário internacional de carga entre os países signatários do ATIT, com a eliminação de barreiras e entraves burocráticos que afetam o transporte, ambas Delegações acordaram em aumentar a capacidade dos cupos por bandeira para 30 mil toneladas.

2.4 Transporte Próprio

Na última Reunião Bilateral realizada em Lima, em julho de 2006, a Delegação Brasileira apresentou uma proposta para implementar um regime de transporte de carga própria em cumprimento ao Artigo 19º do ATIT.

A Delegação Peruana informou que o assunto está sendo tratado no âmbito da Comissão do art. 16 do ATIT e sugere aguardar uma posição final sobre tema.

2.5 Transporte de Produtos Perigosos

Conforme acordado na Ata da última reunião a Delegação Peruana fez entrega de cópia do Decreto Supremo nº 021-2008-MTC, que aprova o Regulamento Nacional de Transporte Terrestre de Materiais e Resíduos Perigosos, conforme consta do **Anexo VIII**, e solicitou que fosse informado das normas internas do Brasil.

O Brasil se comprometeu em encaminhar as citadas normas no prazo máximo de 30 dias.

3. OUTROS ASSUNTOS

3.1 Aspectos de Seguros

Ambas Delegações analisaram o seguro internacional estabelecido no Anexo III do ATIT que garante cobertura aos passageiros transportados e aos terceiros não



ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

transportados pelos danos sofridos, desde que comprovada a responsabilidade do veículo segurado e que não contemplam os tripulantes. Assim, concluíram que para estes últimos as empresas devem contratar, à parte, o seguro de Acidentes Pessoais.

3.2 Documentos de Porte Obrigatório

Passageiros:

As Delegações apresentaram a relação de documentos de porte obrigatório que consta do **Anexo IX**.

Carga:

As Delegações informaram que os documentos de porte obrigatório são:

- MIC/DTA
- CRT – Conhecimento Internacional de Carga
- Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil – Danos a terceiros e Danos a Carga
- CITV – Certificado de Inspeção Técnica Veicular

3.3 Cumprimento da Legislação Interna de cada País

A Delegação Brasileira fez entrega de cópia da Resolução nº 216, de 14 de dezembro de 2006 (CONTRAN), que fixa exigências sobre condições de segurança e visibilidade dos condutores em pára-brisa em veículos automotores, para fins de circulação nas vias públicas e solicitou à Delegação Peruana que divulgue junto às suas operadoras. Citada Resolução consta do **Anexo X**.

3.4 Controles Fronteiriços

No encontro realizado entre as Delegações, ocorrido nas cidades fronteiriças de Assis Brasil (BR) e Iñapari (PE), ficaram acordados os seguintes procedimentos:

- **Aspectos Aduaneiros**

As Delegações informaram que os documentos exigidos para fiscalização do transporte internacional terrestre de carga são o Manifesto Internacional de Carga/Declaração de Trânsito Aduaneiro (MIC/DTA) e a Carta de Porte Internacional.

Quanto ao ingresso de mercadorias estrangeiras em seus territórios, serão obedecidas as legislações nacionais aplicáveis.

A Delegação Peruana informou que, quanto aos procedimentos aplicáveis, o condutor do veículo deve apresentar-se ante a autoridade aduaneira, entregando os documentos mencionados. O Oficial de Aduanas verifica a habilitação do veículo no



ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

sistema informatizado e, a depender do caso, no endereço eletrônico fornecido pela Delegação Brasileira. Estando habilitado o veículo, o Oficial verifica se a operação se trata de ingresso de mercadorias com nacionalização na aduana de ingresso ou Trânsito Aduaneiro Internacional com nacionalização de mercadorias em outra Aduana de destino. No caso de tratar-se de nacionalização de mercadorias em aduana de ingresso, o Oficial registra o manifesto, assina e carimba, autorizando o ingresso. Em se tratando de Trânsito Aduaneiro Internacional, o Oficial registra o trânsito, constituindo-se a aduana de ingresso como "Aduana de Passagem", indicando rota e prazo de chegada à "Aduana de Destino", assina e carimba a Declaração de Trânsito Aduaneiro e autoriza o ingresso. Em ambos os casos, o Oficial de Aduanas verifica a condição exterior da carga e, não estando em conformidade com o declarado nos documentos, adota as ações de segurança respectivas determinadas no Anexo I do ATIT (Aspectos Aduaneiros) e, de forma suplementar, o determinado em norma nacional peruana. Informou, ainda, que o atendimento na fronteira Assis Brasil-Iñapari para o ingresso de mercadorias e veículos é feito 24 horas por dia, todos os dias do ano.

A Delegação Brasileira informou que o horário de atendimento do posto de controle fronteiro de Assis Brasil, estende-se, atualmente, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00.

- **Aspectos Migratórios**

As Delegações informaram que os documentos exigidos para ingressar como turistas ou para negócios são o passaporte ou a cédula de identidade, além do cartão de entrada/saída devidamente preenchido.

Quanto aos procedimentos aplicáveis, as Delegações informaram que a Autoridade Migratória verificará a validade e a autenticidade da documentação apresentada.

As Delegações acordaram alterar os horários de atendimento naquela fronteira, passando o posto de controle de Iñapari a funcionar entre 07:30 e 19:30, com pausa para almoço de 11:30 a 13:30. O posto de controle de Assis Brasil passará a funcionar entre 08:30 e 20:30, com pausa para almoço de 12:30 a 14:30. Acordaram, ademais, que, em caso de ônibus de turismo fora do horário estabelecido, as autoridades competentes deverão ser comunicadas pelo transportador com antecedência mínima de 24h. No Brasil, por meio dos telefones da Delegacia de Polícia de Imigração (68) 3223-8416 e (68) 3224-6897 ou do e-mail jelemig.srac@dpf.gov.br. A Delegação do Peru informará, no menor prazo possível, os telefones e endereços eletrônicos para contato.

4

Quanto à necessidade de apresentação do certificado internacional de vacina contra febre amarela, a Delegação do Brasil esclareceu às autoridades peruanas que, desde 2007, não mais exige dos nacionais peruanos a apresentação desse certificado. Saliou, ademais, que, tendo em mente a saúde do ingressante, recomenda que se vacine, gratuitamente, no posto de saúde de Assis Brasil.

R

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

- - **Carteira de Tripulante Terrestre**

A Delegação Brasileira, considerando que a Carteira de Tripulante Terrestre disposta no art. 2, do Anexo II (Aspectos Migratórios) do ATIT, não substitui os documentos obrigatórios previsto nas respectivas Leis Migratórias vigentes nos países signatários e que a utilização da mesma, além de ser mais um entrave burocrático e não estar sendo aplicada nos demais países solicitou que não seja exigida como documento de porte obrigatório.

A Delegação Peruana se comprometeu em informar sua posição final por ocasião da V Reunião do GT Brasil – Peru sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço, que se realizará, nos dias 29 e 30 de setembro e 1º de outubro de 2008, em Lima.

- **Aspectos Sanitários**

A Delegação do Peru informou que os requisitos fitossanitários exigíveis para a importação de produtos e subprodutos procedentes do Brasil estão contidos nas diferentes categorias de risco (0-1-2-3-4-5).

Informou, ademais, que a implementação dos tratamentos está estabelecida no regulamento de quarentena vegetal, para os casos de detecção de pragas que contam com tratamentos aprovados ou não são pragas quarentenais.

Quanto aos procedimentos para as inspeções nos postos de controle quarentenário externo em processo de harmonização com as autoridades homólogas da República Federativa do Brasil, a Delegação peruana informou que está regularizando, num arquivo reduzido, o que compete àquele país, além de requisitos fitossanitários e categorias de risco.

Em relação ao horário de atenção para realizar as inspeções de cargas agrícolas, controle de passageiros e revisão de veículos sem carga agrícola, a Delegação do Peru informou que a recepção de documentos é feita de 07:30 a 16.00. As solicitações de inspeção podem ser feitas até 16:30. O controle de passageiros e a revisão de veículos sem carga agrícola poderá ser feito até 19:30 (horário em que a fronteira é fechada).

A Delegação Brasileira comprometeu-se a informar, no mais breve prazo possível, os procedimentos adotados.

3.5 **Bitributação**

A Delegação do Peru informou que a Convenção entre Brasil e Peru para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com relação ao Imposto sobre a Renda foi ratificada pelo Congresso peruano, conforme Decreto Supremo 019-2008-RE constante do **Anexo XI**. A Delegação do Brasil informou que a referida

f

R

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Convenção já foi aprovada pelas comissões internas do Congresso brasileiro e aguarda votação em plenário.

3.6 Inspeção Técnica Veicular

A Delegação Brasileira solicitou que fosse encaminhado as normas internas para obtenção do Certificado de Inspeção Técnica Veicular – CITV, correspondente ao Certificado de Operatividade e o respectivo modelo, com a finalidade de facilitar a fiscalização por parte das Autoridades Brasileiras.

A Delegação Peruana se comprometeu em encaminhar em até 30 dias a respectiva documentação.

3.7 Pendências de Reuniões Anteriores

As Delegações acordaram em realizar um levantamento (inventário) dos entendimentos acordados nas reuniões bilaterais, com a finalidade de verificar a existência de pendências e dar cumprimento ao acordado. Tais pendências serão objeto de discussão na VI Reunião Bilateral.

3.8 Procedimentos na fronteira para o trânsito de veículo particular

A Delegação Brasileira solicitou informações sobre os procedimentos para trânsito de veículo na fronteira, conduzido por terceiro.

A Delegação Peruana informou a necessidade da autorização notarial do proprietário do veículo, que poderá ser feita por meio do Consulado-Geral do Peru em Rio Branco.

3.9 Representante Legal

As Delegações informaram que o representante legal de uma empresa de transporte no outro país pode ser pessoa física ou jurídica.

3.10 Reparação de Veículos no outro País e Controle de contrabando e Descaminho

As Delegações acordaram tratar destes temas na próxima reunião bilateral.

As Delegações consideraram esgotado o temário proposto para a presente Reunião Bilateral, dando-a por concluída e acordaram realizar a próxima reunião em local a ser definido pela Delegação Peruana, no primeiro semestre de 2009.

f

R

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

O Chefe da Delegação Peruana agradeceu ao Chefe da Delegação Brasileira a atenção dispensada durante o encontro bem como a cordialidade e respeito ocorridos durante a reunião.

A presente Ata é firmada em duas vias de igual teor sendo uma via para cada Delegação.



Pela Delegação Brasileira

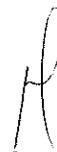


Pela Delegação Peruana

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO I
Lista de Participantes



ANEXO I – Lista de Participantes DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Chefe da Delegação:

Noboru Ofugi

Diretor – ANTT

Delegados:

Cassiano Marques de Oliveira

Secretário de Estado – SETUL/AC

José Glauco Apoliano Andrade Dias

Superintendente – ANTT

Aury de Mello Teixeira

Superintendente – ANTT

Wilbert Junquilha

Gerente – ANTT

Paula Denize de Pina Picquet

Gerente – ANTT

Marcos Antônio L. Neves

Assessor – ANTT

Silvana Lucia Castro Barros

Analista – ANTT

Leonardo Abrantes de Sousa

Secretário - DAM III / MRE

Elmar Fernandes Nascimento

Delegado – SRF

Sérgio Amaral

Chefe de Fiscalização Aduaneira - SRF

Marcelo Paiva dos Santos

Chefe de Gabinete do Diretor-Geral DPRF

Coraci Ricardo F. Vieira

Chefe da Divisão de Fiscalização de Trânsito
DPRF

Dário Marcio Sá Leitão

Delegado - Polícia Federal

Carlos Henrique de A. Lima

Assessor – SETUL/AC

Leonardo Ferreira Lima Filho

Técnico em Relações Internacionais –
SEPLAN/AC

Observadores:

Sônia Rotondo

Assessora – NTC

José Carlos de Almeida

Consultor - FENASEG

Márcio Tadeu da Silva

Representante – ABC Cargas

Antônio Guedes

ABC/Cargas

Roxana La Torre Ruiz

Representante Legal – BONANÇA

Emerson Araújo Hammes

Gerente – Expresso Araçatuba

+



ANEXO I – Lista de Participantes DELEGAÇÃO DA REPÚBLICA DO PERU

Chefe da Delegação:

Jesús Jose Tapia Tarrillo Assessor do Diretor Geral de Transporte Terrestre
– MTC.

Delegados:

Lanzeth Ludeña Cónsul-Geral – MRE/Peru
Luciano Alyarado Medramo Especialista – SUNAT/ADUANAS
Jorge Frisancho Oblitas Intendente – SUNAT/ADUANAS
Jose Arenas Alvarado Chefe Oficial – SUNAT/ADUANAS
Yovan Pérez Velcamiche Chefe Departamento Técnico - SUNAT/ADUANAS
Ricardo Luna Paredes Diretor – MTC Região de Madre de Dios
Samuel Pastor Velasquez Diretor de Circulação Terrestre- MTC Região de
Madre de Dios

Observadores:

Antonio Vásquez Solís M. Gerente - COTRAP
Rimber Ybarrena Jara Presidente – UNT - CUZCO
Jorge Vargas Cárdenas Vice-Presidente – UNT - CUZCO
Luis Marcos Bernal Gerente-Geral – UNT - PERU
Melecio Larico Quispe Gerente-Geral – UNT - PUNO
Lucio Huanca Condori Transportista – UNT - PUNO
Rubela Sanca de Surco Presidente – ATRAVIMÉ – UNT - PUNO
Milko Corimaya Apaza Secretário – ATRAVIMÉ – UNT - PUNO
Felipe Díaz Marín ANATEC
Eduardo Azama Kiyán Diretor de Relações Públicas - ANATEC
Joaquín Ormeño Cabrera Gerente - Geral – Expreso Int. Ormeño S.A.
Julio César Ortiz Huerta Assessor - Expreso Int. Ormeño S.A.
Luis Rios y Almeida Assessor - Expreso Int. Ormeño S.A.
José Antonio Feijoo Mendo Gerente-Geral – MICHEBUS SAC
Domingos V. Moreno Operador
Enrique Green Zevallos Gerente – Transportes Green
Lenin Lazo Quiroga Gerente-Geral – Ass. Nacional Transporte de Carga

f

H

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO II
Temário



ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO II - Temário

1. TRANSPORTE DE PASSAGEIROS

- 1.1 Evolução do cumprimento dos acordos adotados na IV Reunião Bilateral.
- 1.2 Embarque e desembarque de passageiros nos países de trânsito signatários do ATIT.
- 1.3 Estabelecimento do serviço de transporte terrestre regular de passageiros **Rio Branco - Puerto Maldonado**.
- 1.4 Estabelecimento do serviço **São Paulo - Lima**.
- 1.5 Características dos Ônibus.
- 1.6 Viagem Ocasional em Circuito Fechado.
- 1.7 Tarifas – troca de informações sobre as tarifas praticadas em território de cada país.
- 1.8 Transporte de Encomendas em ônibus de Linha Regular

2. TRANSPORTE DE CARGA

- 2.1 Cooperação e Integração entre os Transportadores do Peru e do Brasil.
- 2.2 Aspectos Operacionais do Transporte de Carga.
- 2.3 Sistema de Cupos.
- 2.4 Transporte Próprio.
- 2.5 Transporte de Produtos Perigosos.

3. OUTROS ASSUNTOS

- 3.1 Aspectos de Seguros.
- 3.2 Documentos de Porte Obrigatório.
- 3.3 Cumprimento da Legislação Interna de cada País.
- 3.4 Controles Fronteiriços.

f

R

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

- 3.5 Bitributação.
- 3.6 Inspeção Técnica Veicular.
- 3.7 Pendências de Reuniões Anteriores.
- 3.8 Procedimentos na fronteira para o trânsito de veículo particular
- 3.9 Representante Legal.
- 3.10 Reparação de Veículos no outro País e Controle de Contrabando e Descaminho



ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO III
Relação dos Serviços Acordados

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE
TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Relação dos Serviços Acordados

N	Serviço	Frequência por sentido por bandeira	Tipo de serviço	Fronteira	Itinerário	Observações
1	Rio de Janeiro (BR) – Lima (PE) Lima (PE) - Rio de Janeiro (BR)	1 horário semanal	Conv.C/Sanitário	Uruguaiana / Paso de Los Libres. Tunel dos Cuevas Caracoles (RA) Paso Del Cristo Redentor (CL)	Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Passo Fundo, Uruguaiana, Paso de Los Libres, Santa Fé, Mendoza, Santiago, Arica e Lima.	Acordada na I Reunião Bilateral de Autoridades de Transporte Terrestre por Carretera, realizada em Lima, nos dias 2 e 3/5/89. Suspensa Temporariamente.
2	Rio Branco (BR) – Porto Maldonado (PE). Porto Maldonado (PE) – Rio Branco (BR)	6 horários semanais	Conv.C/Sanitário	Assis Brasil / Iñapari	Rio Branco, Capichaba, Xapuri, Epitaciolândia, Brasiléia, Assis Brasil - Iñapari, Ibéria, Mavila, Alegria, Planchon e Puerto Maldonado.	Acordada na IV Reunião dos Organismos Nacionais de Aplicação do ATIT, realizada em Lima, nos dias 06 e 07 de julho de 2006.
3	São Paulo (BR) – Lima (PE) Lima (PE) – São Paulo (BR)	2 horários semanais	Conv.C/Sanitário	Assis Brasil / Iñapari	São Paulo, Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco, Assis Brasil – Iñapari, Puerto Maldonado, Cuzco, Abancay, Ica e Lima	Proposta na IV Reunião, pela Delegação Peruana.

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO IV
Resolução nº 19/02

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

MERCOSUL/GMC/RES Nº 19/02

**REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL DE VEÍCULOS DA CATEGORIA M₃ PARA O TRANSPORTE
AUTOMOTOR DE PASSAGEIROS (ÔNIBUS RODOVIÁRIO DE MÉDIA E LONGA DISTÂNCIA)**

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Resoluções Nº 91/93, 152/96 e 38/98 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

Que os veículos automotores devem cumprir uma série de requisitos técnicos em virtude das respectivas legislações nacionais, inclusive os correspondentes aos Regulamentos Técnicos MERCOSUL de Veículos da Categoria M₃ para o Transporte Automotor de Passageiros (Ônibus Rodoviário de Média e Larga Distância);
Que os referidos requisitos diferem de um Estado Parte para outro, o que cria obstáculos técnicos ao intercâmbio comercial e a livre circulação de veículos que poderiam ser eliminados por meio da adoção dos mesmos requisitos técnicos por todos os Estados Partes em complemento ou em substituição de suas legislações atuais;
Que, portanto é preciso adotar medidas destinadas ao estabelecimento progressivo da integração que nas quais estejam garantidas a livre circulação de bens, serviços e os setores produtivos com uma maior fluidez;
Que, para tal fim, os Estados Partes acordam adequar suas legislações, de modo a possibilitar o livre intercâmbio de veículos, de suas partes e componentes.

**O GRUPO MERCADO COMUM
RESOLVE:**

Art. 1 - Aprovar o “Regulamento Técnico MERCOSUL de Veículos da Categoria M₃ para o Transporte Automotor de Passageiros (Ônibus Rodoviário de Média e Larga Distância)”, que consta no Anexo e faz parte da presente Resolução.

Art. 2 - Os Estados Partes colocarão em vigência as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente Resolução, através dos seguintes organismos:

Argentina: Secretaría de Transporte, Secretaría de Industria, Comercio y Minería

Brasil: Ministério da Justiça, Conselho Nacional de Trânsito, Departamento Nacional de Trânsito

Paraguai: Ministerio de Obras Públicas y Comunicaciones, Viceministerio de Transporte

Uruguai: Ministerio de Transporte y Obras Públicas, Ministerio de Industria, Energía y Minería

Art. 3 - O presente Regulamento Técnico se aplicará no território dos Estados Partes, ao comércio entre eles e às importações extra-zona.

Art. 4 - Os Estados Partes não poderão limitar ou proibir a livre circulação, homologação, certificação, venda, importação, comercialização, licenciamento e registro, ou uso dos veículos automotores que cumpram com o disposto nessa Resolução.

Art. 5 - Todos os veículos da Categoria M₃ para o Transporte Automotor de Passageiros (Ônibus Rodoviário de Média e Larga Distância), devem cumprir com os requisitos técnicos estabelecidos neste Regulamento Técnico.

Art. 6 - Os Estados Partes do MERCOSUL deverão incorporar a presente Resolução a seus ordenamentos jurídicos nacionais antes de 31/12/02

XLVI GMC – Buenos Aires, 20/VI/02

ANEXO

**REGULAMENTO TÉCNICO MERCOSUL DE VEÍCULOS DA CATEGORIA M₃ PARA O TRANSPORTE
AUTOMOTOR DE PASSAGEIROS (ÔNIBUS RODOVIÁRIO DE MÉDIA E LONGA DISTÂNCIA)**

1. - CLASSIFICAÇÃO:

Os veículos destinados ao transporte automotor de passageiros-ônibus rodoviário classificam-se da seguinte forma:

1.1. - Por sua composição:

 Simples : Constituídos por uma (1) única unidade com motor próprio e solidário.

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Articulados : Constituídos por duas (2) unidades rígidas, devidamente acopladas, que permitam comunicação entre elas. Pelo menos (1) uma unidade deverá estar dotada de tração.

1.2. - Pelas condições de utilização:

Convencional: Terão duas fileiras de poltronas duplas, de características standard.

Diferencial: Poderão ter fileiras simples ou duplas de poltronas, com características de maior conforto, ar condicionado e toalete obrigatório.

1.3 - Por Peso Bruto Total - PBT:

Leves : Aqueles classificados na categoria M₃ com PBT maior que cinco e menor que dez (>5 e <10) toneladas.

Médios : Aqueles classificados na categoria M₃ com PBT maior ou igual a dez e menor que quatorze (≥10 e <14) toneladas.

Pesados: Aqueles classificados na categoria M₃ com PBT igual ou maior que quatorze (≥14) toneladas.

2.- CAPACIDADE DE TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO DE CARGAS

Para projetos e desenhos de carrocerias, a carga útil transportada deverá ser considerada como a resultante da aplicação dos seguintes valores de referência:

a) Peso médio por passageiros igual a setenta kilogramas(70 kg) considerado aplicado sobre o ponto médio da poltrona;

b) O peso mínimo de bagagem será igual a dez kilogramas (10kg) por passageiro, cujo valor resultante se aplicará sobre o centro de gravidade do bagageiro.

Este peso mínimo de bagagem poderá ser maior, sempre que as características do veículo assim permitir.

O volume mínimo do bagageiro será igual 0,1m³ (um décimo de metro cúbico) de bagagem por cada passageiro. No caso de veículo com motor central, fica a critério da autoridade competente aceitar um valor inferior ao dito volume mínimo estabelecido.

O procedimento de cálculo de cargas, específico para ônibus rodoviário, será aplicado conforme o “Acordo sobre Pesos e Dimensões”, aprovado na segunda reunião dos Estados Partes do Subgrupo Técnico N°5 - Transporte Terrestre do MERCOSUL, realizada nos dias 19 e 20 de junho de 1991, na cidade de Assunção - República do Paraguai, segundo consta na Ata da XI Reunião Ordinária do SGT 5.

c) Deverá sempre haver a indicação de peso máximo admissível do compartimento porta-bagagem. O peso máximo admissível do compartimento de porta-bagagem somado ao peso dos passageiros, tripulação e tara do veículo, não poderá ultrapassar o peso máximo admitido (PBT declarado pelo fabricante).

Os ônibus simples deverão ser projetados e construídos de modo que o peso que atue no eixo dianteiro seja igual ou superior a vinte e cinco por cento (25%) do peso bruto total do veículo, em condições de carga máxima.

3 - CARACTERÍSTICAS DO CHASSI

a) Motor:

Deverá cumprir as condições ambientais e possuir relação potência líquida/peso bruto total máximo igual ou superior a dez (≥10) cv/ton, medida conforme a norma vigente no MERCOSUL.

b) Sistema de direção:

Os ônibus médios e pesados deverão estar equipados com sistema de direção assistida hidráulicamente, devendo ficar assegurada a dirigibilidade do veículo (acionamento mecânico) perante falhas de seus sistemas hidráulicos.

c) Sistema de freios:

Os ônibus e microônibus deverão estar dotados com sistema de freios adequados a seu tamanho e peso, devendo estar equipados com pelo menos dois (2) sistema de freios distinto: freio de serviço e freio de estacionamento.

Admitir-se-á, como opcional ou quando em condições especiais de uso assim o exigir, a incorporação de sistemas complementares de “freio motor” ou “freio de transmissão”.

O freio de serviço de veículo médios e pesados deverá ser pneumático.

O freio de serviço dos veículos leves poderá ser pneumático, hidro-pneumático ou hidráulico.

As características dos sistemas de freios deverão ajustar-se ao estabelecido na RES. GMC N° 82/94

d) Sistema elétrico:

O cabo positivo, quando passar por compartimentos metálicos, deverá estar protegido contra curto-circuitos (contato à terra) por revestimento à prova d'água e resistente à corrosão.

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

A fiação deverá estar protegida por capeamentos resistentes à corrosão e estar disposta de modo a não sofrer atritos por contato com partes móveis. Os terminais de conexão devem ser dimensionados de forma a evitar o superaquecimento.

A rede de distribuição da instalação elétrica das carrocerias deverá estar embutida, com condutores suficientemente isolados e dimensionados para suportar as correntes nominais exigidas pelas luminárias e demais equipamentos elétricos.

A bateria deverá estar colocada sobre suporte fixo ou desmontável, firmemente presa, em compartimento isolado, a uma distância não inferior a 1m (um metro) do tanque de combustível, exceto se entre ambos exista algum elemento material que o separe fisicamente e que não permita o avanço de chama. Tal compartimento deverá estar ventilado e de fácil acesso à manutenção.

O sistema elétrico deverá conter um dispositivo de corte rápido de energia.

e) Painel de instrumentos e controles:

O painel de instrumentos deverá contar com instrumental necessário para o total controle de funcionamento do veículo, contendo no mínimo.

- Hodômetro
- Indicador de velocidade
- Indicadores de luz alta, de direção e posição.

Todos os indicadores deverão estar localizados de tal forma que permita além de fácil leitura (com ideogramas normalizados), sua visualização deve ser direta da posição normal do condutor do veículo.

Os ônibus deverão contar também com instrumental que permita a seus condutores o pleno conhecimento das condições de funcionamento do motor (pressão de óleo, temperatura, pressão do sistema pneumático, nível de combustível, sistema elétrico e outros).

f) Registrador instantâneo inalterável de velocidade e tempo:

Os ônibus, para efeito de controle e de investigação em caso de acidentes ou para outros fins, deverão estar equipados com um dispositivo que registre, sobre um documento durável, a velocidade, a distância, o tempo percorrido e outras variáveis sobre seu desempenho, permitindo assim, o controle instantâneo sobre a circulação em qualquer local.

g) Embreagem:

A embreagem poderá ser acionada mediante sistema mecânico, hidráulico ou outro tipo de modalidade, desde que apresente eficiência e um acionamento suave e leve.

A força aplicada pelo condutor sobre o pedal de embreagem, na operação de engate e desengate, não deverá ser maior que dezessete quilogramas (17kg).

h) Caixa de velocidade:

Os veículos poderão estar equipados com caixa de velocidade com qualquer quantidade de marchas para frente, todas sincronizadas, podendo excetuar-se a primeira e uma marcha-à-ré.

Também se admitirá a colocação de caixa automática para várias velocidades.

i) Rodas e Pneumáticos:

Os ônibus deverão, em relação às rodas e pneumáticos, cumprir a regulamentação acordada na RES. GMC N° 65/92.

Opcionalmente, poderão estar equipados com aparelhos de medição e controle de pressão dos pneumáticos com sistema de monitoramento no painel.

j) Sistema de escapamento de gases:

O cano de escapamento deverá ter sua extremidade na parte traseira do ônibus na direção do eixo longitudinal do veículo, exceto por comprovados impedimentos de ordem técnica.

4. - MODIFICAÇÕES DE CHASSIS

Qualquer modificação que altere as características originais do chassi poderá ser realizada por um terceiro, em uma das seguintes condições:

- a) Devidamente autorizado pelo fabricante ou pela autoridade competente;
- b) Demonstrando competência técnica de projeto, assumindo inteira responsabilidade pela modificação.

5. - CARACTERÍSTICAS DE CARROCIERIAS

As dimensões máximas, específicas para ônibus rodoviário, serão as especificadas pelo “Acordo sobre Pesos e Dimensões”, aprovado na segunda reunião dos Estados Partes do Subgrupo do Trabalho N°5 - Transporte, realizada nos dias 19 e 20 de junho de 1991, na cidade de Assunção - República do Paraguai, segundo consta na Ata da XI Reunião Ordinária do SGT 5.

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

a) Balanço traseiro:

O balanço traseiro máximo, para ônibus simples com motor traseiro, medido entre o pára-choque e o eixo traseiro, será de sessenta e dois por cento (62%) da distância entre eixos extremos, dianteiro e traseiro, medido no centro das rodas.

No caso específico de ônibus com motor dianteiro avançado, situado totalmente à frente do eixo dianteiro, o balanço traseiro poderá alcançar setenta e um por cento (71%) da distância entre eixos extremos.

Para ônibus com motor central, situado entre os eixos, o balanço traseiro poderá alcançar sessenta e seis por cento (66%) da distância entre eixos extremos.

b) Altura mínima interior, em qualquer ponto do corredor de trânsito de passageiros, medida verticalmente do piso do veículo ao revestimento interior do teto: 1,85m (um metro e oitenta e cinco centímetros).

c) Largura mínima do corredor interno de trânsito de passageiros (incluídos os acessos às portas de entrada e saída), medida horizontalmente em qualquer ponto de seu percurso, entre as partes interiores mais salientes: 35cm (trinta e cinco centímetros).

d) Altura máxima dos pára-choques: 55cm (cinquenta e cinco centímetros).

e) Os ônibus deverão ter pelo menos uma porta, de entrada e saída, na parte dianteira do lado direito da carroceria, com as seguintes dimensões:

Altura mínima medida da superfície do degrau até o marco superior: 1,80m (um metro e oitenta centímetros).

Largura mínima livre com a porta aberta: 60cm (sessenta centímetros).

Os principais aspectos a considerar nas carroçarias são:

a) Estrutura:

A estrutura da carroceria poderá ser constituída (formada ou composta) de perfis metálicos ou qualquer outro material que ofereça um resultado similar quanto a sua resistência e segurança.

Qualquer que seja o material utilizado na estrutura da carroceria do veículo, as partes que a compõem deverão apresentar, sólida fixação entre si através de solda, de rebites ou de parafusos, de modo a evitar ruídos e vibrações do veículo, quando se encontre em movimento, além de garantir, através dos reforços necessários, a resistência suficiente para suportar nos pontos de concentração de carga (apoios, suportes, uniões, aberturas, etc.) todo tipo de esforços a que podem ser submetidos.

Será admitida a substituição do conjunto chassis-carroceria por uma estrutura autoportante. Essa estrutura deverá contar com iguais ou melhores características de solidez, resistência e segurança que as convencionais, obedecendo sempre às normas deste regulamento.

5.1 - CONDIÇÕES DE RESISTÊNCIA DA CARROCERIA AO CAPOTAMENTO

As estruturas de carroçarias deverão cumprir as seguintes condições de resistência:

a) Serem projetadas para resistir a uma carga estática sobre o teto, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do peso máximo admitido para o chassi (PMAch), distribuído uniformemente ao longo do mesmo, durante 5 (cinco minutos), sem experimentar deformações em ponto algum que superem 70mm (setenta milímetros).

Para a realização do teste deverá ser adotado, como módulo experimental, o vão da estrutura correspondente ao maior passo de janelas que ela possua, com os respectivos prologamentos até uma distância equivalente a metade do passo, a cada lado dos respectivos anéis de estrutura ou pórticos, incluindo todos os elementos estruturais das laterais e do teto, desde o nível do piso do veículo até a parte superior da estrutura (ver figura 1). A amarração da estrutura do piso, com a estrutura lateral tratará de reproduzir-se fielmente, pondendo-se colocar, além do mais, um tubo ou perfil por baixo da estrutura de mesma seção.

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

MÓDULO EXPERIMENTAL

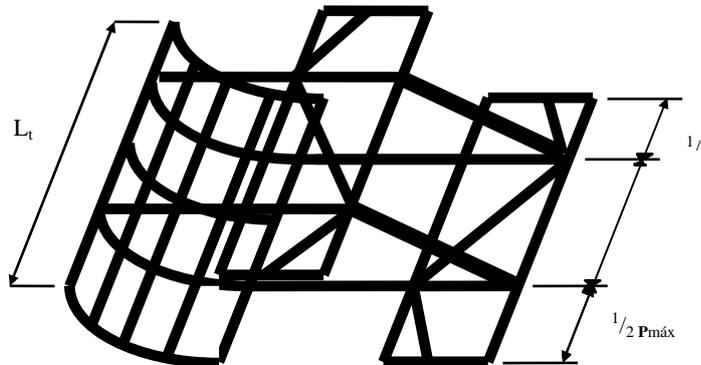


Figura 1

Se as diagonais do parapeito das janelas não tem estrutura intermediária (coluna), no centro dos passos será colocada 1 (uma), da altura do correspondente peitoril, para soldar, neste, a intersecção da diagonal.

A carga sobre o módulo experimental se determinará multiplicando o peso máximo admissível do chassi (PMAch) por 0,5 (cinco décimos) e por 2 (duas vezes) o passo das janelas (Pmax) e dividindo o valor encontrado pelo comprimento total da carroçaria (L_t):

$$C = \frac{PMAch \times 0,5 \times 2Pmax}{L_t}$$

A carga se aplicará diretamente por meio de chapas de aço de fina espessura (máximo de 2 mm), de forma transversal ao módulo, sobre os arcos de cada anel da estrutura, dividida em 2 (duas) partes iguais. O comprimento das chapas será tal que alcance a largura total do teto do módulo.

b) Os anéis da estrutura ou pórticos devem estar desenhados, além do mais, para suportar, no mínimo, uma carga estática horizontal igual a 15% do peso máximo admissível do chassi (PMAch), distribuída uniformemente sobre cada um dos elos, aplicada na altura do engaste da lateral com o teto, sobre a janela, sem que o mesmo sofra um deslocamento horizontal maior que 140 mm (cento quarenta milímetros). A carga deverá manter-se aplicada durante um intervalo de tempo não inferior a 5 (cinco) minutos.

Adotando-se o módulo anterior, a carga lateral se aplicará através de uma estrutura secundária, colocada no centro do módulo e soldada sobre os tubos ou mão-francesa da estrutura. Com mecanismos pneumáticos, hidráulicos ou com pesos suspensos, desde a estrutura secundária no centro do módulo, se realizará uma força de tração horizontal, sobre o engaste na união com cada uma das 2 (duas) colunas de qualquer lateral. O valor da força lateral sobre cada coluna será igual ao valor que resulte da multiplicação do peso máximo admissível do chassi (PMAch) por quinze centésimos (0,15) e dividi-lo pelo número de pórticos formados pelos arcos do teto com as colunas (a frente e a traseira consideram-se como 2 (dois) pórticos a mais).

$$T = \frac{PMAch \times 0,15}{N^{\circ} \text{ de pórticos}}$$

Todas estas exigências terão que ser certificadas, por parte do fabricante, mediante ensaios controlados por autoridade competente, que por sua vez, emitirá documento específico constando todos os valores registrados nos ensaios. Tal documento oficial, deverá estar à disposição das demais autoridades dos Estados Partes.

5.2. - CONDIÇÕES DE RESISTÊNCIA FRENTE A IMPACTOS FRONTAIS

Os veículos de longa e média distância, ônibus rodoviários, deverão ter em sua frente, desde o nível da plataforma do condutor até a altura da borda superior de seu assento, (medida mínima de 400mm), uma chapa de aço de espessura mínima de 2mm (dois milímetros) (tipo BWG n° 14) ou de condições de resistência equivalente, unida adequadamente às travessas superior e inferior e às colunas esquerda e direita de união entre a frente e ambas laterais.

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

As aberturas para porta de inspeção, letreiros de destino, alojamento de faróis, limpadores de pára-brisa, etc, não poderão exceder a 25% (vinte e cinco por cento) da superfície total a proteger, devendo, tais aberturas, serem convenientemente reforçadas.

A chapa em referência poderá ser colocada interna ou externamente à estrutura frontal e a travessa inferior da mencionada estrutura deverá fixar-se convenientemente às longarinas ou à estrutura dianteira do chassi.

A proteção frontal nos veículos dotados de motor dianteiro poderá ser instalada somente na parte frontal esquerda, lado do condutor, fixada solidamente a uma das longarinas do chassi, ou estrutura equivalente, quando razões de ordem construtiva impeçam sua colocação na extensão total da frente do veículo.

Quando disposições construtivas não permitam a colocação de chapa de aço, nas condições e na forma acima discriminadas, o fabricante deverá certificar o veículo, mediante ensaio de pêndulo, na condição de resistência mínima da frente da carroceria, de acordo com o que segue:

a) O Módulo para ensaio será composto pela estrutura dianteira, o anel resistente imediato e os elementos de união entre ambos, que formam a parte integral da carroceria a ser ensaiada (protótipo de ensaio). Para o caso de carrocerias autoportantes, o módulo se estenderá até o primeiro elemento resistente transversal, posterior ao local destinado ao condutor.

b) Fixação do módulo: O módulo deverá ser fixado de forma tal a se evitar qualquer movimento do conjunto devendo, todos os movimentos, corresponderem à deformação e/ou rupturas no módulo e em suas fixações.

A estrutura da carroceria, para os veículos com chassi independentes, deverá ser fixada ao chassi através de seus componentes originais da base, e o chassi, propriamente dito, fixo ao módulo de ensaio.

c) Dispositivo de ensaio: O dispositivo de ensaio deverá ser composto de um pêndulo, com o menor fator de atrito possível em suas articulações, solidário ao dispositivo de fixação do módulo que, em seu percurso, o pêndulo intercepte ao módulo frontalmente. O impacto deverá ocorrer sobre a vertical do pêndulo, com no máximo três graus sexagesimais (3°) de variação, anterior à linha vertical. A distância do pêndulo à área de impacto deverá ser de 4.500mm (quatro mil e quinhentos milímetros) a 5.000mm (cinco mil milímetros), a massa de 1.000kg (mil quilogramas), com uma área plana de impacto de 700mm (setecentos milímetros) x 700mm (setecentos milímetros).

d) Impacto: O impacto ocorrerá entre os pontos abaixo discriminados e o centro da face de impacto da massa do pêndulo.

d.1) Pontos de impacto:

d.1.1) Coordenada transversal, coincidente com o eixo do volante do veículo, à uma distância entre 150mm (cento e cinquenta milímetros) e 200mm (duzentos milímetros) do piso do assoalho no posto do motorista.

d.1.2) Ponto simétrico entre d.1.1) e o eixo vertical.

e) Método de ensaio: A massa do pêndulo deverá ser elevada a uma altura de 2.000mm (dois mil milímetros), na direção de sua trajetória normal, a partir de seu ponto de impacto. Por queda livre, a massa pendular atingirá d.1.1) e posteriormente d.1.2), e, em ambos os casos, sua trajetória deverá ser paralela ao plano longitudinal do veículo.

f) Resultado do ensaio: Após efetuados os dois impactos, nenhum ponto da estrutura veicular em ensaio poderá sofrer deformação longitudinal permanente superior a 200mm (duzentos milímetros). As deformações serão medidas a partir de uma referência solidária ao dispositivo de ensaio.

5.3. - CONDIÇÕES DE RESISTÊNCIA FRENTE A IMPACTOS NA LATERAL ESQUERDA

Para proteção contra impactos na lateral esquerda, deverá ser colocada, em sentido longitudinal, a partir do nível do assoalho (revestimento do piso) de fixação dos assentos e até uma altura não inferior a 250mm (duzentos e cinquenta milímetros), uma chapa de aço de 2mm (dois milímetros) de espessura mínima (tipo BWG N°14) ou de condições de resistência similares, soldada à travessa inferior da lateral ou travessa do assoalho ao suporte dianteiro da primeira fila de assentos e ao suporte traseiro da última fila de assentos e a cada um dos suportes e travessas na área do parapeito das respectivas janelas. Quando os assentos são fixados também no painel lateral, por fixação do tipo fusível, a chapa de aço de 2mm (dois milímetros) deverá ser firmemente soldada ao perfil de fixação dos assentos.

Ao invés desta proteção, definida como TRAVESSA ESTRUTURAL DA LATERAL ESQUERDA, poderá ser instalada uma chapa externa ou interna de aço de 1,25mm (um milímetro e vinte e cinco centésimos de milímetro) de espessura e de 500mm (quinhentos milímetros) de altura, soldada conforme as especificações acima.

6 - PISO

A superfície do corredor central e dos acessos às portas de entrada e saída, deverão conter características anti-derrapantes.

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

A área destinada às poltronas poderá estar em nível mais elevado que o do piso do corredor de trânsito interno de passageiros em até 33cm (trinta e três centímetros).

Os veículos, nos quais existam desníveis no corredor de trânsito interno para passageiros, deverão ser acessados através de rampas ou até 3 (três) degraus, com as seguintes características:

- Degraus: altura máxima de 20cm (vinte centímetros) com profundidade mínima de 25cm (vinte e cinco centímetros).
- Rampa: inclinação máxima de 20% (vinte por cento) quando não existirem degraus no corredor e de 15% (quinze por cento) caso existam.

Deverá sempre ser evitado que as bordas dos degraus existentes no corredor de trânsito de passageiros situem-se nas áreas entre poltronas ou entre poltronas e anteparos.

7 – CAIXAS DAS ESCADAS E ESTRIBOS

As caixas das escadas das portas de entrada e saída não apresentam características específicas quanto a sua forma e dimensões, o mesmo ocorrendo com os estribos e os degraus. Estes últimos, além de resistentes e de superfície anti-derrapante, deverão obedecer formas e dimensões tais que admitam, em sua superfície horizontal, a inscrição de semi-círculo de diâmetro mínimo de 42cm (quarenta e dois centímetros) e perpendicular à direção de entrada e saída. A projeção da borda do degrau superior sobre a superfície do inferior não poderá incidir sobre a área do citado semi-círculo.

A altura máxima medida desde o nível do solo até o degrau inferior, deverá ser de 40cm (quarenta centímetros), permitindo para isso o uso de degrau escamoteável.

A altura máxima de degraus consecutivos será de 33cm (trinta e três centímetros).

8 - CARACTERÍSTICAS E DISPOSITIVOS DE ACIONAMENTO DE PORTAS

As portas em veículos de transporte de passageiros deverão cobrir totalmente os estribos quando fechadas e, para tanto, não poderão se sobressair da linha da carroçaria. Suas metades superiores poderão seguir a linha da frente do veículo ou a inclinação das colunas das janelas laterais.

O acionamento das portas nos veículos deverão ser efetuadas do posto do motorista, através de sistemas manuais (mecânicos) e/ou servo mecânicos (hidráulico, pneumático, elétrico, etc.).

As portas acionadas por qualquer sistema, que não seja manual, deverão contar com dispositivo que permita abri-las manualmente pelo interior, em caso de emergência. Tal dispositivo deverá estar ao alcance dos passageiros, nas proximidades das portas de entrada e de saída devidamente protegido para evitar o seu acionamento acidental. Os dispositivos de abertura das portas deverão ter uma legenda que permita sua identificação.

9. - JANELAS

Os painéis laterais da carroceria e as partes superiores das portas (de entrada, saída e de emergência), nos veículos, deverão estar dotadas de janelas localizadas na área das poltronas.

Se entenderá por "janela lateral" a toda superfície de vidro, fixo ou móvel, fixada a um suporte que sirva de coluna à mesma, posicionada nas laterais do veículo entre o peitoril da lateral e seu frechal ou união do teto com a lateral.

As janelas terão como medidas mínimas, as seguintes dimensões:

Duplas: 1,30m (um metro e trinta centímetros) de comprimento por 60cm (sessenta centímetros) de altura. Tal comprimento poderá ser reduzido para 1,10m (um metro e dez centímetros) quando a altura for de 80cm (oitenta centímetros). É importante notar que a soma destas dimensões, comprimento e altura, não seja inferior a 1,90m (um metro e noventa centímetros).

Simples: 60cm (sessenta centímetros) de comprimento por 60cm (sessenta centímetros) de altura.

A altura mínima do marco inferior da parte móvel das janelas, medida a partir do nível do piso do veículo no qual estão fixados as poltronas, será de 70cm (setenta centímetros, com exceção das poltronas fixadas sobre as caixas de rodas.

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Os veículos rodoviários de transporte coletivo de passageiros estarão com suas janelas guarnecidas com vidros de segurança (temperados ou laminados), exigência extensiva aos vidros traseiros, enquadrados segundo a norma MERCOSUL RES. GMC N° 26/93).

Os dispositivos de acionamento não deverão apresentar dificuldade ou exigir grande esforço aos passageiros para sua utilização, serem simples, seguros, de acionamento sensível e não apresentar risco de perigo.

Todas as janelas serão providas de cortinas ou de outro dispositivo de proteção solar.

No caso de estarem dotados com janelas de vidros móveis, sua altura não poderá ser inferior a 25cm (vinte e cinco centímetros) e quando abertos, deverão proporcionar uma superfície livre não inferior a 4000cm² (quatro mil centímetros quadrados) para todo o veículo, distribuída proporcionalmente entre todas as janelas.

Os veículos equipados com sistema de ar refrigerado ou ar condicionado, poderão ter janelas, fixas ou móveis, de qualquer dimensão.

10 - SAÍDAS DE EMERGÊNCIA

As saídas de emergência deverão permitir uma rápida e segura desocupação à totalidade de passageiros e ao pessoal de bordo dos ônibus rodoviários, em obediência às seguintes premissas:

- Permitir a saída de todas as pessoas do ônibus em caso de abaloamento ou capotamento.
- A abertura da saída de emergência poderá permitir sua ativação ainda que a estrutura do ônibus tenha sofrido deformações.
- Quando as janelas possuírem sistemas para destruição dos vidros, deverão contar com martelos de massa suficiente para rompê-los, com indicações claras para sua utilização.
- Os sistemas de acionamento deverão ser operados de forma fácil e rápida.
- Os passageiros devem ser informados preventivamente sobre as ações a seguir em casos emergenciais.

No mínimo duas janelas duplas, de cada lado, deverão obrigatoriamente funcionar como saídas de emergência em cada ônibus rodoviário. As referidas janelas, além, de não poderem ser contíguas, deverão ter sua localização adequadamente distribuída de forma a permitir, se necessário, a utilização de cada uma por número aproximadamente igual ao de passageiros.

As janelas em referência, com vidros fixos ou móveis, deverão estar dotados de mecanismos de abertura do tipo ejetável para fora, basculante ou de vidros destrutíveis.

As janelas de emergência, uma vez acionado seu mecanismo de funcionamento (ejetável, de vidros destrutíveis, basculante), devem oferecer uma abertura, de forma retangular, com 1,30m (um metro e trinta centímetros) de comprimento por 60cm (sessenta centímetros) de altura, como dimensões mínimas. O comprimento desta abertura pode reduzir-se a 1,10m (um metro e dez centímetros) desde que sua altura atinja 80cm (oitenta centímetros), de maneira que a somatória destas dimensões não seja inferior a 1,90m (um metro e noventa centímetros).

A forma geométrica da abertura de emergência não deve ser obrigatoriamente retangular, contudo, qualquer que seja seu formato, deverá garantir a inscrição de um retângulo nas dimensões acima estabelecidas.

No teto do ônibus deverá existir, em caráter obrigatório, pelo menos duas aberturas para saídas de emergência cuja seção útil será de formato e dimensões tais que permitam inscrever um retângulo de área igual a 0,2 m² (dois décimos de metro quadrado) com um lado de comprimento mínimo igual a 43cm (quarenta e três centímetros).

A cobertura, tampa ou fechamento das aberturas destinadas às saídas de emergência (basculante, ejetável ou de vidros destrutíveis), jamais poderá, após acionada, deixar a abertura resultante ocupada por componentes, de qualquer natureza, que possam vir a interferir ou obstruir a livre passagem por ela.

As saídas de emergência dos ônibus, em nenhum caso, poderão estar localizados dentro dos compartimentos destinados ao bar, banheiro ou cabine do pessoal de bordo.

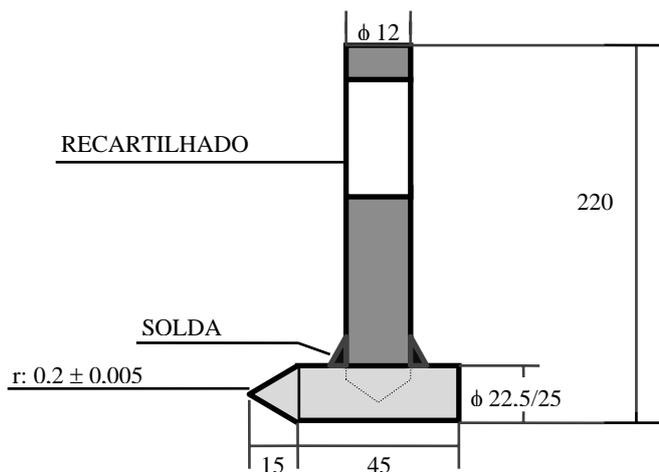
11 - DISPOSITIVO DE DESTRUIÇÃO - MARTELO DE SEGURANÇA

Além do estabelecido no item 10, referente ao sistema de abertura de janelas de emergência, no caso de vidros destrutíveis, vidro temperado, deverão dispor de martelo de segurança conforme características indicadas a seguir. Os veículos, com vidros fixos ou deslocáveis, serão dotados apenas deste dispositivo em correspondência com cada saída de emergência.

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

- Material: aço SAE 1010 ou 1020;
- Peso mínimo: 295 g (duzentos e noventa e cinco gramas);
- Dimensões:
 - Comprimento total: 220mm (duzentos e vinte milímetros);
 - Cabeça: diâmetro entre 22,5mm (vinte e dois e meio milímetros) e 25mm (vinte e cinco milímetros), ponteaguda, tratada termicamente com a finalidade de partir os vidros com facilidade;
 - Cabo: 12mm (doze milímetros) de diâmetro;
 - O cabo do martelo de segurança deverá ser dotado de superfície anti-deslizante, preferencialmente recartilhado em sua extremidade inferior.
 - A união entre o cabo e a cabeça do martelo de segurança deverá ser do tipo ajuste mecânico firmemente soldada. (Ver figura 2).



Dimensões em: mm.
MATERIAL: SAE 1010/1020

Figura 2

Tais dispositivos, para destruição de vidros, deverão estar localizados nas proximidades das janelas de emergência, em locais visíveis e de fácil acesso e alcance para os passageiros dos ônibus rodoviários. Também, deverão estar instalados com características tais que, além de não oferecer qualquer dificuldade para sua utilização, impeça seu acionamento acidental ou involuntário do interior do veículo.

12 - BAGAGEIROS E PORTA-PACOTES

Todos os ônibus estarão dotados em seu interior de porta-pacotes, em forma de prateleira a partir dos painéis laterais do veículo destinados a colocação de volumes leves e pequenos.

Em termos de profundidade, a medida desde o painel lateral da carroceria à parte mais saliente do porta-pacotes, efetuada horizontalmente e em sentido perpendicular ao painel lateral. Deverá ter como medida máxima, 75cm (setenta e cinco centímetros).

Os porta-pacotes deverão estar dotados de bordas ou inclinação para seu interior para evitar a queda de volumes durante a marcha normal do veículo.

A altura dos porta-pacotes, medida do assoalho de fixação dos assentos à sua parte mais baixa, não deverá ser inferior a 1,35m (um metro e trinta e cinco centímetros) e nos ônibus de piso duplo não deverá ser menor do que 1,30m (um metro e trinta centímetros).

Os ônibus deverão dispor de compartimento fechado, em separado, com acesso pela parte externa do veículo, para o transporte de bagagem. O volume mínimo dos bagageiros será a resultante da consideração de um coeficiente de ocupação médio igual a 0,1 m³ (um décimo de metro cúbico), por passageiro sentado.

Os bagageiros deverão ser herméticos e de características construtivas tais que impeçam a entrada de pó, água, gases provenientes de combustão, etc. As tampas de acesso devem também estar equipadas com dispositivos de segurança que evitem sua abertura acidental durante a marcha do veículo.

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Os componentes auxiliares do veículo como roda reserva, ferramentas, etc, deverão estar colocados em separado da bagagem dos passageiros. Se porventura tais componentes estiverem no interior do bagageiro, este deverá portar um anteparo divisório que impeça o contato com a bagagem.

13 - ISOLAMENTO E REVESTIMENTO INTERIOR

Todos os ônibus, sob qualquer circunstância de trabalho a que estejam submetidos, deverão possuir, no interior do teto, nas paredes laterais, frontal e traseira da carroceria e no compartimento destinado ao alojamento do motor, sistema de isolamento acústico e térmico de características de baixa combustão ou retardante de chama.

O nível de ruído, medido a uma altura de 1,20m (um metro e vinte centímetros) a partir do assoalho do veículo, na posição do assento do motorista, não poderá exceder:

- Com veículo parado e motor em marcha-lenta: 75 dB(A) (setenta e cinco decibéis);
- Com veículo parado e motor a três quartos (3/4) do número máximo de revoluções por minuto (rpm): 85 dB(A) (oitenta e cinco decibéis).

As medições acima referenciadas devem ser efetuadas com as portas e janelas fechadas, em sua totalidade e com nível de ruído externo inferior a 60 dB(A) (sessenta decibéis).

Com o motor do veículo em funcionamento a $\frac{3}{4}$ do número máximo de revoluções por minuto (rpm), deverá ser assegurado um nível máximo de ruído interior de 88 dB(A) (oitenta e oito decibéis), medido a 1,20m (um metro e vinte centímetros) do nível do corredor de circulação interna, em qualquer ponto de sua extensão.

14. - INFLAMABILIDADE DOS MATERIAIS DESTINADOS AO USO NO INTERIOR DE VEÍCULOS AUTOMOTORES

Deverão ser cumpridos os requisitos harmonizados no MERCOSUL.

15. - POLTRONAS

As poltronas para passageiros em ônibus deverão estar dispostas e colocadas, segundo o eixo longitudinal do veículo, no sentido de marcha e/ou vice-versa, exceto aquelas que fazem parte de um salão de estar e não são de uso obrigatório para passageiros.

Os veículos convencionais estarão com 2 (duas) fileiras de poltronas duplas atendendo às seguintes características e dimensões mínimas:

- Profundidade do assento da poltrona: 42cm (quarenta e dois centímetros);
- Largura livre do assento da poltrona: 45cm (quarenta e cinco centímetros);
- Distância livre entre os encostos das poltronas, em posição normal, na altura do assento entre a parte anterior de uma e a posterior da imediatamente a frente, no sentido longitudinal do veículo no nível superior e no centro do assento: 75cm (setenta e cinco centímetros);
- Altura da borda superior do assento em relação ao assoalho onde estiverem fixadas as poltronas do veículo: mínima de 40cm (quarenta centímetros) e máxima de 48cm (quarenta e oito centímetros);
- Número mínimo de reclináveis por poltrona: 2 (dois) com ângulo mínimo de 30° (trinta graus sexagesimais);
- Altura do encosto da poltrona: 70cm (setenta centímetros);
- Distância entre assentos contíguos de poltronas posicionadas frente a frente: 60cm (sessenta centímetros);
- As poltronas localizadas imediatamente ao lado do corredor interno do ônibus deverão estar dotadas de apóia-braços;
- Os assentos das poltronas deverão ser estofados e forrados;
- A sobreposição máxima do encosto, em relação ao assento da poltrona imediatamente posterior: 5cm (cinco centímetros).

Os ônibus não convencionais, ou seja, diferenciais poderão ter filas simples ou duplas de poltronas com as seguintes características e dimensões mínimas:

- Profundidade do assento da poltrona: 45cm (quarenta e cinco centímetros);
- Largura livre do assento em poltrona dupla: 45cm (quarenta e cinco centímetros);
- Largura livre do assento em poltrona simples: 50cm (cinquenta centímetros);
- Distância livre entre os encostos das poltronas, em posição normal, na altura do assento, entre a parte anterior de uma e a posterior da imediatamente a frente, no sentido longitudinal do veículo no nível superior e no centro do assento: 80cm (oitenta centímetros);

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

- Número mínimo de reclináveis por poltrona: 3 (três) com ângulo mínimo de 40° (quarenta graus sexagesimais);
- Altura do encosto da poltrona: 70cm (setenta centímetros);
- Distância entre assentos de poltronas frente à frente: 70cm (setenta centímetros);
- As poltronas deverão ser dotados de apóia-braço em cada lado do assento;
- Os assentos das poltronas deverão ser estofados e forrados com tecido ou plástico;
- Às poltronas poderão ser incorporados apóia-pernas;
- Altura da borda superior do assento em relação ao assoalho onde estiverem fixados as poltronas do veículo: mínimo 40cm (quarenta centímetros) e máximo 48cm (quarenta e oito centímetros).

Os apóia-pernas em referência, quando incorporados às poltronas, tanto simples como duplas, devem ser do tipo rebatível e que não molestem os passageiros que não queiram utilizar.

A identificação das poltronas será feita através de números naturais e/ou letras excluindo a do condutor, de seu acompanhante e de demais integrantes de pessoal de bordo quando a eles corresponder.

O número correspondente a cada poltrona poderá ser colocado na parte superior do encosto das poltronas ou nos apóia-braços. Também, estes números identificadores de poltronas poderão ser colocados, para melhor visibilidade, sobre as janelas ou no porta-pacotes. Neste caso, além dos números deverão constar, obrigatoriamente, identificações específicas para as poltronas colocadas junto às janelas e ao corredor.

Na parte posterior dos encostos das poltronas poderão ser colocadas mesinhas, individuais, e rebatíveis, que não excedam a largura do respectivo encosto.

Os veículos executivos deverão possuir um passo mínimo entre poltronas, distância medida entre pontos homólogos, de: 1,14m (um metro e quatorze centímetros) e terão no máximo 3 (três) fileiras de poltronas.

15.1. - POLTRONA DO CONDUTOR

Nos ônibus de média e longa distância, a poltrona do condutor deverá atender às exigências do projeto e estar colocada de maneira que lhe permita, quando sentado normalmente e em posição correta, operar com o necessário conforto todos os comandos do veículo para suas manobras. Além disso, sem dificuldades ou esforço, ter plenas condições para, além de acionar os mecanismos de sinalização acústica ou luminosa, poder observar, em sua totalidade, o painel de instrumentos para controle de funcionamento do veículo. A localização da poltrona evitará, de igual forma, que o condutor seja molestado pela proximidade ou trânsito de passageiros no veículo.

Também, por questões de segurança, não serão permitidos no encosto da poltrona destinada ao condutor, que sobressaiam componentes ou acessórios que venham oferecer qualquer risco de perigo para os passageiros.

A poltrona do condutor, sem o apóia-braços e deslocável apenas nos sentidos horizontal e vertical, terá as seguintes dimensões mínimas:

- Largura: 45cm (quarenta e cinco centímetros);
- Profundidade: 40cm (quarenta centímetros);
- Altura mínima da poltrona (sem apóia-cabeça): 50cm (cinquenta centímetros).

O projeto/desenho da poltrona do condutor deve ser ergonômico, isto é, adequado às determinações de análises fisiológicas de cada movimento típico do condutor, respeitando os princípios biomecânicos. Além disso, deve permitir ao condutor, regular a posição mediante ajuste horizontal e vertical do mesmo.

Também, dita poltrona deverá possuir amortecimento próprio, condição que deverá garantir-se com um sistema de amortecimento e de suspensão próprio e regulável, de característica pneumáticas ou similares.

Tanto a ancoragem como a rigidez estrutural da poltrona do condutor deverão ser adequadas para a correta localização do cinto de segurança.

16 - ACESSÓRIOS

a) Pára-brisas:

Os pára-brisas, dos ônibus, serão de vidro de segurança laminado em conformidade com a norma estabelecida na RES. GMC N° 26/93. Deverão, também, estar equipados com dispositivo que permita lavar o pára-brisa, estando em funcionamento o sistema limpador de pára-brisa, que é obrigatório.

b) Anteparos:

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Nos ônibus, serão colocados anteparos de proteção aos passageiros à frente das poltronas situadas atrás da poltrona do condutor e diante das localizadas imediatamente após a caixa de degraus. No anteparo situado nas proximidades da caixa de degraus, poderão ser colocados pega-mãos.

Os anteparos deverão ter as seguintes dimensões mínimas:

- Distância mínima das poltronas ao anteparo: 33cm (trinta e três centímetros);
- Altura desde o piso de fixação das poltronas: 60cm (sessenta centímetros);
- A largura do anteparo será de no mínimo 40cm (quarenta centímetros) para o situado atrás da poltrona do condutor e cobrirá, em todos os casos, a profundidade total da caixa de degraus.

c) Cintos de segurança:

Devem cumprir com as exigências estabelecidas na norma MERCOSUL RES. GMC N°27/94.

A fixação, ao piso do veículo, das poltronas com os cintos de segurança, fixos a sua estrutura, deve ser projetada de tal forma que sua capacidade de resistência seja, no mínimo, idêntica à exigida para as ancoragens e demais elementos de fixação destes cintos de segurança.

d) Equipamentos auxiliares e de segurança:

Todos os ônibus deverão estar equipados com roda auxiliar, ferramentas e outros elementos necessários, enunciados na norma MERCOSUL RES. GMC N° 09/91.

Os ônibus deverão possuir extintor de incêndio e sinalização que cumpram, no mínimo, com os requisitos de fabricação, manutenção e de controle de carga periódica (do extintor de incêndio), das normas estabelecidas no MERCOSUL (para os dispositivos de sinalização refletiva de emergência, será a norma MERCOSUL RES. GMC N° 37/94).

A localização e fixação dos extintores de incêndio nos ônibus, independentemente da categoria do veículo, deverão cumprir com o seguinte:

- Os extintores de incêndio deverão localizar-se ao alcance do pessoal de bordo dentro do habitáculo;
- O suporte dos extintores deverá localizar-se em um lugar que não represente risco para o condutor, pessoal auxiliar ou passageiros, fixando-se de tal forma que impeça seu desprendimento da estrutura do habitáculo;
- O sistema de fixação dos extintores de incêndio garantirá sua permanência, no caso de colisão ou capotamento, permitindo, além disso, sua fácil liberação quando tenha que ser utilizado, devendo ser metálico. É proibido usar o sistema de braçadeira elástica para a fixação.

17. - DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Ventilação:

Todos os ônibus deverão estar dotados de sistemas que podem ser de ventilação forçada de ar, de calefação ou de refrigeração, que funcione mesmo estando o veículo parado e que assegure uma renovação de ar, em seu interior, pelo menos 20 (vinte) vezes por hora. A renovação do ar deverá efetuar-se uniformemente, por todo o interior do veículo, com suas portas e janelas fechadas independentemente da velocidade de marcha.

Qualquer que seja o sistema de ventilação utilizado, suas bocas de admissão e de exaustão de ar deverão estar equipadas com dispositivos de regulagem ou orientação direcional. Obrigatoriamente, uma de cada tipo de boca deverá permanecer sempre aberta. Nos casos em que o equipamento disponível contenha somente 2 (duas) bocas, as mesmas não poderão fechar-se totalmente.

As bocas deverão ser projetadas e instaladas de maneira tal que possam assegurar a devida ventilação sem permitir a penetração tanto de água como de emissões gasosas de combustíveis no interior do ônibus.

b) Refrigeração:

Os ônibus dotados de equipamentos de refrigeração, deverão contar com potência suficiente para assegurar, no interior do veículo, um diferencial de 8° C (oito graus celsius) em relação a temperatura exterior, nas condições mais severas possíveis, evitando-se, concomitantemente, correntes concentradas de ar frio.

A temperatura interior nos ônibus, será verificada no nível do teto, em toda sua extensão, podendo ser graduada mediante sistema de refrigeração regulável. Além disso, a temperatura poderá ser controlada pelos passageiros e pessoal de bordo, a qualquer momento, através de termômetro obrigatório, fixado no interior do veículo, em local adequado e visível.

c) Calefação:

Os ônibus poderão estar providos de qualquer sistema de calefação, exceto o que opere com os gases de escape do motor com circulação de ar em dutos especiais no interior do veículo. A admissão do ar calafetado ou a área de troca de calor deverá estar na região do piso do veículo.

O sistema de calefação será tal que permita alcançar, no interior do veículo, ao nível do piso, um diferencial de temperatura superior a 15° C (quinze graus celsius) em relação à externa, nas condições mais severas possíveis. Mesmo com o sistema de calefação trabalhando em regime máximo, a temperatura interior do ônibus não poderá ser inferior a 15° C (quinze graus celsius).

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

A regulagem da calefação será similar à estabelecida para a refrigeração, inclusive quanto a evitar correntes concentradas de ar quente.

Todos os veículos deverão estar equipados com sistema desembaçador de pára-brisa e, opcionalmente, com equipamentos combinados de refrigeração e calefação.

d) Compartimentos especiais:

Os compartimentos específicos para bar, sanitário, sala de estar, etc, quando existirem, no interior dos ônibus, deverão estar localizados em áreas que não dificultem o deslocamento de passageiros, seu livre trânsito no corredor e ainda que não obstruam os acessos às portas de entrada, de saída e às áreas de emergência.

18. - BAR

Estará provido opcionalmente de uma pequena pia e de uma caixa de água. Conterá também armários, aparadores para o transporte de comestíveis, um refrigerador e dispositivos para servir bebidas quentes.

Todos os equipamentos que compõem o bar deverão estar fixos e acondicionados de maneira tal que evitem qualquer tipo de deslocamento durante a marcha do veículo.

A altura interior mínima do compartimento do bar, desde seu piso até o teto, em toda extensão de circulação e onde poderá estar em pé uma pessoa, será de 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros).

A poltrona destinada ao auxiliar de bordo, de igual ou maior conforto que as destinadas aos passageiros, poderá ser fixada dentro ou fora do compartimento do bar.

A largura mínima da abertura para acesso ao interior do bar será de 40cm (quarenta centímetros).

19. - GABINETE SANITÁRIO

Os componentes destinados ao gabinete sanitário deverão estar localizadas em compartimento estanque, providos de exaustor de ar com capacidade suficiente para funcionamento constante durante todo percurso de viagem.

A porta do gabinete estará dotada de fechadura que, somente em casos de emergência, poderá ser acionada pelo seu lado exterior, sem afetar a comodidade e a segurança dos passageiros, tanto para abri-la como para fechá-la.

O gabinete sanitário deverá, também, estar dotado de sinal luminoso indicativo de ocupado.

O piso e as paredes laterais do gabinete, até 1m (um metro) de altura, serão de aço inoxidável ou de plástico reforçado, executando-se aberturas para janelas, etc.

O gabinete deverá conter, além do sanitário, um lavatório e porta-papéis, em locais adequados. Suas janelas não poderão conter vidros transparentes.

O compartimento destinado ao sanitário terá as seguintes dimensões mínimas:

Área interior, medida no nível superior da pia: 0,6 m². (seis décimos de metro quadrado);

- Comprimento e largura, entre paredes, medidos no nível superior da pia: 60cm (sessenta centímetros);
- Altura interior do piso ao teto, no setor de circulação, onde normalmente poderá ficar uma pessoa de pé: 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros);
- Altura da porta: 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros);
- Largura útil da porta (espaço livre), em sua máxima abertura: 40cm (quarenta centímetros);
- Espaço livre entre a frente do aparelho sanitário e qualquer artefato fixado à sua frente: 35cm (trinta e cinco centímetros).
- Altura, desde a plataforma exterior de acesso ao sanitário até o teto do veículo: 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros).

20 - CABINE DO CONDUTOR

Os ônibus poderão ter uma cabine, destinada ao condutor, independente do habitáculo dos passageiros, com acesso a este de acordo aos requisitos de serviço. Tanto o piso quanto o teto, desta cabine, poderão estar em nível igual ou distinto, superior ou inferior, ao das poltronas para passageiros ou ao do corredor de circulação interna do veículo.

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Para veículos que tenham cabine para condutor com altura interior maior que 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros), esta deverá ter pelo menos uma porta lateral com dimensões livres.

Quando a altura interior da região destinada à circulação, entrada e saída do condutor e do pessoal de bordo for inferior a 1,75m (um metro e setenta e cinco centímetros), a cabine deverá ter 2 (duas) portas, localizadas uma em cada lateral, com as seguintes dimensões mínimas:

Altura: 1,25m (um metro e vinte e cinco centímetros);

Largura: a largura mínima da porta será de 55cm (cinquenta e cinco centímetros).

Os veículos que possuem cabine para o condutor independente da área destinada aos passageiros deverão ter obrigatoriamente uma poltrona para o acompanhante.

Em nenhum caso, a altura entre a parte superior do assento do condutor ou acompanhante, em sua posição normal de trabalho, e a qualquer ponto do teto da cabine poderá ser inferior a 90cm (noventa centímetros).

21. - ILUMINAÇÃO

21.1. - Luzes Exteriores:

O sistema de iluminação exterior para os ônibus, deverá adequar-se à norma estabelecida na RES. GMC N° 83/94, segundo a categoria a qual o veículo corresponda.

Além deste sistema, será admitida a colocação na parte frontal do ônibus, de um painel identificador do destino ou pontos de percurso, iluminado por lâmpadas brancas, com as seguintes dimensões mínimas:

- Largura: 80cm (oitenta centímetros);
- Altura: 15cm (quinze centímetros).

21.2. - Luzes Interiores:

O sistema de iluminação interior será efetuado através de luzes brancas que proporcionem a adequada iluminação no interior dos ônibus.

O sistema de iluminação deverá ser formado por pelo menos 2 (dois) circuitos de controle individual, capazes de alimentar os focos de luz fixados alternadamente e de maneira tal, que proporcionem uma iluminação a mais uniforme possível por todo o interior do veículo.

Além da iluminação anteriormente mencionada, serão colocados pontos de luz, com focos para leitura direcionados para cada poltrona, providos de interruptores individuais acionados pelo respectivo passageiro.

Todos os veículos deverão contar com pelo menos uma luz branca na caixa de degraus das portas de entrada e saída, disposta de tal forma que ofereça a adequada visibilidade e não afete a segurança e o deslocamento dos passageiros.

Poderão ser instaladas também "luzes guia", exceto da cor vermelha.

Os desníveis e degraus do corredor interno de circulação, deverão ser delimitados no piso do veículo, mediante luzes indicadoras localizadas de forma a não interferir na circulação.

Será permitido também a colocação de luzes anti-ofuscantes no pára-brisas.

As janelas de emergência serão sinalizadas com luzes vermelhas colocadas em correspondência a elas e conectadas às luzes de posição já regulamentadas, como as dos desníveis no corredor interno.

22. - ÔNIBUS DE PISO DUPLO

Os ônibus de piso duplo cumprirão, no que corresponda a eles, as disposições estabelecidas neste regulamento, excetuando os aspectos a seguir discriminados, que deverão ser satisfeitos conforme a indicação em cada tópico:

Altura mínima interior medida em cada andar, do nível do piso do corredor de circulação ao teto:

- Piso superior: 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros);
- Piso inferior: 1,80m (um metro e oitenta centímetros).

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Escada de ligação entre os dois pisos:

- Largura mínima: 60cm (sessenta centímetros);
- Profundidade mínima dos degraus: 21cm (vinte e um centímetros).

A altura máxima entre a plataforma das poltronas e o corredor de trânsito, no piso inferior será de: 33cm (trinta e três centímetros).

Os ônibus de piso duplo terão 2 (duas) janelas de emergência, em cada lateral do piso superior e em cada lateral do piso inferior, além da porta, uniformemente distribuídas na área das poltronas.

23. - VEÍCULOS LEVES DA CATEGORIA M3 (MICROÔNIBUS)

Os veículos da categoria M3 deverão igualmente, ajustar-se, em geral, ao prescrito no presente acordo, exceto nos seguintes aspectos:

- As poltronas poderão ser fixas ou reclináveis e estar dotadas de apóia-braço, desde que não reduzam a largura útil de cada assento;
- Poderão estar previstas instalações de poltronas específicas para auxiliar de bordo ou guia, quando corresponder;
- As poltronas poderão ser simples ou múltiplas, orientadas no sentido de marcha do veículo e/ou vice-versa;
- O espaço livre entre as poltronas não poderá ser inferior a:
 - para poltronas orientadas no mesmo sentido: 28cm (vinte e oito centímetros);
 - para poltronas orientadas em sentidos opostos: 50cm (cinquenta centímetros).
- largura mínima do corredor interno: 26cm (vinte e seis centímetros);
- A altura mínima do corredor interno de circulação, para veículo com capacidade inferior a 21 (vinte e uma) poltronas será de 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros);
- Poderão estar dotados de todos os equipamentos inerentes à comodidade e conforto dos passageiros, tais como bar, minibar, sanitários, música ambiente, vídeo, etc;
- Os veículos com capacidade inferior a 21 (vinte e uma) poltronas, deverão possuir no mínimo uma janela, destinada à saída de emergência, por lateral do veículo, que, quando acionada, apresente uma abertura livre mínima de 1,30m (um metro e trinta centímetros) por 50cm (cinquenta centímetros) ou duas de 75cm (setenta e cinco centímetros) por 50cm (cinquenta centímetros) (dotadas de qualquer um dos sistemas de acionamento previstos neste acordo) e outra saída de emergência, no teto, de 0,2m² (dois décimos de metro quadrado) de área livre com um de seus lados de 43cm (quarenta e três centímetros) no mínimo.

Os veículos poderão prescindir da saída de emergência de teto sempre que possuam para-brisa traseiro com as seguintes dimensões mínimas: um de 1,30m (um metro e trinta centímetros) por 50cm (cinquenta centímetros) e dois de 45cm (quarenta e cinco centímetros) por 50cm (cinquenta centímetros).

- O sistema de calefação e refrigeração será optativo.
- O vão livre das portas será de: 50cm (cinquenta centímetros).

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO V
Resolução nº 28/05

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

MERCOSUL/GMC/RES. N° 28/05

NORMA RELATIVA AO TRANSPORTE DE ENCOMENDAS EM ÔNIBUS DE PASSAGEIROS DE
LINHA REGULAR HABILITADOS PARA VIAGENS INTERNACIONAIS

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e a Resolução N° 117/94 do Grupo Mercado Comum.

CONSIDERANDO:

A necessidade de regulamentar o transporte de encomendas em ônibus de passageiros de linha regular, habilitados para viagens internacionais;

Que se entende conveniente ajustar os procedimentos estabelecidos pela Resolução GMC N° 117/94, a fim de permitir a implementação efetiva da norma.

O GRUPO MERCADO COMUM

RESOLVE:

Art. 1 - Aprovar a Norma Relativa ao Transporte de Encomendas em Ônibus de Passageiros de Linha Regular Habilitados para Viagens Internacionais, que consta como Anexo e faz parte da presente Resolução.

Art. 2 - Revogar a Resolução GMC N° 117/94, uma vez que a presente Resolução entre em vigor.

Art. 3 - A presente Resolução deverá ser incorporada aos ordenamentos jurídicos nacionais dos Estados Partes antes de 01/V/2006.

LX GMC – Montevidéu, 19/X/05

ANEXO

NORMA RELATIVA AO TRANSPORTE DE ENCOMENDAS EM ÔNIBUS DE PASSAGEIROS DE
LINHA REGULAR HABILITADOS PARA VIAGENS INTERNACIONAIS

Artigo 1

O transporte de encomendas entre Estados Partes, em ônibus de passageiros de linha regular habilitados para viagens internacionais, conjuntamente com o transporte de passageiros, observará o disposto nesta norma.

DEFINIÇÕES E CAMPO DE APLICAÇÃO

Artigo 2

1. Para os efeitos desta norma, considera-se:

I - encomenda:

a) Os documentos, impressos ou papéis não sujeitos a monopólio postal, segundo a legislação de cada Estado Parte, inclusive a documentação própria e inerente à carga;

b) amostras com valor FOB não superior a US\$ 3.000,00 (três mil dólares americanos) e com peso de até 50 Kg (cinquenta quilogramas);

c) mercadorias, com ou sem valor comercial, com valor FOB não superior a US\$ 3.000,00 (três mil dólares americanos) e com peso de até 50 Kg. (cinquenta quilogramas);

II - Aduana de:

a) Partida: a Aduana de um Estado Parte em cuja jurisdição se inicia uma operação de Trânsito Aduaneiro Internacional;

b) Fronteira: a Aduana de um Estado Parte pelo qual ingressa ou sai uma unidade de transporte, no curso de uma operação de Trânsito Aduaneiro Internacional;

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

c) Destino: a Aduana de um Estado Parte em cuja jurisdição se conclui uma operação de Trânsito Aduaneiro Internacional.

2. Se excluem do tratamento previsto nesta norma as mercadorias em quantidade ou freqüência de remessas que revelem destinação ou finalidade comercial, e a:

- a) Armas de fogo;
- b) Explosivos e munições;
- c) Substâncias inflamáveis;
- d) Substâncias entorpecentes, psicotrópicas, precursores e substâncias químicas essenciais para sua elaboração, cujas relações estabelecerá cada Estado Parte;
- e) Mercadorias de importação ou exportação proibidas em cada Estado Parte;
- f) Produtos ou resíduos perigosos, que representem riscos à saúde das pessoas, à segurança pública ou ao meio ambiente;
- g) Mercadorias sujeitas a licenciamento das autoridades sanitárias, fitossanitárias e zoonitárias em cada Estado Parte;
- h) Material nuclear e de tecnologia missilística, e os demais elementos de natureza ou para fins bélicos;
- i) Remessas fracionadas que superem, em conjunto, os valores e/ou os pesos permitidos.

TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

Artigo 3

1. As encomendas de que trata esta norma serão transportadas com suspensão dos gravames sobre a importação, ao amparo do regime de Trânsito Aduaneiro Internacional.

2. Para efeito do cálculo do montante dos tributos suspensos, o valor aduaneiro será estabelecido de acordo com o Artigo VII do GATT (Acordo de Valoração Aduaneira) e nas disposições previstas na Decisão CMC Nº 50/04.

3. Depois da conclusão do trânsito aduaneiro, as encomendas serão despachadas para o consumo, segundo o regime geral de importação, em conformidade com a legislação vigente no Estado Parte de destino.

4. O disposto no parágrafo 3 deste Artigo não prejudica a aplicação de regimes preferenciais ou especiais de importação, previstos em outras normas nacionais ou comunitárias, nem impede a adoção, por cada Estado Parte, de procedimentos simplificados para a nacionalização dos bens transportados com o tratamento previsto nesta norma.

5. Os Estados Partes poderão estabelecer a exigência de garantias para as operações a que se refere esta norma, ou sua dispensa, atendendo ao disposto em sua legislação e nas normas comunitárias.

HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO

Artigo 4

1. Poderão utilizar os procedimentos de que trata esta norma as empresas habilitadas para o transporte internacional de passageiros por rodovia, nos termos das disposições previstas no Acordo de Alcance Parcial sobre Transporte Internacional Terrestre do Cone Sul, e credenciadas pela Aduana de Partida.

2. As Aduanas de cada Estado Parte deverão comunicar às demais Aduanas as empresas habilitadas e credenciadas para utilizar os procedimentos previstos nesta norma.

ACONDICIONAMIENTO DAS ENCOMENDAS

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Artigo 5

1. As encomendas deverão ser transportadas acondicionadas em contêineres especiais, construídos com materiais resistentes ao uso contínuo, com características de identificação e inviolabilidade e que permitam sua lacração, de acordo com as especificações estabelecidas no Anexo I da presente norma.
2. Não será admitido:
 - a) o transporte de encomendas fora do contêiner a que se refere o parágrafo 1;
 - b) o transporte, no interior do contêiner a que se refere o parágrafo 1, de mercadorias não consideradas encomenda.
3. A observância aos requisitos para a fabricação e uso dos contêineres previstos nesta norma é de responsabilidade exclusiva das empresas de transporte.
4. Os contêineres deverão ser mantidos em compartimentos distintos a daqueles reservados à bagagem de passageiros e deverão ser removíveis de forma a permitir seu controle.

APLICAÇÃO E OPERAÇÃO DO REGIME

Artigo 6

1. O regime de Trânsito Aduaneiro Internacional aplicado às encomendas será concedido com base no Manifesto Internacional de Encomendas Transportadas por Rodovia / Declaração de Trânsito Aduaneiro – MIE / DTA, em conformidade com os dados que constam do Apêndice I da Resolução GMC Nº 17/04, para o manifesto de carga, e do Anexo II desta norma, para os conhecimentos correspondentes.
2. Os pontos de origem e destino dos contêineres deverão coincidir com os pontos iniciais e finais, respectivamente, da rota estabelecida para os ônibus.
3. As informações previstas no MIE/DTA deverão ser proporcionadas pelo transportador no idioma do país de origem e estar escritas ou impressas em caracteres legíveis e indelévels.
4. Não serão admitidos documentos que contenham emendas ou rasuras, exceto aquelas devidamente ressalvadas mediante nova rubrica do transportador, certificadas e aceitas pela Aduana de Partida.
5. As empresas habilitadas e credenciadas, conforme o Artigo 4, quando não transportem encomendas, deverão apresentar MIE/DTA, com a declaração negativa de encomendas.
6. Sem prejuízo do disposto nesta norma, os Estados Partes poderão adotar outros procedimentos de controle e registro informatizado relativos ao regime de Trânsito Aduaneiro Internacional aplicado às encomendas.
7. Os controles aduaneiros serão realizados unicamente pelas aduanas:
 - a) de início do trânsito;
 - b) de entrada do país intermediário, se for o caso; e
 - c) de entrada e de destino final do país de destino.
8. Todos os conhecimentos de carga devem estar vinculados a um mesmo MIE / DTA, não sendo permitido o fracionamento dos mesmos.

Artigo 7

O início e a conclusão do Trânsito Aduaneiro Internacional de encomendas somente poderão ser realizados em recintos aduaneiros habilitados, nas cidades determinadas pelos Estados Partes, as

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

quais serão comunicadas aos demais Estados Partes, para os efeitos da aplicação do disposto nesta norma.

Artigo 8

1. Em caso de interrupção da operação de Trânsito Aduaneiro Internacional de Encomendas ou de ruptura dos dispositivos de segurança aplicados, o responsável do veículo de transporte deverá comunicar o ocorrido:

- a) à Aduana mais próxima, na maior brevidade possível, para que sejam adotadas as providências necessárias ao resguardo das encomendas em trânsito; e
- b) às Aduanas de Partida e de Destino.

2. Na hipótese de que trata o parágrafo 1 deste Artigo, a Aduana mais próxima, indicada no inciso “a”, poderá autorizar o trasbordo, com ou sem descarga, do contêiner, sob controle aduaneiro.

3. Em caso de aplicação de novos dispositivos de segurança ou de substituição dos existentes, a Aduana interveniente deverá fazer constar o evento no documento MIE/DTA e transmitir essa circunstância à Aduana dos demais Estados Partes.

Artigo 9

O transporte de passageiros e de suas bagagens sempre terá prioridade sobre o transporte de encomendas amparado por este procedimento.

PROCEDIMENTOS NA ADUANA DE PARTIDA

Artigo 10

1. As empresas habilitadas e credenciadas nos termos do Artigo 4 apresentarão à Aduana de Partida as encomendas a serem transportadas, acompanhadas do MIE/DTA e de seu correspondente conhecimento de carga.

2. As autoridades da Aduana de Partida verificarão:

- a) se os documentos apresentados estão em ordem;
- b) se os contêineres a serem utilizados cumprem com os requisitos previstos no Anexo I;
- c) se as mercadorias transportadas correspondem em sua natureza e quantidade àquelas especificadas no conhecimento de carga.

Artigo 11

1. Cumpridas as formalidades do Artigo 10, as autoridades da Aduana de Partida colocarão os lacres e autorizarão o início da operação de Trânsito Aduaneiro Internacional.

2. A Aduana de Partida deverá validar e transmitir, por meio de seus sistemas informatizados oficiais, às demais Aduanas intervenientes na operação, as informações relativas às encomendas transportadas, ao veículo transportador e aos dispositivos de segurança aplicados, de forma a permitir a análise das informações previamente à chegada do veículo.

3. O transportador deverá dispor do sistema informatizado e dos equipamentos que permitam a transmissão das informações referidas no parágrafo 2 à Aduana de Partida.

PROCEDIMENTOS NAS ADUANAS DE FRONTEIRA

Artigo 12

**ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.**

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

1. Na Aduana de Fronteira de entrada do Estado Parte de destino das encomendas, as autoridades aduaneiras verificarão os lacres e as condições de segurança dos contêineres utilizados.
2. A colocação de lacres, pelas autoridades da Aduana de Partida, não impede a colocação dos próprios lacres ou a adoção de outras medidas fiscais pela Aduana dos outros Estados Partes, quando aquelas que tenham sido empregadas não sejam consideradas suficientes ou não ofereçam a segurança requerida.
3. Em caso de aplicação de novos dispositivos de segurança ou de substituição dos existentes, a Aduana interveniente deverá fazer constar o evento no documento MIE/DTA e transmitir essa circunstância às demais Aduanas.

PROCEDIMENTOS NA ADUANA DE DESTINO

Artigo 13

As autoridades da Aduana de Destino verificarão os dispositivos de segurança aplicados e o estado dos contêineres, podendo adotar os controles que considerem necessários a assegurar que todas as obrigações do transportador sejam cumpridas.

INFRAÇÕES ADUANEIRAS E RESPONSABILIDADES

Artigo 14

1. A empresa habilitada e credenciada nos termos do Artigo 4 será responsável pelas infrações aduaneiras cometidas na operação de Trânsito Aduaneiro Internacional de encomendas de que trata esta norma.
2. A aplicação de sanções nos casos de transgressão, violação ou descumprimento se regerá pela legislação do Estado Parte em que ocorrerem.
3. As infrações mencionadas no parágrafo 1 serão comunicadas às Aduanas dos demais Estados Partes.

Artigo 15

Sem prejuízo das sanções estabelecidas pela legislação de cada Estado Parte, as empresas transportadoras poderão ser sancionadas com suspensão ou cancelamento, atendendo à gravidade das infrações cometidas.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 16

- As Aduanas de cada Estado Parte poderão estabelecer normas complementares relativas:
- a) aos procedimentos de verificação do cumprimento dos requisitos exigidos das empresas transportadoras para a utilização de regime;
 - b) aos procedimentos de verificação dos requisitos exigidos para os contêineres e seu uso regular;
 - c) à definição dos requisitos técnicos e especificações para o desenvolvimento do sistema informatizado a cargo dos transportadores.

Artigo 17

Este regime poderá ser implementado bilateralmente quando os Estados Partes reúnam as condições previstas na presente norma.

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO I
CARACTERÍSTICAS DOS CONTÊINERES

1. MATERIAL:

Poderão ser fabricados em chapa de alumínio ou em fibra de vidro, com espessura suficiente para suportar o peso de seu conteúdo e resistência para suportar seu uso repetido.

2. DIMENSÕES:

Deverão ser compatíveis com as medidas dos compartimentos dos ônibus que os transportam, com capacidade mínima de duzentos litros e máxima de mil litros.

3. SISTEMA DE FECHAMENTO:

A tampa deverá estar unida ao resto do contêiner por fechaduras e dobradiças colocadas com parafusos de cabeça cega aparafusados por dentro, de forma a garantir sua inviolabilidade durante seu transporte ou armazenamento.

A tampa deverá estar dotada de elementos que permitam a colocação, pela Aduana, de lacres, cintas ou qualquer outro dispositivo, quando for necessário.

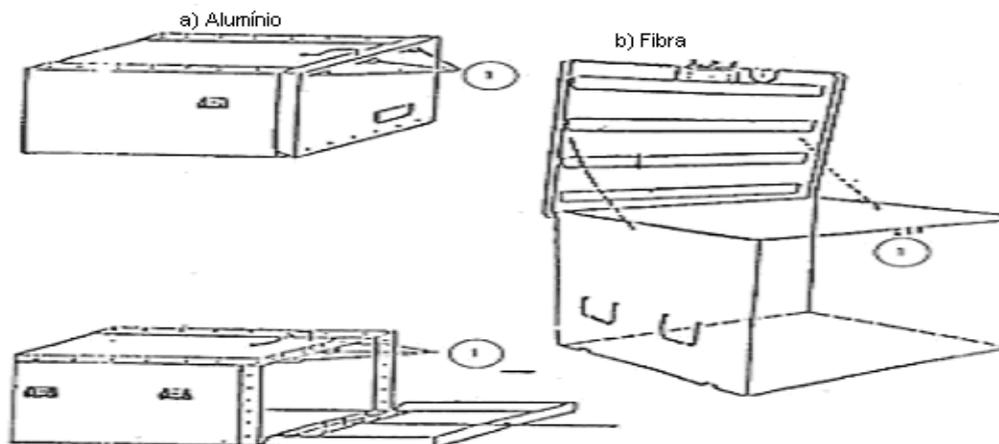
4. DEMAIS CARACTERÍSTICAS INTERNAS E EXTERNAS DO CONTÊINER:

Seu interior deve ser facilmente acessível para a inspeção aduaneira, sem a existência de compartimentos onde possam ser ocultas mercadorias.

Deve permitir sua fácil identificação, mediante a colocação de marcas e números gravados de forma que não possam ser modificados ou alterados.

Devem ser pintados em cor amarela, de maneira que sejam facilmente visíveis, contendo a indicação “ENCOMENDA INTERNACIONAL POR RODOVIA”, em preto.

5. MODELOS:



1) Dispositivo para lacre

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO VI
Manifestação dos Transportadores

REUNIÃO BILATERAL BRASIL-PERU DO SETOR EMPRESARIAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS INTERNACIONAL

Rio Branco/AC, 21 de agosto de 2008.

A NTC& Logística ponderou sobre a necessidade de eliminar o sistema de quotas existente com o Peru. Propôs que fosse adotada o sistema de subcontratação, mecanismo adotado por maioria dos países do cone sul.

A UNT e a ANATEC comunicaram que o sistema de cotas não poderá sofrer modificação no presente momento.

As entidades, NTC&Logística, a UNT e a ANATEC se comprometeram em intercambiar informações sobre normas e demais assuntos de interesse do transporte internacional.

A NTC&Logística comunicou sobre a feira de comércio que será realizada em São Paulo, a partir de 18/09/2008, iniciativa dos governos brasileiro e peruano.

A NTC&Logística se comprometeu em fazer gestões junto ao Congresso Nacional Brasileiro para aprovação do texto do Convênio para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal com Relação ao Imposto Sobre a Renda, celebrado entre o Brasil e o Peru em 2006.

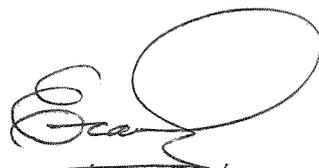
A empresa brasileira ABC Transportes convidou as empresas peruanas a visitarem sua Sede de operações em São Paulo.



SÔNIA ROTONDO
NTC & LOGÍSTICA



LUIS MARCOS BERNAL
UNT



FELIPE DÍAZ MARÍN
ANATEC

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO VII
Relação das Empresas de Transporte de Carga Habilitadas

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE
TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Empresas Brasileiras Habilitadas ao tráfego Brasil/Peru

N	Nome da empresa	Licença Originária	Vencimento da L.Complementar	Veículos	Capacidade de Carga (Kg)
1	ABC CARGAS LTDA	1355/97	INDETERMINADO	103	1.225
2	AMÉRICA TRANSPORTES INTERNACIONAIS BRASIL LTDA	2906/04	18/02/2014	30	352
3	ÁQUILA TRANSPORTES LTDA.	3008/04	24/05/2014	9	92
4	BONANÇA COMÉRCIO EXTERIOR LTDA.	1683/99	INDETERMINADO	20	161
5	BROTHERS OPERADORA DE TRANSPORTES MULTIMODAL LTDA	3453/05	12/12/2015	17	209
6	DI CANALLI COMÉRCIO, TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA	2958/04	20/04/2014	161	1.975
7	EXPRESSO ARAÇATUBA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA	742/95	INDETERMINADO	313	4.778
8	GUINDASTES E TRANSPORTES MARECHAL LTDA.	3680/07	28/06/2017	12	171
9	J.S. CANDIDO & CIA LTDA	3357/05	16/06/2015	37	442
10	JOAO MAURÍCIO CASA DE SOUZA	2488/02	INDETERMINADO	131	1.145
11	PRETE & PRETE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	2843/03	19/11/2013	35	529
12	REBESQUINI S/A TRANSPORTES	1182/96	INDETERMINADO	95	1.423
13	RECOL REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA.	3368/05	11/07/2015	7	87
14	TERRA NOVA TRANSPORTES LTDA	3240/04	14/01/2014	52	669
15	TRANSALEX CARGAS LTDA	1953/99	INDETERMINADO	235	3.566
16	TRANSILVA TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA	3511/06	24/04/2016	66	766
17	TRANSPORTES MARVEL LTDA	3369/05	11/07/2015	293	4.129
18	TRANSPORTES PELLEZ LTDA	1782/99	INDETERMINADO	37	408

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

19	TRANSPORTES RODOWAY LTDA.	3350/05	10/06/2015	58	924
Total em 19/08/2008				1.711	23.051

Empresas Peruanas Habilitadas ao tráfego Brasil/Peru

N	Nome da empresa	Licença Originária	Vencimento da L.Complementar	Veículos	Capacidade de Carga (Kg)
1	ATLAS CARGO S.A.C	1443/00	26/12/2009	15	210
2	MICHEBUS ANDINA INTERNACIONAL LIMITADA SOCIEDAD ANONIMA CERRADA	1908/05	28/02/2010	8	139
3	TRANSPORTES UNIDOS DEL SUR S.A.C.	2065/07	08/09/2015	53	796
Total em 19/08/2008				76	1.145

EMPRESAS PERUANAS QUE PRESTAN SERVICIO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL DE MERCANCIAS POR CARRETERA HACIA LA REPUBLICA DE BRASIL

PAISES DEL CONO SUR

N°	Razón Social	Documento de Idoneidad		Vigencia del Permiso		Tipo de Vehiculos				N° de Vehiculos		Capac. max. de carga TN.	Antigued. Promedio	Total Veh.
		N°	Fecha	Inicio	Vigencia	Camión	Remolc.	Semi-rem.	remolq.	Motor	No Motor			
	"SERVIMELSA" EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	0181-CS-06-MTC/15	17/11/2006	20/10/2006	20/10/2011	1	10	6	0	11	6	204.11	1997	17
	ATLAS CARGO S.A.C.	0113-CS-99-MTC/15.18	31/12/1999	27/12/1999	26/12/2009	0	11	19	1	11	20	557.40	1996	31
	CANO COMERCIAL SOCIEDAD ANONIMA CERRADA - CANO COMERCIAL S.A.C.	0149-CS-04-MTC/15	10/02/2004	28/01/2004	28/01/2009	0	3	2	0	3	2	60.00	1987	5
	CARGUEROS SUDAMERICANOS S.A.C.	0166-CS-05-MTC/15	28/04/2005	27/04/2005	26/04/2010	2	7	7	2	9	9	268.65	1993	18
	CORPORACION LAU 88 S.A.C.	0165-CS-05-MTC/15	01/01/1900	18/05/2005	17/05/2010	0	10	10	0	10	10	314.18	1986	20
	EMPRESA DE TRANSPORTE DE CARGA REFRIGERADA NACIONAL E INTERNACIONAL FRIO SUR SOCIEDAD	0186-CS-07-MTC/15	01/01/1900	06/12/2006	06/12/2011	0	3	2	0	3	2	52.00	1992	5
	EMPRESA DE TRANSPORTES ALEJANDRA & A.A.K. E.I.R.L.	0001-CS-08-MTC/15	01/01/1900	07/02/2008	07/02/2013	0	1	1	0	1	1	30.00	1995	2
	EMPRESA DE TRANSPORTES MORALES EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	0186-CS-06-MTC/15	21/12/2006	06/12/2006	06/12/2011	0	3	4	0	3	4	121.40	1991	7
	EMPRESA DE TRANSPORTES REFRIGERADOS MAURRODRI EMPRESA INDIVIDUAL DE	0183-CS-06-MTC/15	01/01/1900	03/11/2006	03/11/2011	0	4	4	0	4	4	97.30	1994	8
	EMPRESA DE TRANSPORTES SUDAMERICA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	0006-CS-08-MTC/15	01/01/1900	12/05/2008	12/05/2013	0	2	2	0	2	2	62.00	1990	4
	EMPRESA DE TRANSPORTES YSAMAR EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	0002-CS-08-MTC/15	01/01/1900	21/02/2008	21/02/2013	1	4	5	0	5	5	126.79	1996	10
	EXPRESO GRAEL SOCIEDAD ANONIMA CERRADA	0182-CS-06-MTC/15	14/12/2006	31/10/2006	31/10/2011	3	1	0	0	4	0	39.82	1996	4
	GRUPO LINARES SOCIEDAD ANONIMA - GRUPO LINARES S.A. OPERADOR LOGISTICO	0191-CS-07-MTC/15	25/06/2007	11/06/2007	11/06/2012	1	0	0	0	1	0	4.70	2006	1
	IMP. & EXP. ALDABA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	0169-CS-05-MTC/15	07/09/2005	24/08/2005	23/08/2010	0	11	12	0	11	12	240.00	1996	23
	INCA TRANSPORT SOCIEDAD COMERCIAL DE RESPONSABILIDAD LIMITADA	0176-CS-06-MTC/15	03/10/2006	06/09/2006	06/09/2011	0	3	3	0	3	3	100.75	1994	6
	JA TRANSPORTE & SERVICIO INTERNACIONAL S.A.C. - JA TRANSERVI S.A.C.	0143-CS-03-MTC/15	30/06/2003	23/05/2008	23/05/2013	0	23	42	0	23	42	989.72	2002	65
	MARITU SERVICE S.A.C.	0188-CS-07-MTC/15	01/01/1900	12/02/2007	12/02/2012	0	3	4	0	3	4	129.50	1992	7

Nº	Razón Social	Documento de Idoneidad		Vigencia del Permiso		Tipo de Vehículos				N° de Vehículos		Capac. max. de carga TN.	Antigued. Promedio	Total Veh.
		N°	Fecha	Inicio	Vigencia	Camión	Remolc.	Semi-rem	remolq.	Motor	No Motor			
18	MICHEBUS ANDINA INTERNACIONAL LIMITADA SOCIEDAD ANONIMA CERRADA - MICHEBUS S.A.C.	0159-CS-05-MTC/15	03/03/2005	01/03/2005	28/02/2010	0	4	5	0	4	5	121.03	1986	9
19	OPERADOR LOGISTICO RAMOS S.R.L.	0009-CS-08-MTC/15	01/01/1900	10/07/2008	10/07/2013	0	2	1	0	2	1	30.00	1998	3
20	ORGANIZACION DE TRANSPORTE EQUIPOS Y MAQUINARIAS S.A.C. - O.T.E.M. S.A.C.	0129-CS-01-MTC/15. 18	04/12/2001	/ /	27/11/2011	0	7	7	0	7	7	200.19	1995	14
21	REPRESENTACIONES, EXPORTACIONES, IMPORTACIONES TRANSPORTES PERU-BOLIVA	0161-CS-05-MTC/15	09/06/2005	09/05/2005	08/05/2010	1	2	2	1	3	3	68.05	1992	6
22	SAN DIEGO OPERADOR LOGISTICO S.A.C.	0005-CS-08-MTC/15	01/01/1900	01/04/2008	01/04/2013	0	12	0	0	12	0	0.00	2007	12
23	SANTIAGO RODRIGUEZ BANDA S.A.C.	0174-CS-06-MTC/15	01/01/1900	29/03/2006	29/03/2011	0	32	50	2	32	52	1376.40	1991	84
24	TERRACARGO S.A.C.	0192-CS-07-MTC/15	28/12/2007	06/11/2007	06/11/2012	0	22	34	0	22	34	1045.10	2002	56
25	TRANS LISA S.A.	0142-CS-03-MTC/15	21/03/2003	18/02/2003	18/02/2008	1	0	0	0	1	0	2.00	1992	1
26	TRANSOUTH S.A.C.	0154-CS-04-MTC/15	01/07/2005	26/10/2004	25/10/2009	0	3	2	0	3	2	72.61	1991	5
27	TRANSPORTES MOSCOSO S.R.L.	0132-CS-02-MTC/15. 18	05/04/2002	25/02/2007	25/02/2012	0	5	7	0	5	7	190.50	1992	12
28	TRANSPORTES TOVAR E.I.R.L.	0156-CS-04-MTC/15	01/01/1900	12/11/2004	11/11/2009	0	4	2	0	4	2	55.00	1988	6
29	TRANSPORTES UNIDOS DEL SUR SOCIEDAD ANONIMA CERRADA - TRANSUR S.A.C.	0170-CS-05-MTC/15	01/01/1900	09/09/2005	08/09/2015	0	22	29	0	22	29	856.21	1997	51
30	TRANSPORTES ZETRAMSA S.A.C.	0155-CS-04-MTC/15	01/01/1900	29/10/2004	28/10/2009	0	21	35	0	21	35	1038.25	1999	56
31	WILLKA MAYU PERU TOURS GRUPO CAMINOS DEL SOL OPERADOR SOCIEDAD ANONIMA CERRADA	0164-CS-05-MTC/15	02/06/2006	30/05/2005	29/05/2010	0	5	5	0	5	5	120.00	2002	10
Totales ==>						10	240	302	6	250	308	8573.66	1995	558

Fuente: Sub Dirección de Registros
 Dirección de Registros y Autorizaciones
 Fecha de emisión : 18/08/2008

DIRECTORIO EMPRESAS EXTRANJERAS QUE PRESTAN SERVICIO DE TRANSPORTE INTERNACIONAL DE CARGA POR CARRETERA
EMPRESAS DE BRASIL - PAISES DEL CONO SUR

Razón Social	Documento de Idoneidad N°	Vigencia del Permiso	Domicilio Legal	N° de Vehículos		Capac. de carga TN	Antigued. Promedio	Total Veh.
				Motor	No Motor			
ABC CARGAS LTDA.	1355-97	Indefinido	JR. MANUEL V. ARIAS MZ. "N" LOTE 19 273 - URB. PAMPLONA BAJA - SJM - LIMA - LIMA	50	60	1069.00	2001	110
AMERICA TRANSPORTES INTERNACIONAIS BRASIL LTDA	2906/04 (19.02.2004)	18/02/2014	FIDEL OLIVA ESCUDERO N° 192 DPTO 806, SAN MIGUEL, LIMA	13	14	72.00	2001	27
BONANCA COMERCIO EXTERIOR LTDA.	1683/99	Indefinido	AV. LIMA N° 505 DPTO. N° 301 - BARRANCO - LIMA - LIMA	12	10	220.00	2000	22
BROTHERS OPERADORA DE TRANSPORTES MULTIMODAL LTDA.	3453/05 (13.12.2005)	12/12/2015	CALLE PACHECO CESPEDES N° 36 CERCADO - TACNA - TACNA - TACNA	9	8	184.00	1989	17
DI CANALLI COMERCIO, TRANSPORTES E EMPREENDIMENTOS LTDA.	2958/04 (20.04.2004)	20/04/2014	AV. AREQUIPA N° 330, PISO 6 - CERCADO DE LIMA - LIMA - LIMA	98	64	866.00	2000	162
EXPRESO ARACATUBA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA.	742/95	Indefinido	LOS LUCUMOS N° 178 - 180 - URB. RES. MONTEERRICO - LA MOLINA - LIMA	112	167	3905.00	1998	279
GUINDASTES E TRANSPORTES MARECHAL LTDA.	3680/07 (29.06.2007)	28/06/2017	CALLE HAITI N° 254, ALTO DE LA ALIANZA - TACNA - TACNA - PERU	4	7	146.00	1992	11
J.S. CANDIDO & CIA LTDA.	3357/05 (17.06.2005)	16/06/2015	JR. VICTOR PANTOJA CASTILLO N° 373, PUEBLO LIBRE - LIMA - LIMA	14	14	322.00	1997	28
JOAO MAURICIO CASA DE SOUZA	2488/02	Indefinido	AV. AREQUIPA N° 330, 6° PISO - CERCADO DE LIMA - LIMA - LIMA	81	50	1145.00	2000	131
LIBERA SUL TRANSPORTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS LTDA.	3181/04 (09.12.2004)	08/12/2014	URB. LOS VIRREYES A-1, POCOLLAY - TACNA - TACNA	1	1	23.00	1979	2
PRETE & PRETE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA.	2843/03 (19.11.2003)	18/11/2013	AV. 07 DE JUNIO N° 319, NUEVA ESPERANZA - VILLA MARIA DEL TRIUNFO - LIMA - LIMA	5	7	115.00	1998	12
REBESQUINI S.A. TRANSPORTES	1182-96	Indefinido	CALLE BILBAO 194 - SAN ISIDRO - LIMA - LIMA	38	66	1518.00	1990	104
RECOL REPRESENTACOES E COMERCIO LTDA.	3368/05 (12.07.2005)	12/07/2015	EDIFICIO LOS NOGALES N° 404, RESIDENCIAL SAN FELIPE - JESUS MARIA - LIMA - LIMA	4	3	77.00	2002	7
TERRA NOVA TRANSPORTES LTDA.	3240/04 (14.01.2004)	14/01/2014	AV. 07 DE JUNIO N° 319, NUEVA ESPERANZA - VILLA MARIA DEL TRIUNFO	29	36	132.00	1999	65
TRANSILVA TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA.	3511/06 (25.04.2006)	24/04/2016	CALLE HAITI N° 254, ALTO DE LA ALIANZA - TACNA - TACNA	29	33	674.00	2003	62
TRANSPORTADORA AQUILA LTDA EPP	3008/04 (25.05.2004)	24/05/2014	ASOC. FEDERICO BARRETO, MZ. "D", LOTE 33, POCOLLAY - TACNA	6	4	92.00	1990	10
TRANSPORTES MARVEL LTDA.	3369/05 (12.07.2005)	11/07/2015	CALLE HAITI N° 254, DISTRITO ALTO DE LA ALIANZA - TACNA - TACNA	149	144	2737.00	2000	293

Razón Social	Documento de Idoneidad	Vigencia del Permiso	Domicilio Legal	N° de Vehículos		Capac. de carga TN	Antigued. Promedio	Total Veh.
				Motor	No Motor			
TRANSPORTES PELLENZ LTDA.	1782/99	Indefinido	CALLE MANUEL SEGURA MZ. L1, LOTE-77 - URB.COVIMA - LA MOLINA - LIMA - LIMA	7	20	374.00	1988	27
TRANSPORTES RODOWAY LTDA.	3350/05 (01.06.2005)	10/06/2015	PACHECO CESPEDES N° 36 - TACNA - TACNA - TACNA	14	42	867.00	1992	56
				675	750	14538.00	1996	1425

ales ==>

te: Sub Dirección de Registros
Dirección de Registros y Autorizaciones
Fecha de emisión : 18/08/2008

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO VIII
Decreto Supremo nº 021-2008-MTC



RELACIONES EXTERIORES

Autorizan viaje de funcionario diplomático a Argentina para asistir al XXV Foro Especializado Migratorio del MERCOSUR

**RESOLUCIÓN MINISTERIAL
N° 0691-2008-RE**

Lima, 4 de junio de 2008

CONSIDERANDO:

Que, se ha recibido una invitación de la Oficina de Temas Internacionales de la Dirección Nacional de Migraciones de la República de Argentina para que un funcionario del Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú participe en la XXV Foro Especializado Migratorio del MERCOSUR, a llevarse a cabo en la ciudad de Buenos Aires, República de Argentina, los días 10 al 12 de junio de 2008;

Que, el objetivo de dicha Reunión, de carácter técnico, es contribuir a la generación de políticas públicas a través del intercambio de ideas y experiencias en la perspectiva de la gobernabilidad migratoria y la protección de los derechos humanos de los migrantes;

Que, dentro de la nueva política consular y de protección a las comunidades peruanas en el exterior, uno de los aspectos fundamentales consiste en brindar un adecuado seguimiento a la problemática migratoria de nuestros connacionales;

Teniendo en cuenta el Memorandum (SCP) N° SCP0259/2008, de la Subsecretaría de Comunidades Peruanas en el Exterior, de 27 de mayo de 2008;

De conformidad con la Cuarta Disposición Complementaria de la Ley N° 28091, Ley del Servicio Diplomático de la República; los artículos 185° inciso g) y 190° del Reglamento de la Ley del Servicio Diplomático de la República, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 130-2003-RE; en concordancia con el artículo 83° del Reglamento de la Ley de Bases de la Carrera Administrativa, aprobado por el Decreto Supremo N° 005-90-PCM; el inciso m) del artículo 5° del Decreto Ley N° 26112, Ley Orgánica del Ministerio de Relaciones Exteriores; la Ley N° 27619, que regula la autorización de viajes al exterior de servidores y funcionarios públicos, su modificatoria la Ley N° 28807, que establece que los viajes oficiales al exterior de servidores y funcionarios públicos se realicen en clase económica, su Reglamento, aprobado mediante el Decreto Supremo N° 047-2002-PCM; y el numeral 8.2 del artículo 8° de la Ley N° 29142, Ley de Presupuesto del Sector Público para el Año Fiscal 2008;

SE RESUELVE:

Artículo Primero.- Autorizar el viaje, en comisión de servicios, del Ministro en el Servicio Diplomático Marco Alberto Núñez-Melgar Maguiña, Director General de Derechos de los Peruanos en el Exterior de la Subsecretaría de Comunidades Peruanas en el Exterior, a la ciudad de Buenos Aires, República Argentina, del 10 al 12 de junio de 2008, para que asista al XXV Foro Especializado Migratorio del MERCOSUR.

Artículo Segundo.- Los gastos que irrogue el cumplimiento de la presente Resolución, serán cubiertos por el Pliego Presupuestal del Ministerio de Relaciones Exteriores, Meta 29673: Trámite, Defensa y Protección de los Ciudadanos Peruanos en el Exterior (Política Consular), debiendo rendir cuenta documentada en un plazo no mayor de quince (15) días al término del referido viaje, de acuerdo con el siguiente detalle:

Nombres y Apellidos	Pasajes US\$	Viáticos por día US\$	Número de días	Total viáticos US\$	Tarifa aeropuerto US\$
Marco Alberto Núñez-Melgar Maguiña	975.20	200.00	3+1	800.00	30.25

Artículo Tercero.- Dentro de los quince (15) días calendario siguientes al término del referido foro, el mencionado funcionario diplomático deberá presentar ante el señor Ministro de Relaciones Exteriores, un informe de las acciones realizadas durante el viaje autorizado.

Artículo Cuarto.- La presente Resolución no da derecho a exoneración ni liberación de impuestos de ninguna clase o denominación.

Regístrese, comuníquese y publíquese.

JOSÉ ANTONIO GARCÍA BELAÚNDE
Ministro de Relaciones Exteriores

209849-1

TRANSPORTES Y
COMUNICACIONES

Aprueban el Reglamento Nacional de Transporte Terrestre de Materiales y Residuos Peligrosos

**DECRETO SUPREMO
N° 021-2008-MTC**

EL PRESIDENTE DE LA REPÚBLICA

CONSIDERANDO:

Que, la Ley N° 28256, Ley que regula el Transporte Terrestre de Materiales y Residuos Peligrosos, tiene por objeto regular las actividades, procesos y operaciones del transporte terrestre de los materiales y residuos peligrosos, con sujeción a los principios de prevención y de protección de las personas, el ambiente y la propiedad;

Que, la Segunda Disposición Final de la Ley N° 28256 establece que el Poder Ejecutivo mediante decreto supremo refrendado por el Presidente del Consejo de Ministros y los Ministros de Transportes y Comunicaciones, Salud, Energía y Minas, Producción y Agricultura, expedirá el reglamento de la citada ley;

Que, de conformidad con lo dispuesto en la Segunda Disposición Final de la Ley N° 28256 se conformó una mesa multisectorial integrada por los representantes de los sectores señalados en la citada disposición final y de otras instituciones públicas y privadas, con el objeto de recoger sus aportes al Proyecto de Reglamento de la Ley N° 28256, que se ha denominado "Reglamento Nacional de Transporte Terrestre de Materiales y Residuos Peligrosos";

Que, resulta necesario unificar en un cuerpo legal la normatividad sectorial que regula el transporte de materiales y residuos peligrosos, así como regular la indicada actividad en forma integral y sistemática, con el objeto de que la prestación de los citados servicios de transportes sea efectuada en condiciones adecuadas de seguridad, promoviendo la aplicación de estándares internacionales;

De conformidad con lo dispuesto en el numeral 8 del artículo 118° de la Constitución Política del Perú y en la Ley N° 28256;

DECRETA:

Artículo 1°.- Aprobación

Apruébese el Reglamento Nacional de Transporte Terrestre de Materiales y Residuos Peligrosos, que contiene ciento treinta artículos, siete disposiciones complementarias finales, siete disposiciones complementarias transitorias, una disposición complementaria derogatoria y un anexo.

Artículo 2°.- Refrendo

El presente Decreto Supremo será refrendado por el Presidente del Consejo de Ministros y los Ministros de

Transportes y Comunicaciones, Salud, Energía y Minas, Producción, Agricultura e Interior.

Dado en la Casa de Gobierno, en Lima, a los nueve días del mes de junio del año dos mil ocho.

ALAN GARCÍA PÉREZ
 Presidente Constitucional de la República

JORGE DEL CASTILLO GÁLVEZ
 Presidente del Consejo de Ministros

VERÓNICA ZAVALA LOMBARDI
 Ministra de Transportes y Comunicaciones

HERNÁN GARRIDO-LECCA M.
 Ministro de Salud

JUAN VALDIVIA ROMERO
 Ministro de Energía y Minas

RAFAEL REY REY
 Ministro de la Producción

ISMAEL BENAVIDES FERREYROS
 Ministro de Agricultura

LUIS ALVA CASTRO
 Ministro del Interior

**REGLAMENTO NACIONAL
 DE TRANSPORTE TERRESTRE DE
 MATERIALES Y RESIDUOS PELIGROSOS**

TÍTULO PRELIMINAR

**CAPÍTULO I
 DE LAS DISPOSICIONES GENERALES**

Artículo 1º.- Del Objeto

El presente reglamento tiene por objeto establecer las normas y procedimientos que regulan las actividades, procesos y operaciones del transporte terrestre de materiales y residuos peligrosos, con sujeción a los principios de prevención y de protección de las personas, el ambiente y la propiedad.

Artículo 2º.- Del ámbito de aplicación

El presente reglamento es de aplicación en todo el territorio de la República para el transporte terrestre de materiales y residuos peligrosos.

Artículo 3º.- Del alcance

1. Se encuentran comprendidas en las disposiciones del presente reglamento:

- a. Las personas naturales o jurídicas que realicen el transporte de materiales y/o residuos peligrosos;
- b. El remitente de materiales y/o residuos peligrosos;
- c. El destinatario de materiales y/o residuos peligrosos y;
- d. Los conductores y maquinistas que conducen vehículos o locomotoras que transportan materiales y/o residuos peligrosos.

2. Asimismo se encuentra comprendido en el presente reglamento el transporte terrestre de materiales y residuos peligrosos no nacionalizados en tránsito por el territorio nacional o entre recintos aduaneros, cualquiera fuere el régimen u operación aduanera al que se acojan o vayan a acogerse.

Artículo 4º.- De las actividades no comprendidas

No se encuentran comprendidos en el presente reglamento:

1. El transporte de materiales peligrosos en las cantidades limitadas que señala el Libro Naranja de las Naciones Unidas, siempre que cumplan con los requisitos que indica el citado libro.

2. Los materiales peligrosos necesarios para la propulsión del medio de transporte o para el funcionamiento del equipo especializado que se utiliza durante la operación de transporte.

3. El transporte de máquinas que incluyan de modo accesorio, materiales peligrosos en su estructura o en sus circuitos de funcionamiento siempre que éstos no presenten riesgo.

4. El transporte de armamento, municiones o material bélico realizado por las Fuerzas Armadas, la Policía Nacional del Perú u otras dependencias del Ministerio del Interior, en vehículos de su propiedad destinados para el cumplimiento de sus funciones.

5. El transporte de materiales peligrosos destinados a uso personal o doméstico o actividades de ocio o deportivas, embalados para la venta al por menor, a condición de que se tomen medidas para impedir cualquier fuga de contenido en condiciones normales de transporte. No se consideran embalados para la venta al por menor los materiales peligrosos en grandes recipientes de mercaderías a granel, grandes embalajes o cisternas.

6. Las actividades de producción, almacenamiento, utilización, reutilización, tratamiento, reciclaje y disposición final de materiales y/o residuos peligrosos.

Artículo 5º.- De las definiciones.

Para los efectos del presente reglamento, se entenderá por:

1. ACCIDENTE

Evento súbito, involuntario e imprevisible que causa daño a personas, a la propiedad y/o al ambiente.

2. AGUJERO PARA HOMBRES (MANHOLE)

Acceso para ingreso a un tanque o cisterna.

3. BULTOS

Todo envase o embalaje con materiales y/o residuos peligrosos adecuadamente acondicionados para su transporte terrestre.

4. CISTERNA

Tanque utilizado para el almacenamiento y transporte de materiales o residuos peligrosos en estado líquido o gaseoso provisto de los elementos estructurales necesarios para el transporte de dichos materiales o residuos.

5. CONTENEDOR

Todo elemento de transporte que revista carácter permanente y sea por lo tanto lo bastante resistente para permitir su utilización reiterada, especialmente concebido para facilitar el transporte de mercancías sin operaciones intermedias de carga y descarga, por uno o varios modos de transporte, que cuenta con dispositivos que facilitan su estiba y manipulación; que ha sido aprobado de conformidad con el "Convenio Internacional sobre la Seguridad de los Contenedores (CSC de 1972)" y sus enmiendas. El término "contenedor" no comprende los vehículos ni el embalaje; sin embargo, comprende los contenedores transportados y asegurados con sistema de anclaje al chasis.

6. CONVOY

Conjunto de vehículos que transportan materiales y/o residuos peligrosos, que marchan a una distancia razonable y prudente entre ellos.

7. DESCONTAMINACIÓN

Proceso en el cual se emplean medios físicos o químicos para remover y eliminar del vehículo, unidad de carga o vagón, las propiedades nocivas de los materiales y/o residuos peligrosos transportados con anterioridad.



8. DESTINATARIO

Persona a cuyo nombre se envían los materiales y/o residuos peligrosos y, como tal, es designado en la Guía de Remisión - Remitente.

9. DIGESA

Dirección General de Salud Ambiental del Ministerio de Salud.

10. DGCF

Dirección General de Caminos y Ferrocarriles del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

11. DGT

Dirección General de Transporte Terrestre del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

12. EMERGENCIA

Situación generada por un evento repentino e imprevisto que hace tomar medidas de prevención, protección y control inmediatas para minimizar sus consecuencias.

13. EMPRESA PRESTADORA DE SERVICIO DE TRANSPORTE

Persona jurídica registrada y autorizada para realizar servicio de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos. Puede realizar transporte de materiales peligrosos de su propiedad o residuos peligrosos generados por ella.

14. EQUIPO DE PROTECCIÓN PERSONAL

Dispositivos, materiales e indumentaria específica y personal, destinados a la protección del personal que participa en la operación de transporte de materiales y/o residuos peligrosos.

15. ETIQUETA

Conjunto de elementos de información escritos, impresos o gráficos relativos a un producto peligroso, elegidos en razón de su pertinencia para el sector o los sectores de que se trate, que se adhieren o se imprimen en el recipiente que contiene el material peligroso o en su embalaje/envase exterior o que se fijan en ellos.

16. HOJA RESUMEN DE SEGURIDAD

Documento que contiene instrucciones escritas, de manera concisa, para cada material o residuo peligroso transportado o para cada grupo de materiales o residuos peligrosos que presenten los mismos peligros o riesgos, en previsión de cualquier incidente o accidente que pueda sobrevenir durante la operación de transporte.

17. LIBRO NARANJA DE LAS NACIONES UNIDAS

Edición en español de las Recomendaciones Relativas al Transporte de Mercancías Peligrosas (Reglamentación Modelo), elaboradas por el Comité de Expertos de Transporte de Mercancías Peligrosas, del Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas.

18. MAQUINISTA

Titular de la licencia de conducir vehículos ferroviarios de categoría especial capacitado para operar locomotoras que transportan materiales y/o residuos peligrosos.

19. MATERIALES Y RESIDUOS PELIGROSOS

Aquellos que por sus características fisicoquímicas y/o biológicas o por el manejo al que son o van a ser sometidos, pueden generar o desprender polvos, humos, gases, líquidos, vapores o fibras infecciosas, irritantes, inflamables, explosivos, corrosivos, asfixiantes, tóxicos o de otra naturaleza peligrosa o radiaciones ionizantes en cantidades que representan un riesgo significativo para la salud, el ambiente o a la propiedad. Esta definición comprende los concentrados de minerales, los que para efectos del presente reglamento, se considerarán como Clase 9, de acuerdo a lo dispuesto en el artículo 15º del mismo, salvo que el riesgo de la sustancia corresponda a una de las clases señaladas en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

20. MATERIALES Y RESIDUOS PELIGROSOS INCOMPATIBLES

Aquellos materiales y/o residuos que cargados o transportados juntos, pueden ocasionar riesgos o peligros inaceptables en caso de derrame o cualquier otro accidente.

21. MERCANCÍAS PELIGROSAS

Cuando en el Libro Naranja de las Naciones Unidas se refiera a mercancías peligrosas, entiéndase como materiales peligrosos.

22. OPERACIÓN DE TRANSPORTE

Transporte de materiales y/o residuos peligrosos de un lugar a otro por vía terrestre. También comprende actividades de carga, estiba, manipulación y descarga.

23. PELIGRO

Fuente con potencial para producir daños a la salud de las personas, al ambiente o propiedad.

24. PLAN DE CONTINGENCIA

Instrumento de gestión, cuya finalidad, es evitar o reducir los posibles daños a la vida humana, salud, patrimonio y al ambiente; conformado por un conjunto de procedimientos específicos preestablecidos de tipo operativo, destinados a la coordinación, alerta, movilización y respuesta ante una probable situación de emergencia, derivada de la ocurrencia de un fenómeno natural o por acción del hombre y que se puede manifestar en una instalación, edificación y recinto de todo tipo, en cualquier ubicación y durante el desarrollo de una actividad u operación, incluido el transporte.

25. REMITENTE

Persona que entrega, para su transporte por vía terrestre, una remesa de material y/o residuo peligroso. Puede ser, el fabricante, el propietario o el destinatario.

26. RIESGO

Probabilidad de que ocurra un hecho capaz de producir algún daño a la salud de las personas, al ambiente y/o propiedad.

27. RÓTULO

Señal de advertencia que identifica el riesgo de un material o residuo peligroso, por medio de colores y símbolos que se ubican sobre el vehículo, unidad de carga o vagón.

28. SERVICIO DE TRANSPORTE

Aquel que se presta a terceros a cambio de una retribución, pudiendo comprender las actividades de carga, estiba, manipulación y descarga de materiales y/o residuos peligrosos.

29. TRANSBORDO

Operación de traslado de la carga de un vehículo o unidad de carga a otro vehículo o unidad de carga.

30. TRASIEGO

Operación de traslado de fluidos líquidos o gaseosos de un recipiente a otro.

31. TRANSPORTISTA

Persona natural o jurídica que realiza el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos.

32. TRANSPORTE POR CUENTA PROPIA

Aquel que realizan las personas naturales o jurídicas en vehículos propios o tomados en arrendamiento financiero u operativo, cuya actividad o giro principal no es el transporte y siempre que los bienes a transportar sean de su propiedad.

33. TRANSPORTE TERRESTRE INTERMODAL

El que se realiza por carretera y ferrocarril o viceversa por el mismo transportista.

34. TREN

Una o más locomotoras enganchadas o cualquier vehículo ferroviario con tracción propia, con o sin material rodante remolcado que circule por la vía férrea.

35. TRIPULACIÓN DEL TREN O PERSONAL RODANTE

Personal calificado y autorizado a cargo de la conducción de un tren.

36. UNIDAD DE CARGA

Remolque o semiremolque sin propulsión propia, acondicionado y equipado de acuerdo a la naturaleza del material y/o residuo peligroso que transporta.

37. VAGÓN PARA EL TRANSPORTE DE MATERIALES Y RESIDUOS PELIGROSOS

Vehículo ferroviario remolcado, destinado al transporte de materiales y/o residuos peligrosos.

38. VEHÍCULO

Aquel dotado de propulsión propia que se desplaza por vía terrestre vehicular

39. VÍA FÉRREA

Vía sobre la que transitan vehículos ferroviarios.

40. VÍA VEHICULAR

Vía sobre la que transitan vehículos automotores y unidades de carga definidos conforme al presente reglamento.

41. VÍA TERRESTRE

Carretera, vía urbana o camino rural abierto a la circulación pública de vehículos, ferrocarriles, peatones y también animales. Para efectos de este reglamento, se divide en vía vehicular y vía férrea.

CAPÍTULO II DE LAS COMPETENCIAS

Artículo 6°.- De las Autoridades competentes.

Son autoridades competentes respecto al transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos, según corresponda:

1. El Ministerio de Transportes y Comunicaciones.
2. El Ministerio de Salud.
3. Las Municipalidades Provinciales.

Artículo 7°.- Del Ministerio de Transportes y Comunicaciones

El Ministerio de Transportes y Comunicaciones es el órgano rector a nivel nacional del transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos y tiene las siguientes competencias:

1. Regular, supervisar, fiscalizar y sancionar el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos por carretera y ferrocarril.
2. Establecer y mantener actualizado el Registro Único de Transporte de Materiales y/o Residuos Peligrosos.
3. Expedir la licencia de conducir de categoría especial para los conductores y maquinistas de las unidades de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos, así como determinar los requisitos para su otorgamiento.
4. Fomentar la capacitación del personal que interviene en el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos.
5. Coordinar y ejecutar acciones en materia de seguridad y salud de las personas, así como protección del ambiente y la propiedad en el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos, con los otros sectores competentes, gobiernos regionales y municipalidades.
6. Verificar que los transportistas cuenten con una póliza de seguro que cubra la operación de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos que señala el presente reglamento.

7. Autorizar, fiscalizar y sancionar a los transportistas, al personal que interviene en la operación de transporte de materiales y/o residuos peligrosos, así como a las entidades de capacitación y a los instructores en el manejo de materiales y residuos peligrosos, a través de sus órganos competentes.

8. Verificar a través de las direcciones de circulación terrestre de los gobiernos regionales, que todo transportista que realice transporte de materiales y/o residuos peligrosos, se encuentre debidamente autorizado.

Artículo 8°.- Del Ministerio de Salud

El Ministerio de Salud ejercerá las siguientes competencias:

1. Regular, a través de DIGESA, los aspectos técnico-sanitarios del transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos conforme a lo establecido en el presente reglamento.
2. Declarar zonas en situación de emergencia sanitaria por el manejo inadecuado en el transporte terrestre de los materiales y/o residuos peligrosos.
3. Disponer el levantamiento del estado de emergencia generada por el manejo inadecuado de materiales y/o residuos peligrosos.
4. Disponer el control de los riesgos sanitarios generados por el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos.

Artículo 9°.- De las municipalidades provinciales

Las municipalidades provinciales, en la red vial de su jurisdicción y competencia ejercerán las siguientes funciones:

1. Señalarán las vías alternas para el tránsito de los vehículos y unidades de carga en los que se transporta materiales y/o residuos peligrosos, así como los lugares de estacionamiento de las mismas, debiendo coordinar para ello, con la Comisión Ambiental Regional (CAR) y el órgano competente del gobierno regional.
2. Autorizarán los lugares de descontaminación de los vehículos y unidades de carga que transportan materiales y/o residuos peligrosos cumpliendo con las condiciones técnico-sanitarias establecidas por DIGESA, a excepción de las áreas que para este fin estén comprendidas dentro de las unidades de producción.

CAPÍTULO III DE LOS ORGANISMOS DE APOYO

Artículo 10°.- De los Organismos de apoyo

Para el cumplimiento de las disposiciones contenidas en el presente reglamento se contará con el apoyo de las siguientes instituciones:

1. Ministerio del Interior.
2. Instituto Peruano de Energía Nuclear - IPEN.
3. Instituto Nacional de Defensa Civil - INDECI.
4. Cuerpo General de Bomberos Voluntarios del Perú.

Artículo 11°.- Del Ministerio del Interior

El Ministerio del Interior realizará, a través de la Dirección General de Control de Servicios de Seguridad, Control de Armas, Munición y Explosivos de Uso Civil - DICSCAMEC y de la Policía Nacional del Perú las siguientes funciones de apoyo.

1. A través de la Dirección General de Control de Servicios de Seguridad, Control de Armas, Munición y Explosivos de Uso Civil - DICSCAMEC:
 - a) Otorgar las "GUIAS DE TRANSITO" para el traslado de materiales y/o residuos peligrosos de la clase 1 de uso civil en todo el territorio de la República y;
 - b) Disponer la custodia para el transporte de explosivos, insumos y conexos.
2. A través de la Policía Nacional del Perú
 - a) Prestar apoyo en las acciones de control del transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos que se realicen conforme al presente reglamento y;



b) Prestar apoyo al Cuerpo General de Bomberos Voluntarios del Perú, en la atención de emergencias o accidentes que se deriven del transporte de materiales y/o de residuos peligrosos.

Artículo 12°.- Del Instituto Peruano de Energía Nuclear - IPEN

El Instituto Peruano de Energía Nuclear realiza las funciones de autorizar, controlar y fiscalizar la operación de transporte terrestre de fuentes de radiación ionizante relativo a seguridad radiológica y nuclear, protección física y salvaguardias de los materiales nucleares a nivel nacional conforme a lo previsto en el presente reglamento y las normas nacionales vigentes sobre la materia.

Artículo 13°.- Del Instituto Nacional de Defensa Civil - INDECI

El Instituto Nacional de Defensa Civil tiene la función de brindar apoyo en la atención de emergencia proporcionando apoyo inmediato a la población afectada por desastres generados durante la operación de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos.

Artículo 14°.- Del Cuerpo General de Bomberos Voluntarios del Perú

El Cuerpo General de Bomberos Voluntarios del Perú, ejercerá las siguientes funciones de apoyo:

1. Dirigir, con el apoyo de la Policía Nacional del Perú y de las autoridades sectoriales, regionales y locales de, ser el caso, y en coordinación con el transportista, la atención de emergencias o accidentes ocurridos durante el transporte de materiales y/o residuos peligrosos.

2. Proponer a las autoridades competentes, recomendaciones sobre la atención de emergencias o accidentes a ser contemplados en los respectivos planes de contingencia.

**CAPÍTULO IV
DE LOS MATERIALES Y RESIDUOS PELIGROSOS**

Artículo 15°.- De la clasificación de materiales peligrosos

Los materiales peligrosos comprendidos en el presente reglamento se adscriben a una de las nueve clases establecidas en el Libro Naranja de las Naciones Unidas; cuyo detalle es el siguiente:

Clase 1 : Explosivos

División 1.1: Sustancias y objetos que presentan un riesgo de explosión en masa.

División 1.2: Sustancias y objetos que tienen un riesgo de proyección, pero sin riesgo de explosión en masa.

División 1.3: Sustancias y objetos que presentan un riesgo de incendio y un riesgo menor de explosión o un riesgo menor de proyección, o ambos, pero no un riesgo de explosión en masa.

División 1.4: Sustancias y objetos que no presentan riesgo apreciable.

División 1.5: Sustancias muy insensibles que presentan un riesgo de explosión en masa.

División 1.6: Objetos sumamente insensibles que no tienen riesgo de explosión en masa.

Clase 2 : Gases

División 2.1: Gases inflamables.

División 2.2: Gases no inflamables, no tóxicos.

División 2.3: Gases Tóxicos.

Clase 3 : Líquidos inflamables

Clase 4 : Sólidos inflamables

Sustancias que pueden experimentar combustión espontánea, sustancias que en contacto con el agua, desprenden gases inflamables.

División 4.1: Sólidos inflamables, sustancias de reacción espontánea y sólidos explosivos insensibilizados.

División 4.2: Sustancias que pueden experimentar combustión espontánea.

División 4.3: Sustancias que, en contacto con el agua, desprenden gases inflamables.

Clase 5 : Sustancias comburentes y peróxidos orgánicos

División 5.1: Sustancias comburentes.

División 5.2: Peróxidos orgánicos.

Clase 6 : Sustancias tóxicas y sustancias infecciosas

División 6.1: Sustancias tóxicas.

División 6.2: Sustancias infecciosas.

Clase 7 : Materiales radiactivos

Clase 8 : Sustancias corrosivas

Clase 9 : Sustancias y objetos peligrosos varios

Artículo 16°.- De los residuos peligrosos.

1. Los residuos peligrosos se transportarán conforme a los requisitos de la clase correspondiente que señala el artículo precedente, habida cuenta de sus peligros y de los criterios que figuran en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

2. Los residuos peligrosos no comprendidos conforme al párrafo anterior, pero incluidos en el Convenio de Basilea sobre el Control de los Movimientos Transfronterizos de los Desechos Peligrosos y su Eliminación, deben transportarse como pertenecientes a la clase 9.

Artículo 17°.- Del número de identificación de materiales y residuos peligrosos

Los materiales y residuos peligrosos se identificarán con el número indicado en la lista de mercancías peligrosas del Libro Naranja de las Naciones Unidas.

Artículo 18°.- De la actualización de la lista de materiales peligrosos y residuos peligrosos

El Ministerio de Salud, a través de DIGESA, mantendrá a disposición del público, en su portal institucional, la lista actualizada de materiales peligrosos, contenidas en el Libro Naranja de las Naciones Unidas y la lista de residuos peligrosos conforme al Reglamento de la Ley N° 27314, Ley General de Residuos Sólidos y el Convenio de Basilea sobre el Control de los Movimientos Transfronterizos de los Desechos Peligrosos y su Eliminación.

Artículo 19°.- De los rótulos y etiquetas

Los rótulos y etiquetas empleados en el transporte de los materiales y/o residuos peligrosos deberán ceñirse a lo establecido en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

Artículo 20°.- Del envase, embalaje y contenedores

Los envases y embalajes de los materiales y/o residuos peligrosos estarán sometidos a las siguientes condiciones generales:

1. Los envases y embalajes de los materiales y/o residuos peligrosos se rigen de acuerdo con la clasificación, tipos y disposiciones que establece el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

2. Los envases y embalajes de materiales y/o residuos peligrosos deben tener la resistencia suficiente para soportar la operación de transporte en condiciones normales de acuerdo a lo señalado en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

3. Los contenedores que se usen en el transporte de materiales y residuos peligrosos deberán cumplir con lo señalado en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.



CAPÍTULO V DE LA PÓLIZA DE SEGUROS Y DEL PLAN DE CONTINGENCIA

Artículo 21°.- De la póliza de seguro

1. Todo vehículo o tren que se utiliza en la operación de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos, desde la recepción de la carga hasta su entrega al destinatario, debe contar con una póliza de seguros que cubra los gastos ocasionados por los daños personales, materiales y ambientales derivados de los efectos de un accidente generado por la carga, ocurrido durante dicha operación.

2. La referida póliza de seguros deberá tener las siguientes características:

- a) Periodicidad anual;
- b) Cobertura nacional para el transporte por carretera y en el ámbito de su operación para el transporte ferroviario;
- c) Aplicación automática e inmediata, sin requerimiento de pronunciamiento previo de autoridad alguna;
- d) Ilimitada en la atención anual del número de siniestros y;
- e) Ausencia de control.

3. Las coberturas mínimas de la póliza de seguros serán las siguientes:

a) Daños personales que afectan la integridad física de las personas;

a.1 Lesiones: Hasta cinco (5) Unidades impositivas tributarias (UIT);

a.2 Invalidez temporal: Hasta una (1) Unidad impositiva tributaria (UIT);

a.3 Invalidez permanente: Cuatro (4) Unidades impositivas tributarias (UIT);

a.4 Muerte: Cuatro (4) Unidades impositivas tributarias (UIT) y;

a.5 Sepelio: Hasta una (1) Unidad impositiva tributaria (UIT).

b) Daños materiales que afectan a los bienes o patrimonio, como consecuencia directa del evento: Hasta cincuenta (50) Unidades impositivas tributarias (UIT) y;

c) Remediación ambiental: Hasta cincuenta (50) Unidades impositivas tributarias (UIT).

4. La contratación de la póliza no releva al transportista de la responsabilidad administrativa, civil y penal por los daños personales, materiales y ambientales que le pudiera corresponder.

Artículo 22°.- Del plan de contingencia

1. Los planes de contingencia de transporte de materiales y residuos peligrosos será elaborado conforme a la Ley N° 28551, Ley que establece la obligación de elaborar y presentar planes de contingencia.

2. Cuando se trate de transporte por cuenta propia, el plan de contingencia será aprobado por el sector que corresponda a la actividad que produce o emplea el material o residuo peligroso de acuerdo a sus normas vigentes.

3. Cuando se trate del servicio de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos, el plan de contingencia será aprobado por la Dirección General de Asuntos Socio - Ambientales - DGASA del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, debiéndose presentar para el efecto lo siguiente:

a) Solicitud dirigida al Director General de Asuntos Socio-Ambientales, indicando la razón o denominación social, el número del Registro Único de Contribuyente y domicilio; el número de resolución directoral con la cual se le otorgó el permiso de operación especial;

b) Dos (02) ejemplares originales del plan de

contingencia suscrito por quien lo elaboró, quien deberá contar con la habilitación del Colegio Profesional correspondiente;

c) Un (01) disco compacto en formato PDF o RTF y gráficos o fotos con resolución 800x600 píxeles, con el contenido del plan de contingencia y;

d) Constancia de pago por derecho de trámite cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

CAPÍTULO VI DE LA CAPACITACIÓN

Artículo 23°.- De la capacitación del personal que interviene en la operación de transporte

El personal que intervenga en la operación de transporte de materiales y/o residuos peligrosos deberá contar con una capacitación básica sobre el manejo de materiales y/o residuos peligrosos y aplicación del plan de contingencia para dicho transporte, la que será actualizada periódicamente y acreditada con la certificación correspondiente emitida por entidades de capacitación autorizadas e inscritas en el Registro de Entidades de Capacitación e Instructores en el Manejo de Materiales y/o Residuos Peligrosos a cargo del órgano competente del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

Artículo 24°.- De los objetivos de la capacitación

El curso de capacitación tendrá por objetivos:

1. Dotar de conocimientos al personal que interviene en las actividades de la operación de transporte de materiales y residuos peligrosos sobre el manejo seguro de éstos, de manera de preservar la integridad de las personas, de la propiedad y del ambiente.

2. Dotar de conocimientos al personal que interviene en la operación de transporte sobre los procedimientos de seguridad preventivos y los aplicables en caso de emergencia.

Artículo 25°.- De la capacitación básica y su actualización

1. La capacitación básica y su actualización se efectuará conforme al programa de instrucción teórica y práctica que apruebe la DGTT.

2. La actualización de la capacitación básica se realizará cada tres (3) años en base a las materias del programa de capacitación básica que apruebe la DGTT.

3. Los conductores y maquinistas requieren tener como mínimo educación secundaria completa para recibir la capacitación que refiere el presente reglamento.

Artículo 26°.- De la capacitación especializada y su actualización

1. Además de la capacitación básica, el conductor y el maquinista deberán asistir a un curso especializado conforme al programa y horas lectivas que aprueba la DGTT, cuando realicen el transporte en los siguientes casos:

- a) Transporte en cisternas;
- b) Transporte de materiales y residuos de la clase 1 y;
- c) Transporte de materiales y residuos de la clase 7.

2. La actualización de la capacitación especializada se realizará, cuando corresponda, conjuntamente con la actualización de la capacitación básica.

Artículo 27°.- De la evaluación de la capacitación

Concluido el programa de capacitación básica, su actualización o el curso especializado, deberá realizarse un examen teórico - práctico para verificar los conocimientos adquiridos, el que debe tener una aprobación mínima del 70% para el otorgamiento del certificado de capacitación, según corresponda.



Artículo 28°.- Del certificado de capacitación

1. El certificado de capacitación que señala el presente reglamento, será expedido conforme al formato que apruebe la DGTT.

2. El certificado emitido en formato distinto o emitido por entidad, cuyos instructores no reúnan los requisitos que señala el presente reglamento no tendrá efecto legal alguno.

Artículo 29°.- De los requisitos para acceder a la autorización y registro como entidad de capacitación

1. Para solicitar autorización y registro como entidad de capacitación en el manejo de materiales y/o residuos peligrosos, las instituciones interesadas deberán presentar ante la DGTT los siguientes documentos:

a) Solicitud indicando la razón o denominación social, número del Registro Único de Contribuyente y domicilio; nombre, documento de identidad y número de partida de inscripción del nombramiento y/o poder del representante legal inscrito en los Registros Públicos;

b) Copia simple de sus estatutos, inscrito en los Registros Públicos o norma legal de creación de entidad especializada, en donde se indique como una de sus actividades, la capacitación en el manejo de materiales y residuos peligrosos;

c) Para el caso de entidades privadas, copia de la autorización proporcionada por el Sector Educación o escrito indicando el número y fecha de la resolución autoritativa, así como la dependencia que haya emitido la misma a efectos de que sea recabada por la DGTT;

d) Documentación que acredite contar con un local para el manejo administrativo de la institución;

e) Relación de la plana de instructores que brindará la capacitación y copia simple de la documentación que acredite su formación académica con estudios de nivel superior y capacitación en el tema a dictar; así como de la aprobación del curso de instructor relacionado con el manejo de materiales peligrosos. En caso de haber sido otorgada en el exterior, la documentación deberá estar legalizada por el Ministerio de Relaciones Exteriores y;

f) Constancia de pago por derecho de trámite cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

2. Las universidades están exceptuadas de presentar los requisitos establecidos en los literales b) y c) del inciso 1 del presente artículo.

Artículo 30°.- De la vigencia y renovación de la autorización de la entidad de capacitación

1. La vigencia de la autorización como entidad de capacitación será de cinco (05) años, pudiéndose renovar por periodos iguales.

2. Para la renovación de la autorización, los peticionarios, con anterioridad a su vencimiento, presentarán una solicitud con carácter de declaración jurada indicando la razón o denominación social, número del Registro Único de Contribuyente y domicilio; nombre, documento de identidad y número de partida de inscripción del nombramiento y/o poder del representante legal inscrito en los Registros Públicos y que cumple con los requisitos que le permitieron acceder a la autorización inicial y el pago por derecho de trámite cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones. En el caso de haber variado la documentación presentada inicialmente, deberá adjuntar la documentación sustentatoria correspondiente.

3. Si no se solicita la renovación con la anticipación mínima indicada deberá solicitarse una nueva autorización.

Artículo 31°.- Del plazo para emitir la autorización como entidad de capacitación o su renovación

1. La DGTT emitirá el acto administrativo correspondiente a la autorización como entidad de capacitación o su renovación en el plazo máximo de treinta (30) días hábiles de presentada la solicitud, encontrándose sujeto a evaluación previa con silencio administrativo positivo.

2. La resolución que otorga la autorización señalará su inscripción inmediata en el registro correspondiente.

Artículo 32°.- De las causales de la cancelación de la autorización de la entidad de capacitación

1. Durante la vigencia de la autorización, la entidad de capacitación deberá mantener vigentes los requisitos que le permitieron acceder a la misma, debiendo comunicar las modificaciones en ellos para la calificación y actualización de datos en el registro correspondiente.

2. Son causales de cancelación de la autorización de entidades de capacitación las siguientes:

a) Modificación del objeto social que excluya la capacitación en el manejo de materiales y/o residuos peligrosos;

b) Cuando la entidad sea disuelta o sea declarada insolvente conforme a la Ley General del Sistema Concursal, Ley N° 27809;

c) Por la caducidad del plazo de vigencia de la autorización sin que se haya solicitado la renovación correspondiente;

d) Cuando, por cualquier causa, el Registro Único del Contribuyente se encuentre en la situación de baja definitiva y;

e) Por la reincidencia de infracciones conforme al presente reglamento.

3. La DGTT podrá declarar la cancelación de la autorización, de oficio o a pedido de parte, siendo su efecto, la culminación del servicio de capacitación una vez que el acto administrativo haya quedado firme.

**CAPÍTULO VII
DEL REGISTRO ÚNICO Y DE LA AUTORIZACIÓN
DE TRANSPORTE TERRESTRE DE MATERIALES
Y/O RESIDUOS PELIGROSOS POR CARRETERA**

Artículo 33°.- Del Registro Único de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos

El Registro Único de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos forma parte del Sistema Nacional de Registros de Transporte Terrestre y comprende los siguientes registros nacionales:

1. Registro Nacional de Transporte de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Carretera, a cargo de la DGTT.

2. Registro Nacional de Transporte de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Vía Férrea, a cargo de la DGCF.

Artículo 34°.- Del Registro Nacional de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Carretera

El Registro de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Carretera comprende los siguientes libros:

1. Libro de Empresas Prestadoras del Servicio de Transporte de Materiales y/o Residuos Peligrosos.

2. Libro de Transporte de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Cuenta Propia.

3. Libro de Conductores con Licencia de Conducir de Categoría Especial.

Artículo 35°.- Del Registro Nacional de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Vía Férrea

El Registro Nacional de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Vía Férrea comprende los siguientes libros:

1. Libro de Operadores Ferroviarios Autorizados a Transportar Materiales y/o Residuos Peligrosos.
2. Libro de Material Rodante Ferroviario habilitado a Transportar Materiales y/o Residuos Peligrosos.
3. Libro de Maquinistas con Licencia de Conducir de Categoría Especial.

Artículo 36°.- De los actos inscribibles en el Registro

En los registros que señala el presente reglamento se inscriben, según corresponda, los siguientes actos:

1. Las autorizaciones, sus modificaciones, suspensiones, rectificaciones y actos de conclusión.
2. Vehículos, unidades de carga, material rodante, sus modificaciones, rectificaciones y actos de conclusión.
3. Información sobre el certificado de revisión técnica y del seguro obligatorio de accidentes de tránsito - SOAT.
4. Conductores y maquinistas.
5. Accidentes de tránsito, ocurridos durante la operación de transporte, sustentados con el respectivo parte policial.
6. Sanciones aplicadas conforme al presente reglamento.
7. Otros actos que a juicio de la autoridad sean relevantes para la prestación del transporte.

Artículo 37° De la autorización para el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos

1. Para realizar el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos se requerirá que el transportista cuente con la autorización que señala el presente reglamento y se encuentre inscrito en el Registro Nacional de Transporte de Materiales y/o Residuos Peligrosos.
2. Las autorizaciones para el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos son las siguientes:

- a) Permiso de Operación Especial para Prestar Servicio de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Carretera, otorgado por la DGTT;
- b) Permiso de Operación Especial para Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Carretera por Cuenta Propia, otorgado por la DGTT;
- c) Permiso de Operación Ferroviaria Especial para el Servicio de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Vía Férrea, otorgado por la DGCF y;
- d) Permiso de Operación Ferroviaria Especial para Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Cuenta Propia, otorgado por la DGCF.

Artículo 38°.- Del plazo para emitir el otorgamiento o renovación de la autorización y sus modificatorias, la habilitación vehicular y la licencia de conducir de categoría especial

1. La DGTT y la DGCF emitirán los actos administrativos correspondientes sobre el pedido de otorgamiento o renovación de la autorización para el transporte de materiales y/o residuos peligrosos y sus modificatorias, la habilitación vehicular y la licencia de conducir de categoría especial y su renovación, en el plazo máximo de treinta (30) días hábiles de presentada la solicitud, encontrándose sujeta a evaluación previa con silencio administrativo positivo.
2. La resolución que otorga la autorización, renovación; así como la habilitación vehicular o ferroviaria y la autorización o renovación de la licencia de conducir especial, señalará su inscripción inmediata en el libro del registro correspondiente del Registro Único de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos.

Artículo 39°.- De la vigencia, renovación, conclusión y caducidad de la autorización

1. La vigencia de las autorizaciones a que se refiere el presente reglamento será de cinco (05) años, pudiéndose

renovar por periodos iguales. La vigencia de la habilitación vehicular o ferroviaria está sujeta a la vigencia de la autorización.

2. Para la renovación del respectivo permiso, los interesados deberán presentar una solicitud dentro del último año de vigencia de la misma y con una anticipación no menor de sesenta (60) días calendario a su vencimiento. Si el transportista no solicita la renovación con la anticipación mínima indicada deberá solicitar una nueva autorización.
3. La autoridad competente podrá declarar la conclusión o caducidad de la autorización para realizar el transporte de materiales y/o residuos peligrosos, de oficio o a pedido de parte. Para dicho efecto, será aplicable, en lo que corresponda, las disposiciones previstas en los artículos 116° y 117° del Reglamento Nacional de Administración de Transportes.

**TÍTULO I
DEL TRANSPORTE DE MATERIALES
Y/O RESIDUOS PELIGROSOS POR CARRETERA**

**CAPÍTULO I
DEL OTORGAMIENTO DEL PERMISO
DE OPERACIÓN ESPECIAL PARA TRANSPORTE
DE MATERIALES Y/O RESIDUOS PELIGROSOS
POR CARRETERA**

Artículo 40°.- Del otorgamiento del Permiso de Operación Especial para el servicio de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Carretera

1. Para el registro y otorgamiento del Permiso de Operación Especial para el Servicio de Transporte de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Carretera, el solicitante deberá presentar a la DGTT, la siguiente documentación:

- a) Solicitud bajo la forma de declaración jurada indicando la razón social, número del Registro Único de Contribuyente y domicilio; nombre, documento de identidad y domicilio del representante legal, así como el número de partida de inscripción de su nombramiento y/o poder en los Registros Públicos;
- b) Copia simple de los estatutos vigentes de la persona jurídica, inscritos en los Registros Públicos, en los que debe estar indicado dentro de su objeto social el servicio de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos. Este requisito puede ser sustituido por la copia literal de la ficha registral;
- c) Copia simple de la tarjeta de identificación vehicular o de propiedad vehicular a nombre del solicitante, con las características que señala el Reglamento Nacional de Vehículos, aprobado por Decreto Supremo N° 058-2003-MTC, y sus modificatorias y, en los casos que corresponda, del contrato de arrendamiento financiero u operativo de los vehículos y/o unidades de carga ofertados, en los cuales deberá estar indicado el número de serie o placa de rodaje de los vehículos;
- d) Copia simple del Certificado de revisión técnica vigente que acredite que el vehículo y/o unidad de carga ofertados se encuentra en buen estado de funcionamiento y reúne los requisitos técnicos generales y requisitos específicos para el transporte de materiales y/o residuos peligrosos, señalados en el Reglamento Nacional de Vehículos y sus modificatorias;
- e) Copia simple del certificado del seguro obligatorio de accidentes de tránsito - SOAT vigente, emitido de conformidad con lo previsto en el Reglamento Nacional de Responsabilidad Civil y Seguros Obligatorios por Accidentes de Tránsito, aprobado por Decreto Supremo N° 024-2002-MTC y sus modificatorias y;
- f) Constancia de pago por derecho de trámite, cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

2. Para la renovación del permiso, los peticionarios, presentarán una solicitud con carácter de declaración



jurada, indicando la razón social, número del Registro Único de Contribuyente y domicilio; nombre, documento de identidad y domicilio del representante legal, así como el número de partida de inscripción de su nombramiento y/o poder inscrito en los Registros Públicos y que cumple con las condiciones que permitieron acceder a la autorización inicial, adjuntando copia del certificado de revisión técnica vigente certificado de seguro obligatorio por accidentes de tránsito - SOAT y el pago por derecho de trámite, cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

Artículo 41º.- Del otorgamiento del Permiso de Operación Especial para el servicio de Transporte Terrestre de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Carretera por Cuenta Propia

1. Para el registro y otorgamiento del Permiso de Operación Especial para el Servicio de Transporte de Materiales y/o Residuos Peligrosos por Carretera por Cuenta Propia, el solicitante deberá presentar a la DGT, la siguiente documentación:

a) Solicitud bajo la forma de declaración jurada indicando:

a.1) Persona jurídica: Razón social, número del Registro Único de Contribuyente y domicilio del peticionario; nombre, documento de identidad y domicilio del representante legal, así como el número de partida de inscripción de su nombramiento y/o poder inscrito en los Registros Públicos o;

a.2) Persona natural: Nombre, número del documento de identidad, del Registro Único de Contribuyente y domicilio del peticionario.

b) Objeto social o actividad económica:

b.1) Persona jurídica, copia simple de los estatutos inscritos en los Registros Públicos, el que puede ser sustituido por la copia literal de la ficha registral, en cuyo objeto social no esté comprendido el transporte de mercancías o;

b.2) Persona natural, la actividad económica consignada en el Registro Único del Contribuyente (RUC), consultado electrónicamente a la Superintendencia Nacional de Administración Tributaria - SUNAT, debe ser distinta al transporte;

c) Copia simple del Certificado de revisión técnica vigente que acredite que el vehículo y/o unidad de carga ofertados se encuentran en buen estado de funcionamiento y reúne los requisitos técnicos generales y requisitos específicos para el transporte de materiales y/o residuos peligrosos, señalados en el Reglamento Nacional de Vehículos, aprobado por el Decreto Supremo N° 058-2003-MTC, y sus modificatorias;

d) Copia simple de la tarjeta de identificación vehicular o de propiedad vehicular a nombre del solicitante, con las características del vehículo que señala el Reglamento Nacional de Vehículos y sus modificatorias y, en los casos que corresponda, del contrato de arrendamiento financiero u operativo de los vehículos y/o unidades de carga ofertados, en los cuales deberá estar indicado el número de serie o placa de rodaje de los vehículos;

e) Copia simple del certificado del seguro obligatorio de accidentes de tránsito - SOAT vigente, emitido de conformidad con lo previsto en el Reglamento Nacional de Responsabilidad Civil y Seguros Obligatorios por Accidentes de Tránsito y;

f) Constancia de pago por derecho de trámite, cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

2. Para la renovación del permiso especial a que se refiere el presente artículo, los peticionarios presentarán una solicitud con carácter de declaración jurada

indicando la razón social, número del Registro Único de Contribuyente y domicilio; de ser el caso, nombre, documento de identidad y domicilio del representante legal, así como el número de partida de inscripción de su nombramiento y/o poder inscrito en los Registros Públicos y que cumple con las condiciones que permitieron acceder a la autorización inicial, adjuntando copia del certificado de revisión técnica vigente, del certificado de Seguro Obligatorio por Accidentes de Tránsito - SOAT y el pago por derecho de trámite, cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

**CAPÍTULO II
DE LA HABILITACION VEHICULAR ESPECIAL**

Artículo 42º.- De la habilitación vehicular especial

1. La habilitación vehicular se realiza conjuntamente con el otorgamiento de la autorización. El transportista podrá solicitar nuevas habilitaciones mediante incremento o sustitución de vehículos y/o unidades de carga.

2. Queda prohibida la habilitación de vehículos que no cumplan con las condiciones señaladas en el presente reglamento, siendo nulos de pleno derecho y sin efecto alguno los actos administrativos que contravengan esta disposición, sin perjuicio de las responsabilidades de ley del funcionario o servidor que expidió dichos actos.

Artículo 43º.- De la antigüedad máxima para la habilitación y permanencia de los vehículos y unidades de carga

1. La antigüedad máxima para la habilitación de los vehículos y/o unidades de carga para el transporte de materiales y/o residuos peligrosos será de tres (3) años de antigüedad, contados a partir del 01 de enero del año siguiente al de su fabricación.

2. Lo señalado en el párrafo precedente no será de aplicación a los vehículos con más de tres (3) años de antigüedad, siempre que:

a) Se acredite que el vehículo y/o unidad de carga con anterioridad a la fecha de la solicitud de habilitación, se encontraba inscrito en el Registro Nacional de Transporte Terrestre;

b) Después de la entrada en vigencia del presente reglamento, se acredite que los vehículos y/o unidades de carga registrados en el Libro de Transporte de Mercancías por Cuenta propia hayan sido inscritos en el Registro Nacional de Transporte Terrestre dentro del término de la antigüedad máxima de tres (3) años que señala el presente artículo.

3. Los vehículos podrán permanecer en el servicio hasta los veinte (20) años de antigüedad, contados a partir del 01 de enero del año siguiente al de su fabricación, siempre que se acredite que cuentan con revisión técnica vigente. Al finalizar el término de veinte (20) años, caducará la habilitación vehicular sin derecho de renovación.

4. Las unidades de carga no están sujetas a la antigüedad de permanencia que señala el numeral anterior, siempre que se acredite que cuentan con revisión técnica vigente.

Artículo 44º.- De las características de los vehículos y unidades de carga

Los vehículos y unidades de carga que se utilicen en el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos, deberán reunir los requisitos técnicos generales y requisitos específicos señalados en el Reglamento Nacional de Vehículos y sus modificatorias. Las cisternas deben reunir las características técnicas y equipamiento que señala el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

Artículo 45º.- De la verificación de características de los vehículos y unidades de carga

Las características técnicas establecidas en el Reglamento Nacional de Vehículos y sus modificatorias

y las características específicas que señala el presente reglamento para los vehículos, unidades de carga y sus equipamientos que se utilicen en el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos serán acreditadas con el certificado de revisión técnica que emitirán las instituciones designadas por el órgano competente del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

Artículo 46°.- De la acreditación de condiciones de operatividad después de un accidente

En caso de accidente que haya afectado la estructura del vehículo, unidad de carga o equipamiento adherido al vehículo o unidad de carga, el transportista queda obligado a presentar a la DGTT, el certificado de revisión técnica vigente que acredite el cumplimiento de lo señalado en el artículo precedente.

Artículo 47°.- Del certificado de habilitación vehicular especial para transporte de materiales y/o residuos peligrosos

El certificado de habilitación vehicular especial es el documento que acredita la habilitación del vehículo y/o unidad de carga para el transporte de materiales y/o residuos peligrosos. En este documento se consignará su respectivo número, plazo de vigencia, denominación o razón social del transportista, número de la partida registral en la que está inscrito, número de resolución que otorga la habilitación vehicular, número de la placa única de rodaje, marca, año de fabricación, número de serie (chasis), peso neto, carga útil y número de ejes.

Artículo 48°.- De la habilitación vehicular especial por incremento y/o sustitución de flota vehicular

Para solicitar la habilitación vehicular especial con posterioridad al otorgamiento de la respectiva autorización para transportar materiales y/o residuos peligrosos, el peticionario deberá acompañar los siguientes documentos:

1. Solicitud bajo la forma de declaración jurada, indicando el nombre o razón social, domicilio, número de partida registral del transportista.
2. Copia simple de la tarjeta de identificación vehicular o de propiedad vehicular a nombre del solicitante, con las características del vehículo que señala el Reglamento Nacional de Vehículos y sus modificatorias y, en los casos que corresponda, del contrato de arrendamiento financiero u operativo de los vehículos y/o unidades de carga ofertados, en los cuales deberá estar indicado el número de serie o placa de rodaje de los vehículos.
3. Copia simple del certificado de revisión técnica vigente que acredite que el vehículo y/o unidad de carga ofertados se encuentra en buen estado de funcionamiento y reúne los requisitos técnicos generales y requisitos específicos para el transporte de materiales y/o residuos peligrosos, señalados en el Reglamento Nacional de Vehículos y sus modificatorias.
4. Copia simple del certificado del seguro obligatorio de accidentes de tránsito - SOAT vigente, emitido de conformidad con lo previsto en el Reglamento Nacional de Responsabilidad Civil y Seguros Obligatorios por Accidentes de Tránsito.
5. Constancia de pago por derecho de trámite, cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

Artículo 49°.- De las causales de suspensión o cancelación de la habilitación vehicular especial

1. La DGTT suspenderá la habilitación vehicular especial cuando:
 - a) El vehículo o unidad de carga no cuente con el certificado de revisión técnica vigente.
 - b) El vehículo no cuente con certificado del seguro obligatorio por accidentes de tránsito - SOAT.

2. La DGTT cancelará habilitación vehicular en los siguientes casos:

a) El vehículo tenga más de veinte años de antigüedad, contados a partir del primero de enero del año siguiente al de su fabricación.

b) La suspensión de la habilitación vehicular no haya sido levantada en el término de sesenta (60) días calendarios, contados a partir de la fecha de su imposición.

- c) Renuncia del transportista.
- d) Transferencia de la propiedad del vehículo.

**CAPÍTULO III
DE LA LICENCIA DE CONDUCIR
DE CATEGORÍA ESPECIAL**

Artículo 50°.- De la licencia de conducir de categoría especial

Los conductores de unidades vehiculares que transporten materiales y/o residuos peligrosos, deberán contar y portar durante la operación de transporte, su licencia de conducir vigente de la categoría que corresponda al vehículo que conduce y su licencia de conducir de categoría especial.

Artículo 51°.- De los requisitos para obtener la licencia de conducir de categoría especial

Para el otorgamiento de la licencia de conducir de categoría especial, el peticionario deberá presentar lo siguiente:

1. Solicitud bajo la forma de declaración jurada, indicando nombre, domicilio, número de documento de identidad y número de la licencia de conducir de vehículos motorizados de transporte terrestre vigente.
2. Copia del certificado de capacitación básica emitido por la entidad de capacitación autorizada por el Ministerio de Transportes y Comunicaciones.
3. Copia del certificado de estudios que acredite contar con secundaria completa como mínimo.
4. Copia del certificado de examen médico psicosomático apto.
5. Constancia de pago por derecho de trámite, cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

Artículo 52°.- De la vigencia y renovación de la licencia de conducir de categoría especial

1. La vigencia de la licencia de conducir especial es de tres (3) años contados desde la fecha de su emisión, pudiendo ser renovada por periodos iguales. La renovación de la licencia de categoría especial se efectuará si el peticionario acredita que cuenta con la licencia de conducir vigente, con la certificación del curso de actualización aprobado que señala el presente reglamento, realizado dentro de los últimos seis (6) meses anteriores a la fecha de vencimiento de la licencia de conducir de categoría especial y la respectiva constancia de pago por derecho de trámite, cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.
2. La pérdida de vigencia de la licencia de conducir de vehículos motorizados, trae como consecuencia la pérdida de la vigencia de la licencia de conducir de categoría especial.

**CAPÍTULO IV
DE LA OPERACIÓN DE TRANSPORTE
DE MATERIALES Y/O RESIDUOS PELIGROSOS
POR CARRETERA**

**SUBCAPÍTULO I
DE LAS OBLIGACIONES DEL PERSONAL
QUE PARTICIPA EN LA OPERACIÓN
DE TRANSPORTE POR CARRETERA**

Artículo 53°.- De las personas que participan en la operación de transporte por carretera

Participan en una operación de transporte de materiales



y/o residuos peligrosos por carretera, el remitente, el destinatario, el transportista y el conductor.

Artículo 54º.- Del Remitente

El remitente de materiales y/o residuos peligrosos deberá:

1. Proporcionar al transportista la guía de remisión - remitente, elaborada conforme a las normas emitidas por la Superintendencia Nacional de Administración Tributaria - SUNAT, asumiendo responsabilidad por lo declarado; en la que deberá indicarse:

a) Cuando se trate de material peligroso, conforme a lo señalado en el Libro Naranja de las Naciones Unidas:

- a.1) Número ONU, precedido de las letras "UN", a que se refiere el artículo 17º del presente reglamento;
- a.2) Designación oficial de transporte;
- a.3) Clase o, cuando corresponda, la división de los materiales, y, para la clase 1, la letra del grupo de compatibilidad;
- a.4) El o los números de clase o de división de riesgo secundario y;
- a.5) Cuando se haya designado el grupo de embalaje/envase;

b) Cuando se trate de residuo peligroso, conforme a lo señalado por el artículo 16º del presente reglamento

2. Proporcionar al transportista la correspondiente hoja resumen de seguridad que establece el presente reglamento en idioma español.

3. Proporcionar al transportista información relativa sobre los cuidados a tomar en el transporte terrestre (señalización, estiba, aseguramiento, carga y descarga) del contenedor o bulto que contiene el material y/o residuo peligroso.

4. Proporcionar al transportista las especificaciones para la descontaminación de vehículos, unidades de carga y de los equipos utilizados en la operación de transporte.

5. Brindar el apoyo técnico y la información complementaria que le fueran solicitados por el transportista o por las autoridades competentes en caso de emergencia.

6. Entregar los bultos y/o contenedores que contienen los materiales y/o residuos peligrosos, embalados/envasados, etiquetados o rotulados conforme a las especificaciones técnicas señaladas en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

7. En caso de transportar directamente sus materiales y/o residuos peligrosos, deberá contar con la autorización respectiva.

8. Contratar, para el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos, exclusivamente empresas prestadoras de servicios de transporte autorizadas conforme al presente reglamento.

9. Realizar, cuando le corresponda, las maniobras de carga y estiba, exclusivamente con personal capacitado para tales acciones y que cuente con el equipo de protección adecuado a la labor que desempeña.

10. Permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente brindando las facilidades que el caso requiera.

Artículo 55º.- Del transportista

El transportista de materiales y/ o residuos peligrosos deberá:

1. Elaborar la guía de remisión - transportista conforme a las normas emitidas por la Superintendencia Nacional de Administración Tributaria - SUNAT, la que deberá referir y anexar la guía de remisión - remitente que señala el numeral 1 del artículo precedente.

2. Colocar, en sus vehículos y unidades de carga, los rótulos y la señalización que indica el presente reglamento.

3. Asegurarse que la documentación para el transporte exigida por el presente reglamento se encuentre a bordo, en la cabina del vehículo.

4. Dotar y asegurarse que el equipamiento necesario para las situaciones de emergencia, señaladas en la hoja resumen de seguridad, se encuentre a bordo del vehículo y en buenas condiciones de funcionamiento.

5. Brindar el apoyo técnico y la información complementaria que le fueran solicitados por las autoridades competentes en caso de emergencia.

6. Realizar, cuando le corresponda, las maniobras de carga, estiba y descarga exclusivamente con personal capacitado que cuente con el equipo de protección adecuado a la labor que desempeña.

7. Rechazar los materiales y/o residuos peligrosos, cuyo embalaje/envasado, etiquetado o rotulado no corresponda a lo declarado por el remitente; así mismo, deberá rechazar aquellos bultos o envases que tengan signos de pérdida del material y/o residuo peligroso.

8. Realizar el mantenimiento preventivo a sus vehículos y unidades de carga.

9. Realizar la descontaminación de sus vehículos y unidades de carga conforme a lo señalado en el presente reglamento.

10. Utilizar en la conducción de sus vehículos que transporten materiales y residuos peligrosos, conductores que cuenten con la licencia de conducir que corresponda a la categoría del vehículo que conducen y la licencia de conducir de categoría especial que señala el presente reglamento. Dichos conductores deberán estar registrados en el libro de planillas del transportista, llevado conforme a las disposiciones legales vigentes.

11. Remitir a la Dirección General de Asuntos Socio - Ambientales - DGASA del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, dentro de los diez (10) primeros días de cada mes, el registro de materiales y/o residuos peligrosos transportados en el mes anterior, en el formato electrónico que apruebe dicha Dirección.

12. No permitir el transporte de personas no autorizadas en los vehículos y unidades de carga que transporten materiales y/o residuos peligrosos.

13. Permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente brindando las facilidades que el caso requiera.

14. Realizar el transporte de materiales y/o residuos peligrosos por las vías establecidas de acuerdo al artículo 67º del presente Reglamento.

Artículo 56º.- Del conductor

El conductor de un vehículo de transporte de materiales y/o residuos peligrosos deberá:

1. Verificar que el vehículo y/o unidad de carga no presente defectos manifiestos o le falten equipos para una operación de transporte segura.

2. Verificar antes del inicio de la operación de transporte, que el vehículo y la unidad de carga cuenten con la rotulación y la señalización que corresponda al material y/o residuo peligroso, declarado en la guía de remisión - remitente.

3. No iniciar el transporte, si el vehículo, unidad de carga o la carga no cumplen con lo señalado en los numerales anteriores del presente artículo.

4. Portar en la cabina del vehículo la documentación exigida para el transporte que señala el presente reglamento.

5. Aplicar el plan de contingencia en caso de derrame, fuga o pérdida u otra situación de emergencia.

6. Solicitar el apoyo de la Policía Nacional del Perú o de la autoridad presente en el lugar donde ocurra congestión vehicular o se interrumpa la circulación, a fin de que se adopten las medidas del caso.

7. Interrumpir el viaje, estacionándose en lugar seguro, absteniéndose de hacerlo en lo posible en pendientes pronunciadas o curvas y, en ningún caso, en puentes, túneles, cruces de vías o cruces de ferrocarril, en las siguientes circunstancias:

a) Cuando verifique fugas de los materiales o residuos peligrosos, desperfectos mecánicos del vehículo y/o unidad de carga o de sus respectivos equipos capaces de poner en riesgo la salud humana, el ambiente y/o la

propiedad, debiendo aplicar inmediatamente el plan de contingencia y;

b) Si durante el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos se presentan condiciones meteorológicas adversas que impidan la visibilidad del conductor.

8. Transportar solamente personas autorizadas por el transportista en los vehículos y unidades de carga que transporten materiales y/o residuos peligrosos.

9. Permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente brindando las facilidades que el caso requiera.

10. Conducir los vehículos que transportan materiales y/o residuos peligrosos por las vías establecidas de acuerdo al artículo 67° del presente Reglamento.

Artículo 57°.- Del Destinatario

El destinatario deberá:

1. Recibir, de inmediato al arribo de los vehículos o unidades de carga, los materiales y/o residuos peligrosos para su descarga en el lugar indicado en la correspondiente guía de remisión.

2. Prestar el apoyo y proporcionar la información técnica necesaria que le fuera solicitada por el transportista o autoridades competentes, en caso de emergencia.

3. Permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente brindando las facilidades que el caso requiera.

4. Realizar, cuando le corresponda, las maniobras de carga y estiba, exclusivamente con personal capacitado para tales acciones y que cuente con el equipo de protección adecuado a la labor que desempeña.

Artículo 58°.- De la responsabilidad en las actividades de carga y descarga

Las actividades de carga y descarga son de responsabilidad, salvo pacto en contrario, del remitente y del destinatario.

Artículo 59°.- De la vestimenta y equipos del personal que participa en la operación de transporte

El conductor y el personal que participe en la operación de transporte de materiales y/o residuos peligrosos, deberá usar como mínimo vestimenta y equipo de protección personal de acuerdo a la labor que desempeña, conforme a las normas de seguridad vigentes.

SUB CAPÍTULO II DEL ACONDICIONAMIENTO DE LA CARGA, DESCARGA, DESCONTAMINACION Y OTROS EN LAS OPERACIONES DE TRANSPORTE

Artículo 60°.- Del acondicionamiento de los materiales y /o residuos peligrosos en el vehículo o unidad de carga

1. Los materiales y/o residuos peligrosos deberán ser acondicionados de tal manera, que se minimicen los riesgos durante su carga, transporte y descarga, conforme a lo señalado en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

2. Durante las actividades de carga, transporte, descarga, trasbordo y descontaminación, los vehículos y unidades de carga; así como los respectivos equipos, se deberá portar los rótulos de riesgos y paneles de seguridad identificadores del material y/o residuo peligroso, de acuerdo con lo dispuesto en el presente reglamento.

Artículo 61°.- De la descontaminación de los vehículos, unidades de carga y equipos

1. DIGESA, señalará los casos, en los cuales, no obstante la descontaminación, los vehículos, unidades de carga o equipos no podrán ser usados en otros transportes.

2. Salvo los casos que señale DIGESA, los vehículos y unidades de carga habilitados para

el transporte terrestre de materiales y residuos peligrosos; así como su respectivo equipo, podrán ser usados en el transporte de cualquier tipo de carga, después de haberse efectuado la respectiva descontaminación, en lugares debidamente autorizados por la municipalidad provincial correspondiente. La disposición de los residuos peligrosos y productos utilizados en la descontaminación, deberán cumplir con las instrucciones del fabricante del material peligroso y con las normas vigentes sobre la materia.

3. Quien realice la descontaminación de los vehículos y equipos que hayan transportado mercancías y/o residuos peligrosos, deberá emitir una constancia bajo la forma de declaración jurada que acredite tal operación y que indique fecha, últimos materiales y/o residuos peligrosos transportados.

Artículo 62°.- Del personal encargado de la descontaminación

El personal que se dedique a la descontaminación de los vehículos y unidades de carga, deberá estar debidamente capacitado en el manejo de los materiales y/o residuos peligrosos y contar con instructivos para el desempeño de sus funciones.

SUB CAPÍTULO III DE LA DOCUMENTACIÓN PARA EL TRANSPORTE

Artículo 63°.- De la documentación

Sin perjuicio de las normas relativas al transporte y tránsito terrestre, los vehículos usados en el transporte de materiales y/o residuos peligrosos serán conducidos portando los siguientes documentos:

1. Guía de remisión - remitente.
2. Guía de remisión - transportista.
3. Hoja resumen de seguridad.
4. Certificado de habilitación vehicular, expedido por la DGTT.
5. Licencia de conducir de categoría especial del conductor.
6. Copia del certificado del seguro obligatorio por accidentados de tránsito - SOAT.
7. Copia de la póliza de seguro que señala el presente reglamento.

Artículo 64°.- Del transporte subcontratado

Salvo pacto en contrario con el remitente o destinatario, la empresa prestadora del servicio de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos autorizada, podrá subcontratar otras empresas prestadoras autorizadas conforme al presente reglamento, asumiendo responsabilidad por la prestación del servicio de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos. La empresa contratante y la empresa subcontratada deben cumplir con las obligaciones previstas en el presente reglamento.

SUB CAPÍTULO VI DE LAS MEDIDAS DE SEGURIDAD

Artículo 65°.- De las disposiciones específicas de seguridad en el transporte

En el transporte de materiales y/o residuos peligrosos se debe cumplir con las siguientes medidas de seguridad:

1. Está prohibido cargar y transportar materiales y/o residuos peligrosos, conjuntamente con alimentos, medicamentos u objetos destinados al uso humano y/o animal.
2. Está prohibido el transporte de materiales y/o residuos peligrosos incompatibles, salvo que se adopten las disposiciones que señala el Libro Naranja de las Naciones Unidas.
3. Está prohibido abrir los envases y embalajes, entre los puntos de origen y destino, excepto:

a) En caso de accidente, aplicándose las instrucciones del plan de contingencia o;



b) Cuando bajo su responsabilidad, la autoridad competente presuma la comisión de un delito.

En ambos casos, se pondrá en conocimiento del tal hecho al remitente y/o destinatario de los materiales y/o residuos peligrosos.

4. Está prohibido el transporte de materiales y/o residuos peligrosos en vehículos destinados al transporte público de pasajeros.

5. El transporte de materiales y/o residuos peligrosos en vehículos halando dos o más remolques o semirremolques se podrá realizar por rutas específicas con autorización especial otorgada por la DGT a requerimiento del transportista adjuntando la solicitud correspondiente en la que indique las rutas y los vehículos a utilizar, la que será sustentada con el informe técnico favorable de vialidad del órgano competente del Ministerio de Transportes y comunicaciones. Este procedimiento estará sujeto a silencio administrativo negativo en el plazo de 30 días de solicitado.

6. Está prohibido eliminar o purgar materiales y/o residuos peligrosos, en el camino, calles, cursos de agua o en instalaciones no diseñadas para tal efecto, así como ventearlos innecesariamente.

Artículo 66°.- De los equipos de comunicación en el transporte de materiales y/o residuos peligrosos

1. Los vehículos utilizados en el transporte de materiales y/o residuos peligrosos deberán contar con dispositivos que permitan el control y monitoreo permanente del vehículo en ruta y su comunicación permanente y efectiva con la base del transportista.

2. Cuando el transporte se realice en convoy o esté acompañado de vehículos escolta, bastará que uno de ellos cuente con el sistema de comunicación que se señala en el párrafo anterior.

Artículo 67°.- De las vías para el transporte

1. El Ministerio de Transportes y Comunicaciones señalará las vías por las cuales se realizará el transporte por carretera de materiales y residuos peligrosos. Las municipalidades provinciales establecerán las vías alternas en zonas urbanas; así como los lugares para el estacionamiento en red vial de su competencia.

2. Las vías alternas deberán reunir las condiciones para un transporte seguro.

Artículo 68°.- Del horario

Excepcionalmente, el Ministerio de Transportes y Comunicaciones podrá establecer horarios para el transporte de materiales y residuos peligrosos por carretera.

Artículo 69°.- Del estacionamiento programado

El estacionamiento del vehículo y unidad de carga que transporta materiales y/o residuos peligrosos por descanso o pernocte de la tripulación, se realizará en áreas previamente determinadas por el Ministerio de Transportes y Comunicaciones o la respectiva municipalidad provincial, según corresponda; en caso de inexistencia de tales áreas, deberá evitarse el estacionamiento en zonas residenciales, vías adyacentes a establecimientos públicos o lugares de fácil acceso al público.

SUBCAPÍTULO V DE LAS ACCIONES EN CASO DE EMERGENCIA

Artículo 70°.- De la parada de emergencia

Cuando por motivos de emergencia que involucre la carga de los materiales y/o residuos peligrosos transportados se detenga el vehículo en el lugar que fuere, el conductor deberá aplicar lo señalado en el plan de contingencia, informando del hecho en forma inmediata a las instituciones señaladas en dicho documento. Cuando no sea posible aplicar el plan de contingencia de la forma prevista, el conductor podrá ausentarse para la comunicación del hecho, pedido de auxilio o atención médica.

Artículo 71°.- De los accidentes durante la operación de transporte

De suscitarse un accidente durante la operación de transporte, corresponderá al transportista y, en su caso, al remitente de los materiales y/o residuos peligrosos, ejecutar las siguientes acciones:

1. Ejecutar lo previsto en el plan de contingencia.

2. Dar cuenta, en el término de la distancia, de lo ocurrido a la Dirección General de Asuntos Ambientales - DGASA del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, quien coordinará con la autoridad competente para las acciones que correspondan conforme a su competencia y en el plazo de dos (2) días de ocurrida la emergencia, presentar un informe por escrito de la emergencia y de las medidas adoptadas para disminuir los daños.

3. En el plazo de siete (7) días hábiles de ocurrido el accidente, remitir a la Dirección General de Asuntos Ambientales DGASA del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, un informe sobre las medidas adoptadas para remediar el daño ocasionado, en el formato que apruebe para el efecto la citada Dirección General.

Artículo 72°.- Del trasbordo y/o trasiego en casos de emergencia

El trasbordo y/o trasiego solo se podrá realizar en caso de emergencia y deberá ser realizado por personal capacitado de conformidad con las instrucciones del remitente.

TÍTULO II DEL TRANSPORTE DE MATERIALES Y/O RESIDUOS PELIGROSOS POR FERROCARRIL

CAPÍTULO I DE LAS AUTORIZACIONES

Artículo 73°.- Del Permiso de Operación Ferroviaria Especial y de los requisitos para su registro y otorgamiento

1. El Permiso de Operación Ferroviaria Especial es la autorización de carácter administrativo que otorga la DGCF a un operador ferroviario para que realice transporte ferroviario de materiales y/o residuos peligrosos en una determinada ruta de una vía férrea pública concesionada, vía férrea pública no concesionada o vía férrea privada y por un determinado plazo.

2. Para el otorgamiento del Permiso de Operación Ferroviaria Especial, el operador ferroviario remitirá una solicitud bajo la forma de declaración jurada indicando la razón social, número del Registro Único de Contribuyente y domicilio; nombre, documento de identidad y domicilio del representante legal, así como el número de partida de inscripción de su nombramiento y/o poder en los Registros Públicos; vía férrea sobre la que se realizará el transporte y la constancia de pago por derecho trámite, cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

3. Para la renovación del Permiso de Operación Ferroviaria Especial, será de aplicación lo señalado en el inciso 2 del presente Artículo.

4. El Permiso de Operación Ferroviaria Especial, no faculta a transportar materiales y/o residuos peligrosos, utilizando material rodante que no cuente con certificado de habilitación ferroviaria especial o empleando maquinistas que no cuenten con licencia de conducir vehículos ferroviarios de categoría especial o personal que no cuente con certificado de capacitación y/o de actualización.

Artículo 74°.- Del certificado de habilitación ferroviaria especial y de los requisitos para su otorgamiento

1. El certificado de habilitación ferroviaria especial es la autorización de carácter administrativo que otorga la DGCF a un operador ferroviario, que lo faculta a utilizar

determinado material rodante en el transporte ferroviario de materiales y/o residuos peligrosos.

2. Para el otorgamiento del certificado de habilitación ferroviaria especial, el operador ferroviario remitirá una solicitud a la DGCF, adjuntando la ficha técnica de cada una de las unidades con las que efectuará el transporte, constancia de pago por derecho de trámite correspondiente por cada una de las unidades con las que efectuará el transporte, cuya tasa será fijada en el Texto Único de Procedimientos Administrados del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, y precisando la clase de material y/o residuo peligroso que transportará con cada una de las unidades y el certificado emitido por la institución que señale la DGCF, que acredite que la unidad se encuentra apta para el transporte propuesto.

Artículo 75°.- De la licencia de conducir vehículos ferroviarios de categoría especial y los requisitos para su otorgamiento

1. La licencia de conducir vehículos ferroviarios de categoría especial, es la autorización de carácter administrativo que otorga la DGCF a maquinistas, facultándolos a conducir locomotoras utilizadas en la tracción de vagones que contengan materiales y/o residuos peligrosos.

2. Para el otorgamiento de la licencia de conducir vehículos ferroviarios de categoría especial, el operador ferroviario remitirá una solicitud a la DGCF, adjuntando por cada maquinista lo siguiente:

- a) Número de la licencia de conducir vehículos ferroviarios;
- b) Copia simple del certificado de capacitación y/o de actualización;
- c) Copia simple del certificado de estudios que certifique contar como mínimo con secundaria completa;
- d) Certificado de examen médico psicosomático;
- e) Una fotografía a color tamaño carné y;
- f) Constancia de Pago por derecho de trámite cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

3. La licencia de conducir para vehículos ferroviarios de categoría especial tendrá una vigencia de tres (3) años, pudiendo renovarse por periodos iguales, si el petitionerario acredita que cuenta con la licencia de conducir vehículos ferroviarios vigente, con la certificación del curso de actualización aprobado, conforme señala el presente reglamento y el respectivo pago por derecho de trámite cuya tasa será establecida en el Texto Único de Procedimientos Administrativos del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

**CAPÍTULO II
DE LA OPERACION DE TRANSPORTE
POR FERROCARRIL**

**SUBCAPÍTULO I
OBLIGACIONES DEL PERSONAL
QUE PARTICIPA EN LA OPERACIÓN
DE TRANSPORTE POR FERROCARRIL**

Artículo 76°.- De la modalidad del transporte y de la responsabilidad de la carga, estiba y descarga

1. Todo transporte de materiales y/o residuos peligrosos por vías férreas públicas concesionadas o no concesionadas, se realizará bajo la modalidad de carro entero, entendiéndose como tal a la modalidad de transporte ferroviario en la que el operador ferroviario pone uno o más vagones a disposición del remitente, quien se encarga del carguío, estiba y descarga por su cuenta y riesgo. De producirse estas operaciones en instalaciones del operador ferroviario, éste deberá vigilar que las mismas se ejecuten con personal capacitado y se adopten todas las medidas de seguridad necesarias para evitar daños a las personas, a la propiedad y/o al ambiente.

2. En los transportes de materiales y/o residuos peligrosos por vías férreas privadas, la organización ferroviaria propietaria de la vía es la responsable del carguío, estiba y descarga.

Artículo 77°.- Del remitente

El remitente de materiales y/o residuos peligrosos deberá:

1. Proporcionar al transportista la guía de remisión - remitente, elaborada conforme a las normas emitidas por Superintendencia Nacional de Administración Tributaria - SUNAT, asumiendo responsabilidad por lo declarado; en la que deberá indicarse:

a) Cuando se trate de material peligroso, conforme a lo señalado en el Libro Naranja de las Naciones Unidas:

- a.1) Número ONU, precedido de las letras "UN", a que se refiere el artículo 17° del presente reglamento;
- a.2) Designación oficial de transporte;
- a.3) Clase o, cuando corresponda, la división de los materiales, y, para la clase 1, la letra del grupo de compatibilidad;
- a.4) El o los números de clase o de división de riesgo secundario y;
- a.5) Cuando se haya designado el grupo de embalaje/envase;

b) Cuando se trate de residuo peligroso, conforme a lo señalado por el artículo 16° del presente reglamento

2. Proporcionar al operador ferroviario la correspondiente hoja resumen de seguridad que establece el presente reglamento.

3. Proporcionar al operador ferroviario información relativa sobre los cuidados a tomar en el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos.

4. Proporcionar al operador ferroviario las especificaciones para una correcta descontaminación del vagón y/o equipos utilizados.

5. Brindar el apoyo técnico y la información complementaria que le fueran solicitados por el operador ferroviario o por las autoridades competentes en caso de emergencia.

6. Entregar los bultos y/o contenedores que contienen los materiales y/o residuos peligrosos, embalados/envasados, etiquetados o rotulados conforme a las especificaciones técnicas establecidas por las normas correspondientes y lo dispuesto en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

7. En caso de transportar directamente sus materiales y/o residuos peligrosos deberá contar con la autorización respectiva.

8. Realizar, cuando le corresponda, las maniobras de carga y estiba, exclusivamente, con personal acreditado y capacitado para tales acciones y que cuenten con vestimenta y equipo de protección recomendado por el fabricante.

9. Contratar sólo a operadores ferroviarios que cuenten con Permiso de Operación Ferroviaria Especial.

10. Permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente brindando las facilidades que el caso requiera.

Artículo 78°.- Del operador ferroviario

El operador ferroviario deberá:

1. Elaborar la guía de remisión - transportista, conforme a las normas emitidas por Superintendencia Nacional de Administración Tributaria - SUNAT, la que deberá referir y anexar la guía de remisión - remitente que señala el numeral 1 del artículo 77° del presente reglamento.

2. Colocar en los vagones, los rótulos y la señalización que indica el presente reglamento.

3. Asegurarse que la documentación para el transporte exigida por el presente reglamento se encuentre a bordo, en la cabina de la locomotora.

4. Dotar y asegurarse que el equipamiento necesario para las situaciones de emergencia señaladas en la hoja



resumen de seguridad, se encuentre en condiciones de funcionamiento y a bordo del tren.

5. Proporcionar el equipamiento necesario para las situaciones de emergencia, accidente o avería, conforme al plan de contingencia.

6. Brindar el apoyo técnico y la información complementaria que le fueran solicitados por las autoridades competentes en caso de emergencia.

7. Rechazar los materiales y/o residuos peligrosos, cuyo embalaje/ensado, etiquetado o rotulado no corresponda al declarado por el remitente; así mismo, deberá rechazar aquellos bultos o envases que tengan señales de pérdida del material y/o residuo peligroso.

8. Verificar y garantizar el buen estado de los vagones y locomotoras a ser utilizados en el transporte de materiales y/o residuos peligrosos.

9. Realizar la descontaminación de los vagones, conforme a lo señalado en el presente reglamento.

10. Abstenerse de utilizar material rodante que no cuente con certificado de habilitación ferroviaria especial.

11. Utilizar en la conducción del tren que transporta materiales y/o residuos peligrosos, maquinistas que cuenten con licencia de conducir vehículos ferroviarios de categoría especial.

12. Remitir, a la Dirección General de Asuntos Socio - Ambientales - DGASA del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, dentro de los diez (10) primeros días de cada mes, el registro de materiales y/o residuos peligrosos transportados conforme al formato electrónico que apruebe dicha dirección.

13. No permitir el transporte de personas no capacitadas en el tren que transporte materiales y/o residuos peligrosos.

14. Dar entrenamiento específico al personal involucrado en la operación de transporte y equipo de protección personal adecuado a la carga que se transporta.

15. Cotejar en el lugar de origen que la carga presentada para despacho, concuerde con las declaraciones e información señalada en la guía de remisión - remitente.

16. Comunicar al destinatario respecto de la fecha y hora de llegada de la carga para que pueda tomar las providencias del caso.

17. No permitir la descarga de vagones que transporten materiales y/o residuos peligrosos en patios de estaciones que no cuenten con la seguridad y protección adecuada.

18. Utilizar en la conducción del tren que transporta materiales y/o residuos peligrosos, personal que cuente con el certificado de capacitación o de su actualización conforme a lo señalado en el presente reglamento.

19. Permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente brindando las facilidades que el caso requiera.

Artículo 79°.- Del personal operativo

El personal operativo, está compuesto por el personal rodante (jefe de tren, maquinista y brequeros), jefes de estación, jefes de patio, despachadores de trenes y toda persona que de una u otra forma interviene en las operaciones de trenes, los cuales se encuentran obligados a:

1. El jefe de tren:

a) Verificar que los vagones utilizados hayan sido descontaminados en caso hubieran sido anteriormente usadas con otros materiales y/o residuos peligrosos;

b) Verificar que los vagones se encuentren con los rótulos identificadores que señala el presente reglamento y la carga con el envase/embalaje, etiquetado o rotulado que corresponda al material y/o residuo peligroso, declarado en la guía de remisión - remitente;

c) No permitir que en el tren viajen personas no autorizadas por el operador ferroviario y;

d) Portar en el tren la documentación exigida para el transporte que señala el presente reglamento.

2. El personal rodante:

a) Efectuar, previo al inicio de la marcha, la inspección del material rodante, asegurándose que los mismos se encuentren en condiciones de funcionamiento para la operación de transporte y;

b) Verificar que el equipo de protección personal se encuentre a bordo del tren.

3. El maquinista:

Contar con licencia de conducir vehículos ferroviarios de categoría especial.

4. Todo personal operativo:

a) Contar con certificado de capacitación básica y/o de actualización;

b) Aplicar el plan de contingencia, en caso de derrame, fuga o pérdida u otra situación de emergencia y;

c) Permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente brindando las facilidades que el caso requiera.

Artículo 80°.- Del destinatario

El destinatario deberá:

1. Realizar, las maniobras de descarga con personal acreditado y capacitado para tales acciones.

2. Prestar el apoyo y proporcionar la información técnica necesaria que le fuera solicitada por el operador ferroviario o autoridades competentes en caso de emergencia.

3. Permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente brindando las facilidades que el caso requiera.

SUBCAPÍTULO II DE LA SEGURIDAD Y OTROS EN LAS OPERACIONES DE TRANSPORTE

Artículo 81°.- De los accesorios en trenes

El tren que transporte materiales y/o residuos peligrosos dispondrá de:

1. Un conjunto de accesorios para la atención de accidentes, averías y otras emergencias de acuerdo con el plan de contingencia o las recomendaciones emitidas por el fabricante del material peligroso.

2. Equipos de protección individual de acuerdo con el riesgo de los materiales y/o residuos peligrosos que se transporta.

3. Equipo de comunicaciones.

4. Materiales e implementos de primeros auxilios.

5. Un mecanismo que alerte al maquinista el descarrilamiento de uno o más de los vagones de su tren.

Artículo 82°.- Del equipamiento de la locomotora

La locomotora contará con un dispositivo de hombre muerto o sistema equivalente y velocímetro registrador. Asimismo portará un aparato de comunicaciones y equipamiento de protección individual destinado a la tripulación.

Artículo 83°.- De las precauciones en la formación de trenes

En la formación de trenes que transporten materiales y/o residuos peligrosos se tomarán las siguientes precauciones, además de los lineamientos básicos contemplados en el Reglamento Nacional de Ferrocarriles y sus modificatorias:

1. Los vagones que transporten materiales y/o residuos peligrosos que puedan reaccionar de manera peligrosa con otros materiales y/o residuos peligrosos transportados en otros vagones deberán estar separados como mínimo, por un vagón conteniendo productos inertes.

2. Todos los vagones del tren, inclusive los cargados con otro tipo de mercadería deberán cumplir los mismos

requisitos de seguridad para la circulación y desempeño operacional, que aquellos que contengan materiales y/o residuos peligrosos.

3. Los vagones conteniendo materiales y/o residuos peligrosos serán movilizadas siempre haladas mediante el uso de una locomotora, aún en maniobras en patios.

Artículo 84°.- de la prohibición en trenes de pasajeros y trenes mixtos

Esta prohibido el transporte de materiales y/o residuos peligrosos en trenes de pasajeros o trenes mixtos, excepto el transporte de equipajes y pequeñas expediciones conteniendo los referidos productos conforme a lo señalado en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

Artículo 85°.- Del viaje directo

El viaje de un tren que transporte materiales y/o residuos peligrosos, en lo posible, será directo y de acuerdo a un programa prefijado bajo responsabilidad del operador ferroviario.

Artículo 86°.- De la inspección del tren

Antes de iniciar el viaje, el tren que transporte materiales y/o residuos peligrosos será inspeccionado por el operador ferroviario para dar su conformidad en lugares previamente establecidos y cuando existiera sospecha de cualquier hecho anormal.

Artículo 87°.- De la coordinación previa entre operadores ferroviarios involucrados

En los despachos de materiales y/o residuos peligrosos en tráficos con intercambio, el operador ferroviario de origen, avisará con la debida anticipación a los demás operadores ferroviarios involucrados, para que éstos puedan tomar precauciones con tiempo suficiente y continuar el transporte con rapidez y seguridad, aplicando las siguientes medidas:

1. En el momento de recibirse el tren, los vagones con materiales y/o residuos peligrosos serán inspeccionados cuidadosamente para verificar sus condiciones de circulación.

2. En caso de que los vagones no estuvieran en condiciones de proseguir el viaje, corresponderá a la organización ferroviaria de origen tomar las precauciones necesarias para adecuarlos a ese fin.

3. Los vagones tanque además de lo anterior, serán controlados para verificar posibles fugas.

4. Un vagón tanque que ha contenido materiales y/o residuos peligrosos y que se envíe vacío o se reciba en intercambio, deberá tener todas las válvulas cubiertas de agujero para hombre (manhole), correctamente aseguradas en todos los lugares.

Artículo 88°.- De las restricciones para detener y estacionar trenes

En caso de interrupciones de vía, los trenes que transporten materiales y/o residuos peligrosos no deberán estacionarse:

1. En las proximidades de trenes de pasajeros o mixtos o en trenes que lleven animales o en otros trenes que contengan materiales y/o residuos peligrosos.

2. En lugares de fácil acceso al público.

3. En pasos a nivel.

4. En obras civiles como puentes, túneles y alcantarillas.

5. En zonas de riesgo, propensas a deslizamientos, embalses u otros fenómenos similares.

En todo caso, deberá desplazarse a un lugar seguro de la vía férrea.

Artículo 89°.- De las medidas de seguridad con las unidades cargadas

Después de su carga, los vagones que contengan materiales y/o residuos peligrosos serán cerrados, precintados, rotulados y aislados hasta la formación del tren.

Artículo 90°.- De los materiales y/o residuos peligrosos en instalaciones del operador ferroviario

El operador ferroviario tomará las medidas necesarias para que:

1. Los materiales y/o residuos peligrosos permanezcan el menor tiempo posible en sus dependencias.

2. Mientras estuvieran bajo su custodia, los materiales y/o residuos peligrosos estarán bajo vigilancia por personal instruido sobre las características del riesgo y los procedimientos a ser adoptados en caso de emergencia, impidiendo la aproximación de personas extrañas.

Artículo 91°.- De la protección del personal

Todo el personal que participe en las operaciones de transporte de materiales y/o residuos peligrosos, deberá usar como mínimo vestimenta y equipo de protección personal adecuado de acuerdo a la labor que desempeña, conforme a las normas de seguridad vigentes.

SUBCAPÍTULO III DEL ACONDICIONAMIENTO DE LA CARGA, DESCARGA y DESCONTAMINACION DE LOS VAGONES

Artículo 92°.- Del acondicionamiento

1. Los materiales y/o residuos peligrosos deberán acondicionarse para soportar los riesgos del transporte. El remitente es el responsable por el adecuado acondicionamiento de los materiales y/o residuos peligrosos por lo que deberá seguir las especificaciones del fabricante y obedecer las condiciones establecidas en el presente reglamento y las que se señalan en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

2. El operador ferroviario solamente recibirá para el transporte, aquellos materiales y/o residuos peligrosos, cuyos embalajes exteriores estén adecuadamente etiquetados según lo establecido en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

Artículo 93°.- De la compatibilidad

En un mismo vagón, no será permitido el transporte de materiales y/o residuos peligrosos con otro tipo de mercadería, o con otro producto peligroso, salvo si hubiera compatibilidad entre los diferentes materiales y/o residuos peligrosos transportados, debiendo observarse las definiciones y prohibiciones establecidas en el presente reglamento y en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

Artículo 94°.- De la prohibición de apertura de bultos

Está prohibido abrir los envases y embalajes, entre los puntos de origen y destino, excepto:

1. En caso de accidente, aplicándose las instrucciones del plan de contingencia.

2. Cuando bajo su responsabilidad, la autoridad competente presuma la comisión de un delito.

En ambos casos, se pondrá en conocimiento del tal hecho al remitente y/o destinatario de los materiales y/o residuos peligrosos.

Artículo 95°.- De la descontaminación de los vagones

En la descontaminación de los vagones debe observarse lo siguiente:

1. Los vagones y equipamientos que hayan sido utilizados en el transporte de materiales y/o residuos peligrosos solamente serán usados, para cualquier otro fin, después de haberles efectuado la respectiva descontaminación.

2. La operación de descontaminación será realizada en lugares adecuados y señalados por la autoridad competente, dentro del área de acceso de la vía férrea, quedando prohibido que los residuos y productos utilizados



en la limpieza sean vertidos en la red de alcantarillado, de aguas pluviales, en cuerpos de agua o en lugares donde puedan afectar o contaminar el ambiente.

3. Las condiciones para la descontaminación de los vagones y equipamientos, después de descargados, serán establecidas por la organización ferroviaria según las instrucciones del fabricante del producto y las normas vigentes emitidas por DIGESA. Quien realice la descontaminación de los vagones y equipos que hayan transportado mercancías y/o residuos peligrosos, deberá emitir una constancia bajo la forma de declaración jurada que acredite tal operación y que indique fecha, últimos materiales y/o residuos peligrosos transportados.

4. El personal que se dedique a la descontaminación de los vehículos y unidades de carga, deberá estar debidamente capacitado en el manejo de los materiales y/o residuos peligrosos y contar con instructivos para el desempeño de sus funciones.

5. Está prohibida la circulación de vagones que presenten contaminación en su exterior por causa de los materiales y/o residuos transportados.

6. Los vagones descargados y equipamiento que hayan sido utilizados en el transporte de materiales y/o residuos peligrosos que no hayan sido descontaminados están sujetos a las prescripciones aplicables a los vagones cargados.

SUBCAPÍTULO IV DE LA DOCUMENTACIÓN PARA EL TRANSPORTE

Artículo 96°.- De la documentación

Los trenes que transportan materiales y/o residuos peligrosos deberán circular portando los siguientes documentos:

1. Guía de remisión - remitente.
2. Guía de remisión - transportista.
3. Hoja resumen de seguridad.
4. Licencia de conducir de categoría especial del maquinista.
5. Copia de los certificados de habilitación ferroviaria especial de la locomotora y de los vagones que transportan los materiales y/o residuos peligrosos.
6. Copia de la póliza de seguro que señala el presente reglamento.

SUBCAPÍTULO V DE LAS ACCIONES EN CASO DE EMERGENCIA

Artículo 97°.- De los accidentes durante la operación de transporte

De suscitarse un accidente durante la operación de transporte, corresponderá al operador ferroviario y, en su caso, al remitente de los materiales y/o residuos peligrosos, ejecutar las siguientes acciones:

1. Ejecutar lo previsto en el plan de contingencia.
2. Dar cuenta, en el término de la distancia, de lo ocurrido a la Dirección General de Asuntos Socio - Ambientales - DGASA del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, quien coordinará con la autoridad competente para las acciones que correspondan conforme a su competencia.
3. En el plazo de siete (7) días hábiles de ocurrido el accidente, remitir a la Dirección General de Asuntos Socio - Ambientales - DGASA del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, un informe sobre las medidas adoptadas en el formato que apruebe la citada Dirección General.

Artículo 98°.- De las instrucciones sobre normas de seguridad

El operador ferroviario brindará a su personal capacitación sobre las normas de seguridad y entregará, por escrito, instrucciones específicas por cada material y/o residuo peligroso y para cada itinerario ferroviario. Dichas instrucciones se basarán en la información recibida del remitente, según orientación del fabricante del material peligroso, incluyendo procedimientos para la ejecución segura de las operaciones de manipuleo y transporte así como las acciones a ejecutarse en casos de emergencia.

Artículo 99°.- De las unidades de apoyo para casos de emergencia

Cuando el operador ferroviario efectúe transporte de materiales y/o residuos peligrosos, mantendrá localizados y en plenas condiciones de operación, trenes y vehículos de socorro dotados de todos los dispositivos y equipamiento necesario para la atención de situaciones de emergencia, así como personal entrenado para actuar.

TÍTULO III DEL REGIMEN DE FISCALIZACIÓN, INFRACCIONES Y SANCIONES

CAPÍTULO I DE LAS DISPOSICIONES GENERALES

Artículo 100°.- De los elementos orientadores de la fiscalización

La fiscalización del transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos se orienta a:

1. Verificar el cumplimiento de las disposiciones reglamentarias como una acción preventiva y de protección de las personas, de la propiedad y el ambiente.
2. Propiciar el desarrollo de la operación de transporte conforme a las normas establecidas a fin de evitar riesgos y daños a las personas, propiedad o ambiente.
3. Corregir las conductas infractoras con la finalidad de readaptar al infractor dentro del marco legal vigente.

Artículo 101°.- De la fiscalización

1. La fiscalización del transporte de materiales y/o residuos peligrosos es competencia del Ministerio de Transportes y Comunicaciones a través de:

a) Transporte por Carretera:

- a.1 La Dirección de Supervisión, Fiscalización y Sanciones de la DGTT.
- a.2 Las Direcciones Regionales Sectoriales encargadas del Transporte Terrestre y;

b) Transporte por ferrocarril: La Dirección de Ferrocarriles de la DGCF.

2. Las personas designadas para realizar las acciones de control en campo tendrán la calidad de inspectores, quienes serán designados mediante resolución directoral por la DGTT o DGCF, según corresponda.

3. La Policía Nacional del Perú atenderá los requerimientos de la autoridad competente brindando el auxilio de la fuerza pública en las acciones de control.

Artículo 102°.- De la fiscalización

1. La fiscalización del servicio de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos comprende la supervisión, detección de infracciones, imposición de sanciones administrativas y la ejecución de las mismas, conforme a lo previsto en el presente reglamento y sus normas complementarias.

2. La supervisión es la función que ejerce la autoridad competente para monitorear el cumplimiento de las obligaciones contenidas en la Ley, el presente reglamento y sus normas complementarias vigentes, a efectos de adoptar las medidas correctivas en los casos que corresponda.

3. La detección de la infracción es el resultado de la acción de control realizada por el inspector designado o directamente por la autoridad competente, mediante la cual se verifica la comisión de la infracción y se individualiza al sujeto infractor, formalizándose con el levantamiento del acta de verificación o la expedición de la resolución de inicio del procedimiento sancionador, según corresponda.

4. La imposición de sanción es el acto administrativo mediante el cual la autoridad competente, luego de tramitar el procedimiento sancionador, aplica la medida punitiva

que corresponde a la infracción cometida, de conformidad con lo previsto en el presente reglamento.

5. La ejecución de la sanción comprende la realización de los actos administrativos encaminados al cumplimiento de las obligaciones ordenadas en la resolución de sanción, conforme a la normatividad vigente.

6. La fiscalización conforme a lo señalado en el presente artículo corresponde a la Dirección de Supervisión, Fiscalización y Sanciones de la DGTT y a la Dirección de Ferrocarriles de la DGCF. La fiscalización que realicen las direcciones regionales sectoriales encargadas del transporte terrestre comprende la supervisión y detección de las infracciones al presente reglamento, debiendo remitir los actuados a la Dirección de Supervisión, Fiscalización y Sanciones de la DGTT para la imposición de las sanciones y su ejecución.

Artículo 103°.- De la responsabilidad del transportista y del conductor

1. El transportista es responsable administrativamente ante la autoridad competente, por el incumplimiento de las obligaciones a su cargo establecidas en el presente reglamento.

2. El conductor del vehículo es responsable administrativamente de las infracciones cometidas durante la operación de transporte, vinculadas a su propia conducta.

Artículo 104°.- De la responsabilidad del remitente y del destinatario

El remitente o el destinatario son responsables del cumplimiento de las obligaciones señaladas en el presente reglamento y de las responsabilidades emergentes del respectivo contrato.

Artículo 105°.- De los documentos que sustentan la comisión de infracciones

La comisión de infracciones tipificadas en el Anexo del presente reglamento se sustenta en cualquiera de los siguientes documentos:

1. El acta de verificación levantada por el inspector de transporte, como resultado de una acción de control, que contenga la verificación de la comisión de infracciones.

2. Informe del funcionario de la autoridad competente, cuando se trate de comunicación motivada de otros órganos o entidades públicas o fiscalización en gabinete.

3. Copia de constataciones, ocurrencias y/o atestados policiales, así como del acta y demás constataciones de los órganos del Ministerio Público.

4. Denuncia de parte, fundamentada y acreditada documentalmente.

CAPÍTULO II DEL RÉGIMEN DE INFRACCIONES Y SANCIONES

SUB CAPÍTULO I DE LAS INFRACCIONES Y SANCIONES

Artículo 106°.- De las infracciones

Se considera infracción a las normas de transporte terrestre de materiales y residuos peligrosos a toda acción u omisión expresamente tipificada en el Anexo del presente reglamento y se clasifican en:

1. Leves.
2. Graves.
3. Muy graves.

Artículo 107°.- De la tipificación y calificación de infracciones

Las infracciones en que incurran el remitente, el transportista, el conductor, el operador ferroviario, el destinatario o las entidades de capacitación se tipifican y califican de conformidad con el Anexo del reglamento.

Artículo 108°.- De las sanciones

Las sanciones administrativas aplicables por las infracciones tipificadas en el presente reglamento son:

1. Amonestación.
2. Multa.
3. Suspensión de las autorizaciones de transporte o licencias de conducir de vehículos motorizados de transporte terrestre.
4. Revocación de las autorizaciones de transporte o licencias de conducir de vehículos motorizados de transporte terrestre.
5. Decomiso de los materiales peligrosos.

Artículo 109°.- De las sanciones por infracciones derivadas de un mismo hecho

Cuando una misma conducta califique como más de una infracción al presente reglamento se aplicará la sanción prevista para la infracción de mayor gravedad.

Artículo 110°.- De la autonomía en la aplicación de la sanción

Las sanciones por infracciones al presente reglamento, se aplican sin perjuicio de la responsabilidad que pudiera acarrear por infracción de normas ambientales y de tránsito; así como de las responsabilidades civiles o penales que pudieran resultar por los daños y perjuicios causados, los que serán determinados en el proceso judicial correspondiente.

Artículo 111°.- De la imposición de sanciones

1. Las sanciones por las infracciones al presente reglamento se impondrán conforme al Anexo del presente reglamento.

2. La reincidencia en la comisión de infracciones leves darán lugar a la imposición de la sanción de multa equivalente a una (1) UIT.

3. La reincidencia en la comisión de infracciones graves dará lugar a la imposición de multas equivalentes al doble de la sanción prevista para dicha infracción, con excepción de las siguientes infracciones: T.3, T.4, T.09, T.10, T.12, T.13, T.18, T.19, T.20, T.21, T.23, T.24, T.26, T.28, respecto de las cuales se impondrá la sanción de suspensión de de las autorizaciones de transporte.

4. La habitualidad será sancionada con la imposición de la sanción de revocación de las autorizaciones o de las licencias de conducir vehículos motorizados de transporte terrestre, según corresponda.

5. Las multas impuestas conforme al presente reglamento podrán ser condonadas cuando el infractor acredite haber realizado o financiado cursos de capacitación sobre seguridad vial por un monto equivalente al cuarenta por ciento (40%) de la multa. La acreditación será realizada por la secretaria técnica del Consejo Nacional de Seguridad Vial o de los consejos regionales o locales de seguridad vial, constituidos conforme a la legislación vigente en la materia.

Artículo 112°.- De las sanciones por reincidencia o habitualidad

Para la reincidencia o habitualidad en la comisión de infracciones al presente reglamento se aplicará lo previsto en el artículo 194° del Reglamento Nacional de Administración de Transportes, aprobado por Decreto Supremo N° 009-2004-MTC, y sus modificatorias.

SUBCAPÍTULO II DEL PROCEDIMIENTO SANCIONADOR

Artículo 113°.- De la facultad para iniciar el procedimiento sancionador

1. Corresponde a la autoridad competente del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, el inicio del procedimiento sancionador por infracciones en que incurran el remitente, destinatario, transportista, el operador ferroviario, el conductor o las entidades de capacitación, conforme a lo señalado en el presente reglamento.



2. El procedimiento sancionador se genera:

- a) Por iniciativa de la propia autoridad competente;
- b) Por petición o comunicación motivada de otros órganos o entidades públicas y;
- c) Por denuncia de parte de personas que invocan interés legítimo, entre las que están incluidas las personas que invocan defensa de intereses difusos.

Artículo 114°.- Del inicio del procedimiento sancionador.

1. El procedimiento se inicia en cualquiera de las siguientes formas:

- a) Levantamiento del acta de verificación suscrita por el inspector, el conductor del vehículo intervenido y, de ser el caso, por el efectivo de la Policía Nacional del Perú que presta el apoyo de la fuerza pública, cuando se trate de acción de control en campo y;
- b) Resolución de inicio del procedimiento, por iniciativa de la propia autoridad competente cuando tome conocimiento de la infracción por cualquier medio o cuando ha mediado orden del superior, petición o comunicación motivada de otros órganos o entidades públicas o por denuncia de parte de personas que invoquen interés legítimo, entre las que están incluidas las que invocan defensa de intereses difusos. La resolución deberá contener la indicación de la infracción imputada, su calificación y la(s) sanción(es) que, de ser el caso, le correspondería; además de los requisitos exigidos por la Ley del Procedimiento Administrativo General, Ley N° 27444.

2. Ambas formas de iniciar el procedimiento son inimpugnables.

Artículo 115°.- De la tramitación del procedimiento sancionador

La tramitación del procedimiento sancionador estará a cargo de:

1. Para el transporte por carretera, la Dirección de Supervisión, Fiscalización y Sanciones de la DGTT y las direcciones regionales sectoriales encargadas del transporte terrestre, de conformidad con lo dispuesto en el artículo 102°, numeral 5) del presente Reglamento.

2. Para el transporte ferroviario, la Dirección de Ferrocarriles de la DGCF.

Artículo 116°.- De las actuaciones previas

La autoridad competente, en los casos en que el procedimiento se inicia mediante resolución, podrá realizar, antes de su expedición, las actuaciones previas de investigación, averiguación e inspección con el objeto de determinar preliminarmente la concurrencia de circunstancias que justifiquen el inicio del procedimiento.

Artículo 117°.- De la notificación al infractor

1. El conductor estará válidamente notificado del inicio del procedimiento con la sola entrega de una copia del acta de verificación levantada por el inspector en el mismo acto de la verificación, cuando el inicio del procedimiento se haga en esta forma. Para lo posterior, se entenderá que el domicilio del transportista es además, domicilio del conductor.

2. En los demás casos, el acta de verificación o resolución de inicio del procedimiento deberá ser notificada mediante cédula que será entregada al presunto infractor en el domicilio del remitente, destinatario, transportista u operador ferroviario que figure en el Registro Único de Contribuyentes que lleva la Superintendencia Nacional de Administración Tributaria - SUNAT; en el caso del transportista u operador ferroviario, la cédula también puede ser entregada en el domicilio que figura inscrito en el registro administrativo correspondiente que señala el presente reglamento o el que determine la autoridad competente.

3. Cuando no se conozca el domicilio del presunto infractor se le notificará, según lo determine la autoridad competente, en el domicilio que aparece inscrito en el Registro de la Propiedad Vehicular o en el Registro Nacional de Identificación y Estado Civil (RENIEC). Cuando por cualquier causa sea impracticable la notificación personal en los domicilios indicados o se desconociera su domicilio o residencia habitual, se le notificará de conformidad con el artículo 20° de la Ley N° 27444, Ley del Procedimiento Administrativo General. Tratándose de la notificación mediante edicto, ésta se publicará por una sola vez en el Diario Oficial El Peruano y en otro de mayor circulación en el territorio nacional, en el caso de las ciudades de Lima y Callao o en el diario encargado de la publicación de avisos judiciales y otro de extensa circulación en el territorio nacional, para el interior del país.

4. Las notificaciones a que se refiere el presente artículo se harán por intermedio de la Oficina de Trámite Documentario de la autoridad competente, pudiendo emplear para el efecto, servicios de mensajería contratados conforme a las normas de la materia.

Artículo 118°.- De las actas de verificación

1. Las actas de verificación darán fe, salvo prueba en contrario, de los hechos en ellas recogidos, sin perjuicio que complementariamente, los inspectores puedan aportar los elementos probatorios que sean necesarios sobre el hecho denunciado y de las demás pruebas que resulten procedentes dentro de la tramitación del correspondiente procedimiento sancionador.

2. La negativa de suscribir el acta de verificación por parte del presunto infractor no la invalida, siempre que este hecho quede registrado expresamente en dicho documento.

Artículo 119°.- Del plazo para la presentación de descargos

El presunto infractor tendrá un plazo de cinco (5) días hábiles, contados a partir de la recepción de la notificación para la presentación de sus descargos, pudiendo, además, ofrecer los medios probatorios que sean necesarios para acreditar los hechos alegados en su favor.

Artículo 120°.- Del término probatorio

1. Vencido el plazo señalado en el artículo anterior, con el respectivo descargo o sin él, la autoridad competente podrá realizar, de oficio, todas las actuaciones requeridas para el examen de los hechos, recabando los datos e información necesarios para determinar la existencia de responsabilidad susceptible de sanción.

2. Dependiendo de la naturaleza de los medios probatorios ofrecidos y siempre que se trate de pruebas pertinentes y útiles para resolver la cuestión controvertida, la autoridad competente podrá abrir, adicionalmente, un periodo probatorio por un término que no deberá exceder de diez (10) días hábiles.

3. Concluida la instrucción, la autoridad competente expedirá resolución, en la que se determinará, de manera motivada, las conductas que se consideran constitutivas de infracción que se encuentren debidamente probadas, la sanción que corresponde a la infracción y la norma que la prevé o, bien, propondrá la absolución por no existencia de la infracción.

Artículo 121°.- De la conclusión del procedimiento

1. El procedimiento sancionador concluye por:

- a) Resolución de sanción;
- b) Resolución de absolución y;
- c) Pago voluntario de la multa antes de la emisión de la resolución de sanción y dentro de los plazos establecidos.

2. En los casos referidos en los literales b) y c) del presente artículo, la autoridad competente dispondrá el archivo definitivo del procedimiento.



Artículo 122°.- De la reducción de la multa por pronto pago

1. Si el presunto infractor paga voluntariamente dentro de los cinco (5) días hábiles de levantada el acta de verificación o de notificado el inicio del procedimiento sancionador, la multa que corresponda a la infracción imputada será reducida en cincuenta por ciento (50%) de su monto. Se entenderá que el pago voluntario implica aceptación de la comisión de la infracción.

2. Una vez aplicada la multa, ésta podrá ser disminuida en treinta por ciento (30%) del monto indicado en la resolución de sanción, si el pago de aquella se efectúa dentro de los quince (15) días útiles de notificada dicha resolución, siempre que no se haya interpuesto recurso impugnativo alguno contra la misma o que, habiéndolo interpuesto se desista del mismo.

Artículo 123°.- De la expedición de la resolución en el procedimiento sancionador

1. Dentro del término de treinta (30) días hábiles, contados desde la fecha de inicio del procedimiento, la autoridad competente expedirá la resolución correspondiente poniéndole fin. La resolución deberá establecer las disposiciones para su efectiva ejecución, debiendo notificarse al administrado, así como a la entidad que formuló la solicitud o a quien denunció la infracción de ser el caso.

2. En caso de sancionarse al infractor con el pago de multas, la resolución deberá indicar que éstas deben cancelarse en el plazo de quince (15) días hábiles, bajo apercibimiento de iniciarse procedimiento de ejecución coactiva.

3. La facultad de expedir resolución es indelegable.

Artículo 124°.- De los recursos de impugnación

Los recursos administrativos de impugnación contra la resolución de sanción, así como cualquier otra cuestión no prevista en el presente procedimiento, se registrarán por las disposiciones correspondientes de la Ley del Procedimiento Administrativo General, Ley N° 27444.

Artículo 125°.- De la ejecución de la resolución de sanción

1. La ejecución de la resolución de sanción se efectuará cuando se dé por agotada la vía administrativa y se llevará a cabo mediante ejecutor coactivo de la autoridad competente u otro que permita la ley de la materia y de conformidad con el procedimiento previsto en ésta.

2. La sanción impuesta, será inscrita en el registro administrativo correspondiente establecido en el presente reglamento y, cuando corresponda, en el Registro Nacional de Conductores.

Artículo 126°.- Del fraccionamiento para el pago de multas

La autoridad competente podrá disponer el fraccionamiento para el pago de deudas que, por concepto de multas, tengan los infractores, siempre que éstos se desistan de los recursos impugnativos o acción contencioso-administrativa que hubieran interpuesto en contra de la resolución de sanción.

Artículo 127°.- De las prohibiciones para el fraccionamiento

Los infractores no podrán acogerse a los beneficios de fraccionamiento de pagos en los siguientes casos:

1. Multas por la realización de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos sin contar con autorización otorgada por la autoridad competente.
2. Deudas que hayan sido fraccionadas.
3. Deudas que se encuentren en proceso de cobranza coactiva.

Artículo 128°.- De los requisitos para acogerse al fraccionamiento

1. Los requisitos para el acogimiento al fraccionamiento de las deudas por concepto de multas aplicadas a los infractores, son los siguientes:

a) Solicitud del interesado, la que contendrá la propuesta de calendario de pagos de la deuda, de conformidad con lo previsto en el presente reglamento;

b) Desistimiento de la impugnación que hubiere interpuesto el infractor en la vía administrativa contra la resolución de sanción, con firma notarialmente legalizada y;

c) Copia certificada de la resolución judicial firme que tiene al infractor por desistido de la pretensión, en caso que éste hubiere interpuesto demanda contencioso administrativa en contra de la resolución de sanción.

2. La presentación de la solicitud a que se refiere el presente artículo, impide al infractor promover cualquier otra impugnación o articulación procesal que tenga por propósito desconocer el monto a pagar, cuestionar en cualquier forma la multa aplicada o la competencia o forma de tramitación del proceso de ejecución coactiva.

Artículo 129°.- Del fraccionamiento para el pago de multas

El calendario de pagos que proponga el infractor, la actualización de deuda y el pago de intereses; así como el incumplimiento del fraccionamiento de deudas, deberá sujetarse a lo previsto en los artículos 214° al 219° del Reglamento Nacional de Administración de Transportes y sus modificatorias.

SUBCAPÍTULO III DE LAS MEDIDAS PREVENTIVAS PARA EL TRANSPORTE DE MATERIALES Y/O RESIDUOS PELIGROSOS

Artículo 130°.- De las medidas preventivas

La autoridad competente o la Policía Nacional del Perú, según corresponda y con conocimiento de la primera o con cargo a dar cuenta a ésta, por excepción y de manera inmediata a la constatación de causas que afecten la seguridad de la operación de transporte, podrá aplicar, en lo que corresponda, las medidas preventivas siguientes:

- a. Paralización de la Actividad hasta que se supere la observación efectuada.
- b. Retención del Vehículo y Unidad de Carga;
- c. Interrupción del Viaje;
- d. Remoción del Vehículo a un lugar seguro por cuenta del transportista.

Será de aplicación de igual manera cualquier medida preventiva establecida en el Reglamento Nacional de Administración de Transportes, aprobado por Decreto Supremo N° 009-2004-MTC, y sus modificatorias, conforme a lo establecido en el Título III de la Sección Quinta de la citada norma reglamentaria.

DISPOSICIONES COMPLEMENTARIAS

DISPOSICIONES COMPLEMENTARIAS FINALES

Primera.- El Ministerio de Transportes y Comunicaciones expedirá las disposiciones complementarias necesarias para la mejor aplicación del presente reglamento.

Segunda.- El Ministerio de Salud expedirá las normas complementarias sobre los aspectos técnico-sanitarios del transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos para la aplicación del presente reglamento.

Tercera.- En todo lo no previsto en el presente reglamento, será de aplicación supletoria lo establecido en la Ley N° 27181, Ley General de Transporte y Tránsito Terrestre, el Reglamento Nacional de Vehículos, aprobado por Decreto Supremo N° 058-2003-MTC y modificatorias, el Reglamento Nacional de Administración del Transportes, aprobado por Decreto Supremo N° 009-2004-MTC, y sus modificatorias, Reglamento Nacional de Ferrocarriles, aprobado por Decreto Supremo N° 032-2005-MTC, y sus modificatorias y el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

Cuarta.- El Ministerio de Transportes y Comunicaciones publicará en su portal institucional la versión actualizada en



español del Libro Naranja de las Naciones Unidas dentro de los primeros quince días del mes de enero del año siguiente al de su actualización por las Naciones Unidas, indicando el número del acuerdo con el cual el Comité de Expertos de Transporte de Mercancías Peligrosas del Consejo Económico y Social de las Naciones Unidas aprobó dicha versión.

La primera publicación de la versión actualizada del Libro Naranja de las Naciones Unidas, será dentro de los treinta (30) días calendarios siguientes a la fecha de publicación del presente reglamento en el diario oficial El Peruano.

Para efecto del presente reglamento, la versión aplicable es la publicada en el portal institucional del Ministerio de Transportes y Comunicaciones.

Quinta.- El Ministerio de Transportes y Comunicaciones podrá delegar, mediante resolución ministerial, en las direcciones regionales sectoriales encargadas de la circulación terrestre, el otorgamiento del permiso de operación especial, la habilitación vehicular especial y de la licencia de conducir de categoría especial para el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos.

Sexta.- En el plazo de ciento veinte (120) días, contados a partir de la publicación del presente reglamento, el respectivo órgano competente del Ministerio de Transportes y Comunicaciones aprobará, mediante resolución directoral, el formato de: certificado de habilitación vehicular especial, certificado de capacitación, licencia de conducir de categoría especial, hoja resumen de seguridad, certificado de habilitación ferroviaria especial, licencia de conducir vehículos ferroviarios de categoría especial, el acta de verificación; así como el programa del curso básico y de actualización para personal involucrado en la operación de transporte terrestre de materiales y residuos peligrosos y demás formatos que resulten necesarios para la aplicación del presente reglamento.

Sétima.- En el plazo de seis (6) meses, contados a partir de la publicación del presente reglamento en el diario oficial El Peruano, DIGESA emitirá las disposiciones generales para la descontaminación de los vehículos, unidades de carga y equipos utilizados en la operación de transporte.

DISPOSICIONES COMPLEMENTARIAS TRANSITORIAS

Primera.- Durante los tres (3) primeros años, contados a partir de la publicación del presente reglamento en el diario oficial El Peruano, la licencia de conducir de categoría especial que señalan los artículos 50° y 75° del presente reglamento, será otorgada, sin la exigencia de haber cursado la secundaria completa, siempre que se cumpla con los demás requisitos que señala el presente reglamento.

Segunda.- El presente reglamento entrará en vigencia a partir de los sesenta (60) días calendarios, contados desde su publicación en el diario oficial El Peruano, salvo las disposiciones que tienen plazos específicos.

Tercera.- Las disposiciones que a continuación se señalan, entrarán en vigencia en los plazos siguientes:

1. Un (01) año, contado a partir de la publicación del presente reglamento en el diario oficial El Peruano, para la aplicación de las disposiciones sobre el uso de embalajes/envases y etiquetado para el transporte de materiales y residuos peligrosos que señala el artículo 20° del presente reglamento, conforme a las disposiciones que establece el Libro Naranja de las Naciones Unidas.

2. Tres (03) meses, contados a partir de la publicación del presente reglamento en el diario oficial El Peruano, para la aplicación de las disposiciones sobre el rotulado de los vehículos, unidades de carga y vagones, que señala el artículo 19° del presente reglamento.

3. Dos (2) años, contados a partir de la entrada en vigencia del presente reglamento, para la exigencia de la licencia de conducir de categoría especial, que señalan los artículos 50° y 75° del presente reglamento.

4. Un (1) mes, contado a partir de la publicación del

presente reglamento, para que DIGESA publique en su portal electrónico la lista actualizada de materiales peligrosos, contenida en el Libro Naranja de las Naciones Unidas y la lista de residuos peligrosos conforme al Reglamento de la Ley N° 27314, Ley General de Residuos Sólidos, su Reglamento aprobado por el Decreto Supremo N° 057-2004-PCM y el Convenio de Basilea sobre el Control de los Movimientos Transfronterizos de los Desechos Peligrosos y su Eliminación.

5. Seis (6) meses, contados a partir de la entrada en vigencia del presente reglamento, para la exigencia de la póliza de seguros que señala el artículo 21° del presente reglamento. En tanto, los transportistas deberán realizar la operación de transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos con una póliza de seguros de responsabilidad civil por los daños causados, derivados de la carga, la que a su vencimiento será reemplazada por la póliza de seguros que señala el presente reglamento.

Cuarta.- En tanto no se cuente con normas para elaboración de planes de contingencia para el transporte de materiales y residuos peligrosos, el transportista contará con un plan de contingencia elaborado de acuerdo con lineamientos que apruebe la Dirección General de Asuntos Socio - Ambientales del Ministerio de Transportes y Comunicaciones y de acuerdo a sus requerimientos operativos.

Quinta.- Los vehículos que a la fecha de entrada en vigencia del presente reglamento, se encuentren habilitados o registrados por Dirección General de Control de Servicios de Seguridad, Control de Armas, Munición y Explosivos de Uso Civil - DICSCAMEC del Ministerio del Interior o la Dirección General de Hidrocarburos del Ministerio de Energía y Minas, continuarán prestando el servicio hasta el vencimiento de su habilitación o registro. Posteriormente, estos vehículos y unidades de carga podrán ser habilitados conforme al presente reglamento, estando exceptuados de la antigüedad para su habilitación al transporte de materiales peligrosos y residuos peligrosos.

Sexta.- Las autorizaciones para el transporte de mercancías consideradas como materiales y/o residuos peligrosos en el presente reglamento, otorgadas en aplicación de otras normas reglamentarias, mantendrán su vigencia hasta su vencimiento. Las autorizaciones de plazo mayor a dos años mantendrán su vigencia por un plazo máximo de dos (2) años, contados a partir de la publicación del presente reglamento. En ambos casos, su renovación se efectuará conforme al presente reglamento.

Sétima.- Durante los primeros ciento ochenta (180) días, contados a partir de la fecha de entrada en vigencia del presente reglamento, la Dirección General de Control de Servicios de Seguridad, Control de Armas, Munición y Explosivos de Uso Civil - DICSCAMEC y la Dirección General de Hidrocarburos del Ministerio de Energía y Minas, procederán a transferir a la DGTT y a la DGCF, según corresponda, el registro de las autorizaciones para transporte terrestre de mercancías consideradas como materiales y/o residuos peligrosos que han venido administrando a la fecha de entrada en vigencia del presente reglamento.

Octava.- A efectos de revisar la regulación sectorial sobre transporte de materiales y residuos peligrosos, realizar las concordancias normativas que correspondan y proponer la regulación complementaria que sea necesaria para la mejor aplicación del presente reglamento, conformese un Grupo de Trabajo Técnico Multisectorial, el cual estará integrado por un representante de:

- Dirección General de Transporte Terrestre del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, quien la presidirá,
- Dirección General de Caminos y Ferrocarriles del Ministerio de Transportes y Comunicaciones,
- Dirección General de Salud Ambiental del Ministerio de Salud,
- Dirección General de Control de Servicios de Seguridad, Control de Armas, Munición y Explosivos de Uso Civil del Ministerio del Interior,

- Dirección General de Hidrocarburos del Ministerio de Energía y Minas,
- Instituto Peruano de Energía Nuclear.

Dicho Grupo de Trabajo deberá presentar su informe final a los sectores involucrados en un plazo no mayor de ciento ochenta (180) días calendario, contados a partir del día siguiente de la publicación del presente reglamento en el diario oficial El Peruano.

DISPOSICION COMPLEMENTARIA DEROGATORIA

Única.- Deróguense las siguientes disposiciones reglamentarias:

1. Artículos 96°, 103°, 108°, 109°, 113°, 116°, 117°, 118°, 119°, 120°, 121°, 122°, 123°, 124°, 125°, 126°, 127°, 128°, 129°, 130°, 131°, 132° y 133° del Reglamento de Control de Explosivos de Uso Civil, aprobado por el Decreto Supremo N° 019-71-IN.

2. Artículo 6°, en lo que corresponde a la autorización para el transporte por carretera y por ferrocarril; artículo 9°, en lo que corresponde al registro de las personas autorizadas para realizar el transporte por carretera y por ferrocarril; artículo 10° en lo que corresponde a la capacitación de las personas dedicadas al transporte por carretera y por ferrocarril; artículo 11°, en lo que corresponde al transporte por carretera y por ferrocarril; artículo 38°, en lo que corresponde al transporte por carretera y por ferrocarril; artículos 39°, 41° y 49° del Reglamento de la Ley que regula la Fabricación, Importación, Exportación, Depósito, Transporte, Comercialización, Uso y Destrucción de Productos Pirotécnicos, aprobado por Decreto Supremo N° 014-2002-IN; permaneciendo vigente en lo demás que contiene.

3. Artículo 4°, inciso 4.1 y 4.2, en lo que corresponde al transporte por carretera y por ferrocarril y a las empresas autorizadas para realizar la mencionada actividad; artículo 5°, incisos 5.1 y 5.2, en lo que corresponde a las personas autorizadas para realizar el transporte por carretera o ferrocarril, y artículo 199° del Reglamento de Seguridad para las Actividades de Hidrocarburos, aprobado por Decreto Supremo N° 043-2007-EM; permaneciendo vigente en lo demás que contiene.

4. Artículo 5°, en lo que corresponde a las personas que realizan el transporte por carretera o por ferrocarril y a los importadores en tránsito; artículo 38°, en lo que corresponde a las personas que se dediquen al transporte por carretera y por ferrocarril y artículo 39° en lo que corresponde al transporte por camiones-tanques y cisternas, ferrocarriles (vagones tanque), del Reglamento para la Comercialización de Combustibles Líquidos y otros Productos Derivados de los Hidrocarburos, aprobado por Decreto Supremo N° 030-98-EM; permaneciendo vigente en lo demás que contiene.

5. Artículo 1°, en lo que respecta al transporte por carretera y por ferrocarril; artículo 2°, en lo que corresponde a las personas que se realicen transporte por carretera o por ferrocarril; artículos 73°, 75°, 77°, inciso 77.2; 80°, 81°, 84°, 98°, inciso 98.3; 108°, 112°, 115°, 116°, 119° y 120° del Reglamento de Seguridad para el Transporte de Hidrocarburos, aprobado por Decreto Supremo N° 26-94-EM; permaneciendo vigente en lo demás que contiene.

ANEXO

CUADRO DE INFRACCIONES Y SANCIONES AL TRANSPORTE TERRESTRE DE MATERIALES Y/O RESIDUOS PELIGROSOS

ENTIDADES DE CAPACITACIÓN				
CÓDIGO	INFRACCIÓN	CALIFICACIÓN	SANCIÓN	MEDIDA PREVENTIVA
E1	No contar con un local para el manejo administrativo de la entidad de capacitación.	Grave	Multa de 1 UIT	
E2	Dictar los cursos con instructores que no reúnan los requisitos señalados en el presente Reglamento.	Grave	Multa de 1 UIT	

E3	Dictar los cursos de capacitación en menos horas que las previstas en el presente reglamento.	Grave	Multa de 1 UIT	
E4	Expedir el certificado de capacitación sin que el capacitado haya aprobado como mínimo el 70% del examen teórico-práctico que señala el presente reglamento.	Grave	Multa de 1 UIT	
E5	No comunicar las modificaciones de la información y/o documentación que le permitieron acceder a la autorización como entidad de capacitación.	Leve	Amonestación	

REMITENTE				
CÓDIGO	INFRACCIÓN	CALIFICACIÓN	SANCIÓN	MEDIDA PREVENTIVA
R.1	No proporcionar al transportista la guía de remisión - remitente, elaborada conforme a las normas emitidas por SUNAT y a lo previsto estrictamente en el presente reglamento.	Grave	Multa de 1 UIT	
R.2	No proporcionar al transportista la correspondiente hoja resumen de seguridad que establece el presente reglamento en idioma español.	Grave	Multa de 1 UIT	
R.3	No proporcionar al transportista información relativa sobre los cuidados a tomar en el transporte terrestre y manipuleo (señalización, estiba, aseguramiento, carga y descarga) del contenedor o bulto que contiene el material y/o residuo peligroso.	Grave	Multa de 1 UIT	
R.4	No proporcionar al transportista las especificaciones para la descontaminación de vehículos y unidades de carga; así como de los equipos utilizados conforme al presente reglamento.	Grave	Multa de 1 UIT	
R.5	No brindar el apoyo técnico y la información complementaria que le fueran solicitados por el transportista o por las autoridades competentes en caso de emergencia.	Grave	Multa de 1 UIT	
R.6	Entregar los bultos y/o contenedores que contienen los materiales y/o residuos peligrosos, embalados/envasados, etiquetados o rotulados sin las especificaciones técnicas establecidas por las normas correspondientes y lo dispuesto en el Libro Naranja de las Naciones Unidas;	Grave	Multa de 1 UIT	
R.7	Contratar, para el transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos, empresas prestadoras de servicios de transporte no autorizadas conforme al presente reglamento.	Grave	Multa de 5 UIT	
R.8	Realizar maniobras de carga y estiba con personal no capacitado conforme al presente reglamento y/o que no cuente con el equipo de protección adecuado a la labor que desempeña.	Grave	Multa de 3 UIT	Paralización de actividad
R.9	No acondicionar los materiales y/o residuos peligrosos conforme a lo dispuesto por el Libro Naranja de Naciones Unidas.	Grave	Multa de 1 UIT	
R.10	Realizar las actividades de carga y descarga cuando los vehículos y unidades de carga o los respectivos equipos no cuenten con los rótulos de riesgos y paneles de seguridad identificadores del material y/o residuo peligroso, de acuerdo con lo dispuesto en el presente reglamento.	Grave	Multa de 1 UIT	Paralización de actividad
R.11	Entregar al transportista, materiales y/o residuos peligrosos distintos a los indicados en la guía de remisión - remitente, etiquetado o rotulado	Grave	Multa de 5 UIT	
R.12	No permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente	Grave	Multa de 2 UIT	

TRANSPORTISTA				
CÓDIGO	INFRACCIÓN	CALIFICACIÓN	SANCIÓN	MEDIDA PREVENTIVA
T.1	Realizar transporte terrestre de materiales y/o residuos peligrosos sin contar con la autorización que señala el presente reglamento.	Grave	Multa de 10 UIT	Interrupción del viaje
T.2	Realizar el transporte de materiales y/o residuos peligrosos con vehículos y/o unidades de carga no habilitados	Grave	Multa de 2 UIT	Interrupción del viaje



TRANSPORTISTA				
CÓDIGO	INFRACCIÓN	CALIFICACIÓN	SANCIÓN	MEDIDA PREVENTIVA
T.3	Realizar transporte de materiales y/o residuos peligrosos con vehículos y unidades de carga habilitados sin contar con la revisión técnica y/o certificado SOAT y/o póliza de seguros vigentes, así como la guía de remisión – remitente y/o hoja de resumen de seguridad que señala el presente reglamento.	Grave	Multa de 3 UIT	Interrupción del viaje
T.4	Realizar transporte de materiales y/o residuos peligrosos con vehículos y unidades de carga habilitados, sin contar con la revisión técnica vigente, después de un accidente que haya afectado su estructura o equipamiento adherido.	Grave	Multa de 3 UIT	Interrupción del viaje
T.5	No elaborar la guía de remisión – transportista conforme a las normas emitidas por SUNAT, y a lo previsto estrictamente en el presente reglamento.	Leve	Amonestación	
T.6	Realizar la operación de transporte en vehículos y unidades de carga sin los rótulos y la señalización que indica el presente reglamento.	Grave	Multa de 1 UIT	Paralización de actividad / Interrupción del viaje
T.7	No asegurarse que en el vehículo se encuentre la documentación para el transporte exigida por el presente reglamento.	Leve	Amonestación	Interrupción del viaje
T.8	No dotar ni asegurarse que el equipamiento necesario para las situaciones de emergencia, señaladas en la hoja resumen de seguridad, se encuentre en condiciones de funcionamiento y a bordo del vehículo.	Grave	Multa 1 UIT	Interrupción del viaje/ Retención del vehículo y unidad de carga
T.9	Realizar maniobras de carga y estiba con personal no capacitado conforme al presente reglamento y/o que no cuente con el equipo de protección adecuado a la labor que desempeña	Grave	Multa de 3 UIT	Paralización de actividad
T.10	Transportar materiales y/o residuos peligrosos, cuyo embalaje/envasado, etiquetado o rotulado no corresponda a lo declarado por el remitente.	Grave	Multa de 3 UIT	Paralización de actividad
T.11	Transportar materiales y/o residuos peligrosos, cuyo embalaje/envasado tengan signos de pérdida del material y/o residuo peligroso.	Grave	Multa de 1 UIT	
T.12	No realizar la descontaminación de sus vehículos y unidades de carga, conforme a lo señalado en el presente reglamento.	Grave	Multa de 2 UIT	
T.13	Utilizar en la conducción de sus vehículos que transporten materiales y residuos peligrosos, conductores que no cuenten con la licencia de conducir que corresponda a la categoría del vehículo que conducen y/o la licencia de conducir de categoría especial que señala el presente reglamento.	Grave	Multa de 2 UIT	Interrupción del viaje
T.14	No remitir a la Dirección General de Asuntos Socio Ambientales del Ministerio de Transportes y Comunicaciones, dentro de los diez (10) primeros días de cada mes, el registro de materiales y/o residuos peligrosos transportados, en el formato electrónico que apruebe dicha Dirección.	Leve	Amonestación	Interrupción del viaje
T.15	Permitir el transporte de personas no autorizadas en los vehículos y unidades de carga que transporten materiales y/o residuos peligrosos.	Grave	Multa de 1 UIT	
T.16	No acondicionar los materiales y/o residuos peligrosos conforme a lo señalado en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.	Grave	Multa de 1 UIT	Paralización de actividad / Interrupción del viaje
T.17	No colocar en los vehículos y unidades de carga, así como en los respectivos equipos, durante las actividades de carga, transporte, descarga, trasbordo y descontaminación, los rótulos de riesgos y paneles de seguridad identificadores del material y/o residuo peligroso, de acuerdo con lo dispuesto en el presente reglamento.	Grave	Multa de 1 UIT	Paralización de actividad
T.18	Utilizar vehículos y unidades de carga o su respectivo equipo en el transporte de mercancías distintas a los materiales y residuos peligrosos transportados anteriormente, sin que se les haya efectuado la respectiva descontaminación.	Grave	Multa de 2 UIT	Paralización de actividad
T.19	Cargar y transportar materiales y/o residuos peligrosos, conjuntamente con alimentos, medicamentos u objetos destinados al uso humano y/o animal.	Grave	Multa de 3 UIT	Paralización de actividad

TRANSPORTISTA				
CÓDIGO	INFRACCIÓN	CALIFICACIÓN	SANCIÓN	MEDIDA PREVENTIVA
T.20	Transportar materiales y/o residuos peligrosos incompatibles conforme a lo señalado en el Libro Naranja de las Naciones Unidas.	Grave	Multa de 3 UIT	Paralización de actividad
T.21	Realizar el transporte de materiales y/o residuos peligrosos en vehículos halando dos o más remolques o semiremolques sin contar con la autorización especial otorgada por la DGT.	Grave	Multa de 3 UIT	Paralización de actividad
T.22	Utilizar en el transporte de materiales y/o residuos peligrosos vehículos que no cuenten con dispositivos que permitan el control y monitoreo permanente del vehículo en ruta y su comunicación permanente y efectiva con la base del transportista.	Grave	Multa de 1 UIT	
T.23	Realizar el transporte de materiales y residuos peligrosos por vías distintas a las establecidas por el Ministerio de Transportes y Comunicaciones o por vías distintas a las vías alternas señaladas por las municipalidades provinciales correspondientes.	Grave	Multa de 2 UIT	
T.24	No aplicar lo previsto en el plan de contingencia en caso de accidente.	Grave	Multa de 2 UIT	
T.25	No dar cuenta en el término de la distancia de la ocurrencia de un accidente a la Dirección General de Asuntos Socio Ambientales del Ministerio de Transportes y Comunicaciones conforme a lo previsto en el reglamento.	Leve	Amonestación	
T.26	Realizar el trasbordo y/o trasiego en circunstancias distintas a una emergencia.	Grave	Multa de 2 UIT	Paralización de actividad
T.27	No permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente	Grave	Multa de 2 UIT	
T.28	Abrir o permitir que el personal involucrado en la operación de transporte abra los envases/embalajes o bultos que contengan materiales y/o residuos peligrosos.	Grave	Multa de 2 UIT	Paralización de actividad

CONDUCTOR				
CÓDIGO	INFRACCIÓN	CALIFICACIÓN	SANCIÓN	MEDIDA PREVENTIVA
C.1	Iniciar el transporte cuando el vehículo y/o unidad de carga presenten defectos manifiestos o le falten equipos para una operación de transporte segura	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 3 meses	Interrupción del viaje
C.2	Iniciar el transporte cuando el vehículo y/o unidad de carga no cuenten con la rotulación que corresponda al material y/o residuo peligroso, declarado en la guía de remisión – remitente.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 3 meses	Interrupción del viaje
C.3	No portar en la cabina del vehículo la documentación exigida para el transporte que señala el presente reglamento.	Leve	Amonestación	Interrupción del viaje
C.4	No aplicar el plan de contingencia, en caso de emergencia.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 6 meses	
C.5	No interrumpir el viaje cuando verifique fugas de los materiales o residuos peligrosos.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 6 meses	
C.6	No interrumpir el viaje cuando verifique desperfectos mecánicos del vehículo y/o unidad de carga o de sus respectivos equipos capaces de poner en riesgo la salud humana, el ambiente y/o la propiedad.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 6 meses	
C.7	No interrumpir el viaje cuando las condiciones meteorológicas impidan la visibilidad del conductor.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 3 meses	
C.8	Estacionarse en puentes, túneles, cruces de vías o cruces de ferrocarril o en zonas residenciales, vías adyacentes a establecimientos públicos o lugares de fácil acceso al público.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 3 meses	Remoción del vehículo
C.9	Transportar personas no autorizadas por el transportista en los vehículos y unidades de carga que transporten materiales y/o residuos peligrosos.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 3 meses	Paralización de actividad
C.10	Abrir durante el transporte los envases/embalajes o bultos que contengan materiales y/o residuos peligrosos, salvo las excepciones indicadas en el reglamento.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 3 meses	Paralización de actividad

CONDUCTOR				
CÓDIGO	INFRACCIÓN	CALIFICACIÓN	SANCIÓN	MEDIDA PREVENTIVA
C.11	Eliminar o purgar, en el camino, calles, cursos de agua o en instalaciones no diseñadas para tal efecto, así como ventear innecesariamente cualquier tipo de materiales y/o residuos peligrosos.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 6 meses	
C.12	Conducir los vehículos que transportan materiales y residuos peligrosos por vías distintas a las establecidas por el Ministerio de Transportes y Comunicaciones o por vías distintas a las vías alternas señaladas por las municipalidades provinciales correspondientes.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 6 meses	
C.13	No permitir que la autoridad competente realice las acciones de fiscalización que señala el presente reglamento.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 3 meses	
C.14	No contar con la licencia de conducir de categoría especial que señala el presente reglamento.	Grave	Suspensión de la licencia de conducir por 12 meses	Retención del vehículo y unidad de carga

DESTINATARIO				
CÓDIGO	INFRACCIÓN	CALIFICACIÓN	SANCIÓN	MEDIDA PREVENTIVA
D.1	No recibir, de inmediato al arribo de los vehículos o unidades de carga, los materiales y/o residuos peligrosos para su descarga en el lugar indicado en la correspondiente guía de remisión.	Grave	Multa de 3 UIT	
D.2	No proporcionar la información técnica necesaria que le fuera solicitada por el transportista o autoridades competentes, en caso de emergencia.	Grave	Multa de 1 UIT	
D.3	No prestar el apoyo técnico necesario que le fuera solicitado por el transportista o autoridades competentes, en caso de emergencia.	Grave	Multa de 1 UIT	
D.4	No permitir la realización de las acciones de control que realice la autoridad competente	Grave	Multa de 2 UIT	
D.5	Realizar maniobras de descarga con personal no capacitado conforme al presente reglamento y/o que no cuente con el equipo de protección adecuado a la labor que desempeña.	Grave	Multa de 3 UIT	Paralización de actividad

OPERADOR FERROVIARIO				
CÓDIGO	INFRACCIÓN	CALIFICACIÓN	SANCIÓN	MEDIDA PREVENTIVA
OF.1	Transportar personas no autorizadas en los trenes.	Grave	Multa de 1 UIT Por cada vagón que conforma el tren	
OF.2	No comunicar al destinatario respecto de la fecha y hora de llegada de la carga para que pueda tomar las providencias del caso.	Grave	Multa de 1 UIT	
OF.3	Transportar materiales y/o residuos peligrosos, cuyo embalaje/envasado tengan signos de pérdida del material y/o residuo peligroso.	Grave	Multa de 1 UIT Por cada vagón que conforma el tren	
OF.4	Emplear material rodante no habilitado.	Grave	Multa de 2 UIT Por cada vagón que conforma el tren	Interrupción del viaje
OF.5	Utilizar en la conducción del tren maquinistas que no cuenten con la licencia de conducir de categoría especial que señala el presente reglamento.	Grave	Multa de 2 UIT	Interrupción del viaje
OF.6	Realizar el transporte de materiales y/o residuos peligrosos sin contar con la póliza de seguros vigente, la guía de remisión - remitente y la hoja de resumen de seguridad que señala el presente reglamento.	Grave	Multa de 3 UIT Por cada vagón que conforma el tren	Interrupción del viaje
OF.7	Realizar servicio de transporte sin emplear la modalidad de carro entero.	Grave	Multa de 1 UIT Por cada vagón que conforma el tren	
OF.8	No portar en el tren la documentación exigida.	Leve	Amonestación	
OF.9	Realizar la operación de transporte con bultos o vagones que contengan materiales y/o residuos peligrosos sin contar con el rotulado, embalaje, envasado y/o etiquetado, o teniéndolos, éstos no correspondan a lo declarado por el remitente.	Grave	Multa de 1 UIT Por cada vagón que conforma el tren	Interrupción del viaje

OPERADOR FERROVIARIO				
CÓDIGO	INFRACCIÓN	CALIFICACIÓN	SANCIÓN	MEDIDA PREVENTIVA
OF.10	Abrir o permitir que el personal involucrado en la operación de transporte abra los envases/embalajes o bultos que contengan materiales y/o residuos peligrosos.	Grave	Multa de 2 UIT	Paralización de actividad
OF.11	No vigilar las operaciones de carga y/o descarga que se efectúan en sus instalaciones o permitir que las mismas se hagan en patios de estaciones que no cuenten con seguridad y protección adecuada.	Grave	Multa de 3 UIT	
OF.12	No verificar el buen estado del material rodante.	Grave	Multa de 3 UIT	
OF.13	No aplicar lo previsto en el plan de contingencia en caso de accidente	Grave	Multa de 2 UIT Por cada vagón que conforma el tren	
OF.14	Realizar transporte sin contar con Permiso de Operación Ferroviaria Especial.	Grave	Multa de 5 UIT Por cada vagón que conforma el tren	Interrupción del viaje
OF.15	Utilizar locomotoras que no cuenten con un dispositivo de hombre muerto o sistema equivalente, velocímetro registrador y/o medios de comunicación.	Grave	Multa de 3 UIT	
OF.16	No cumplir con la normatividad sobre los tráficos en intercambio.	Grave	Multa de 2 UIT	
OF.17	Transportar materiales y/o residuos peligrosos en el mismo vagón con otro producto incompatible; o en trenes de pasajeros o trenes mixtos.	Grave	Multa de 3 UIT Por cada vagón que conforma el tren	Paralización de actividad
OF.18	No descontaminar los vagones o hacerlo en lugares inapropiados; o verter los residuos y/o productos utilizados en la limpieza en la red de alcantarillado, de aguas pluviales, en cuerpos de agua o en lugares donde puedan afectar o contaminar el medio ambiente.	Grave	Multa de 2 UIT Por cada vagón que conforma el tren	
OF.19	No portar en el tren el equipo necesario para situaciones de emergencia, el vestuario y equipo de protección personal y/o los materiales e implementos de primeros auxilios.	Grave	Multa de 1 UIT Por cada vagón que conforma el tren	Paralización de actividad
OF.20	No tomar las debidas precauciones en la formación, marcha de los trenes y/o estacionamiento adecuado en caso de interrupciones de la vía.	Grave	Multa de 2 UIT	Paralización de actividad
OF.21	No mantener adecuadamente localizados, en plenas condiciones de operación y prontos para partir, trenes y vehículos de socorro dotados de todos los dispositivos y equipamiento necesario para la atención de situaciones de emergencia, así como personal entrenado para actuar.	Grave	Multa de 2 UIT	
OF.22	No rehabilitar el área afectada, luego de un accidente, hasta que sean eliminados todos los riesgos para la salud de las personas y animales, la propiedad pública o privada y el medio ambiente.	Grave	Multa de 5 UIT	
OF.23	No permitir que la autoridad competente realice las acciones de fiscalización que señala el presente reglamento.	Grave	Multa de 2 UIT	

211035-4

PODER JUDICIAL

CONSEJO EJECUTIVO DEL PODER JUDICIAL

Autorizan a la Corte Superior de Justicia de Pasco a establecer horario de jornada laboral en el ámbito de su circunscripción

**RESOLUCIÓN ADMINISTRATIVA
N° 051-2008-CE-PJ**

Lima, 19 de febrero de 2008

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO IX
Relação de Documentos de Porte Obrigatório - Passageiros

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇO REGULAR INTERNACIONAL COLETIVO DE
PASSAGEIROS.**

No caso da prestação de serviços regulares internacionais são documentos de porte obrigatório no ônibus, além dos documentos exigidos na legislação de trânsito e da documentação prevista pela aduana e migração, a serem exigidos pela autoridade competente:

- cópia autenticada da licença complementar ou de documentos provisórios que as substituam, ou complementem;
- cópia autenticada da relação da frota habilitada ou de documento provisório que a substitua;
- cópia autenticada do quadro de tarifas emitido pela ANTT;
- cópia autenticada da apólice do Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional;
- certificado de inspeção técnica veicular expedido por qualquer país signatário do ATIT (Temporariamente suspenso).

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OCASIONAIS INTERNACIONAIS EM CIRCUITO
FECHADO**

No caso da prestação de serviços ocasionais internacionais em circuito fechado são documentos de porte obrigatório, além dos documentos exigidos na legislação de trânsito e da documentação prevista pela aduana e migração, a serem exigidos pela autoridade competente:

- licença ou autorização de viagem emitida pela autoridade competente do país de origem da empresa contendo as seguintes informações, conforme consta do Apêndice IV do ATIT:
 - nome ou razão social da empresa proprietária do veículo;
 - Individualização do veículo – tipo, marca e registro;
 - itinerário da viagem – origem, destino e pontos intermediários;
 - pontos de fronteira a serem utilizados – ida e volta;
 - data em que se efetuará a viagem – ida e volta.

Obs.:1 - o documento citado deverá ser conservado durante todo o itinerário, devendo ser apresentado às autoridades de fronteira juntamente com a lista de passageiros.

Obs.:2 - a licença/autorização não necessitará de complementação por parte das autoridades de transporte dos demais países.

- cópia autenticada da apólice do Seguro de Responsabilidade Civil do Transportador Rodoviário em Viagem Internacional;
- certificado de inspeção técnica veicular expedido por qualquer país signatário do ATIT (Temporariamente suspenso).

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO X
Resolução CONTRAN nº 216, de 14 de dezembro de 2006

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

**MINISTÉRIO DAS CIDADES
CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO**

RESOLUÇÃO N° 216 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

Fixa exigências sobre condições de segurança e visibilidade dos condutores em pára-brisas em veículos automotores, para fins de circulação nas vias públicas.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, usando a competência que lhe confere o inciso I do Artigo 12 da Lei 9503 de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro – CTB e conforme o Decreto N° 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito, e

Considerando que a regulamentação da matéria contribuirá para a unificação de entendimento no âmbito dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito – SNT, para fins de inspeção e fiscalização;

Considerando que os requisitos estabelecidos nas Normas Brasileiras da ABNT objetivam fixar condições de segurança e requisitos mínimos para vidros de segurança instalados em veículos automotores, reduzir os riscos de lesões aos seus ocupantes e assegurar visibilidade condutores de veículos, resolve:

Art. 1º. Fixar requisitos técnicos e estabelecer exigências sobre as condições de segurança dos pára-brisas de veículos automotores e de visibilidade do condutor para fins de circulação nas vias públicas.

Art. 2º Para efeito desta Resolução, as trincas e fraturas de configuração circular são consideradas dano ao pára-brisa.

Art. 3º Na área crítica de visão do condutor e em uma faixa periférica de 2,5 centímetros de largura das bordas externas do pára-brisa não devem existir trincas e fraturas de configuração circular, e não podem ser recuperadas.

Art. 4º Nos pára-brisas dos ônibus, microônibus e caminhões, a área crítica de visão do condutor conforme figura ilustrativa do anexo desta resolução é aquela situada a esquerda do veículo determinada por um retângulo de 50 centímetros de altura por 40 centímetros de largura, cujo eixo de simetria vertical é demarcado pela projeção da linha de centro do volante de direção, paralela à linha de centro do veículo, cuja base coincide com a linha tangente do ponto mais alto do volante.

Parágrafo único. Nos pára-brisas dos veículos de que trata o caput deste artigo, são permitidos no máximo três danos, exceto nas regiões definidas no art. 3º, respeitados os seguintes limites:

I – Trinca não superior a 20 centímetros de comprimento;

II – Fratura de configuração circular não superior a 4 centímetros de diâmetro.

Art. 5º. Nos demais veículos automotores, a área crítica de visão do condutor é a metade esquerda da região de varredura das palhetas do limpador de pára-brisa.

Parágrafo único. Nos pára-brisas dos veículos de que trata o caput deste artigo, são permitidos no máximo dois danos, exceto nas regiões definidas no art. 3º, respeitando os seguintes limites:

I – Trinca não superior a 10 centímetros de comprimento;

II – Fratura de configuração circular não superior a 4 centímetros de diâmetro.

Art. 6º. O descumprimento do disposto nesta Resolução sujeita o infrator às sanções previstas no artigo 230, inciso XVIII c/c o artigo 270, § 2º, do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

Alfredo Peres da Silva - Presidente

José Antonio Silvério - Ministério da Ciência e Tecnologia – Suplente

Rodrigo Lamego de Teixeira Soares - Ministério da Educação – Titular

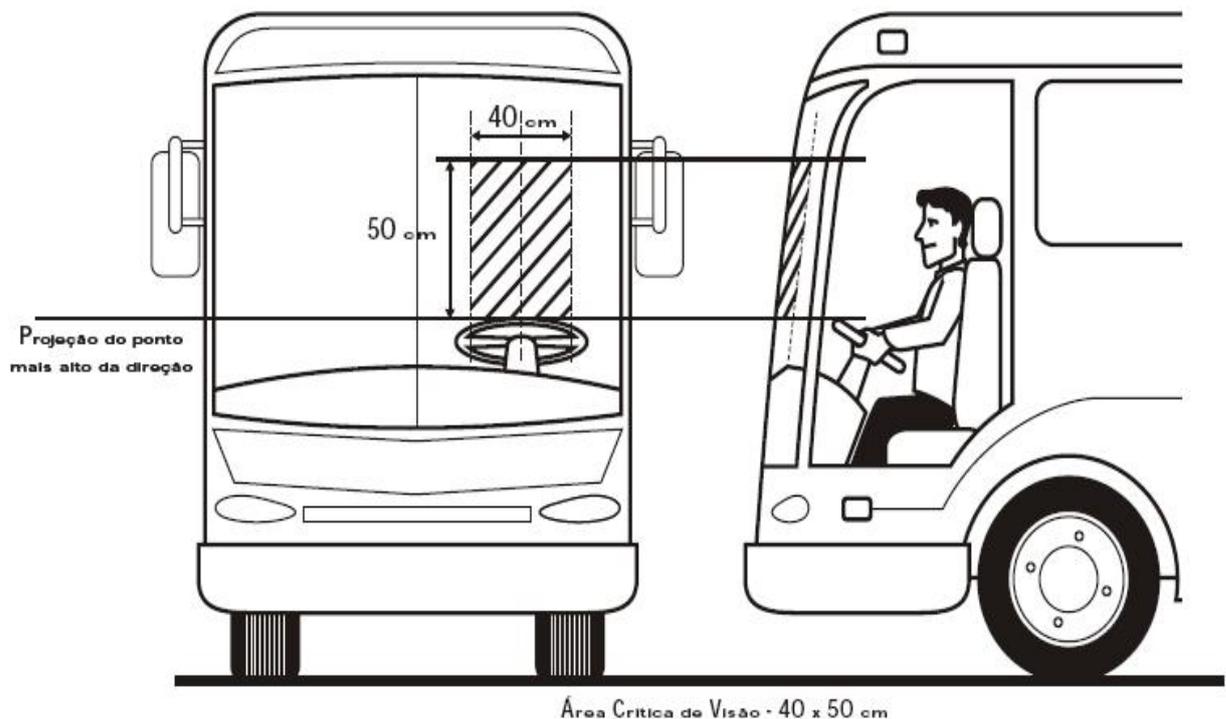
Fernando Marques de Freitas - Ministério da Defesa – Suplente

Carlos Alberto Ferreira dos Santos - Ministério do Meio Ambiente – Suplente

Edson Dias Gonçalves - Ministérios dos Transportes – Titular.

ANEXO

ÁREA CRÍTICA DE VISÃO DO CONDUTOR



Nota - Para a identificação do retângulo de 40x 50 cm o Agente poderá valer-se de um gabarito com as referidas dimensões, feito em papel, plástico, madeira ou metal, com uma indicação em sua parte central, a qual posicionada no nível superior do volante da direção, na posição central, possibilitará a identificação precisa da área crítica de visão do condutor.

ATA DA V REUNIÃO BILATERAL BRASIL – PERU, DOS ORGANISMOS NACIONAIS
COMPETENTES DE APLICAÇÃO DO ACORDO SOBRE TRANSPORTE INTERNACIONAL
TERRESTRE – ATIT.

Rio Branco, 20 a 22 de agosto de 2008.

ANEXO XI
Decreto Supremo 19-2008-RE

Ratifican el "Convenio entre el Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para Evitar la Doble Tributación y para Prevenir la Evasión Fiscal en relación con el Impuesto a la Renta"

**DECRETO SUPREMO
Nº 019-2008-RE**

EL PRESIDENTE CONSTITUCIONAL
DE LA REPÚBLICA

CONSIDERANDO:

Que, el "Convenio entre el Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para Evitar la Doble Tributación y para Prevenir la Evasión Fiscal en relación con el Impuesto a la Renta", fue suscrito el 17 de febrero de 2006, en la ciudad de Lima, República del Perú y aprobado mediante Resolución Legislativa Nº 29233 de 21 de mayo de 2008;

Que es conveniente a los intereses del Perú la ratificación del citado instrumento internacional;

De conformidad con lo dispuesto en los artículos 56º y 118º inciso 11 de la Constitución Política del Perú y el artículo 2º de la Ley Nº 26647;

DECRETA:

Artículo Único.-Ratificase el "Convenio entre el Gobierno de la República del Perú y el Gobierno de la República Federativa del Brasil para Evitar la Doble Tributación y para Prevenir la Evasión Fiscal en relación con el Impuesto a la Renta", suscrito el 17 de febrero de 2006, en la ciudad de Lima, República del Perú y aprobado mediante Resolución Legislativa Nº 29233 de 21 de mayo de 2008.

Dado en la Casa de Gobierno, en Lima, a los cinco días del mes de junio del año dos mil ocho.

ALAN GARCÍA PÉREZ
Presidente Constitucional de la República

JOSÉ ANTONIO GARCÍA BELAÚNDE
Ministro de Relaciones Exteriores

209692-8

Dan por terminadas funciones de Cónsul encargado del Consulado General del Perú en Leticia, República de Colombia

**RESOLUCIÓN SUPREMA
Nº 150-2008-RE**

Lima, 5 de junio de 2008

Vista la Resolución Suprema Nº 136-2003-RE, de 2 de junio de 2003, que nombró Cónsul encargado del Consulado General del Perú en Leticia, República de Colombia, al Segundo Secretario en el Servicio Diplomático de la República Armando Martín Ludeña López;

Vista la Resolución Ministerial Nº 0525-RE, de 11 de junio de 2003, que fijó el 1 de agosto de 2003, como la fecha en que el citado funcionario diplomático debió asumir funciones como Cónsul encargado del Consulado General del Perú en Leticia, República de Colombia;

CONSIDERANDO:

Que, los miembros del Servicio Diplomático de la República que se encuentran desempeñando funciones en el exterior y que fueron nombrados al amparo del Decreto Legislativo Nº 894, prestan servicios alternados de tres años en la Cancillería y de cinco años en el Servicio Exterior. Dichos períodos podrán ser reducidos o ampliados excepcionalmente, por necesidades del Servicio;

De conformidad con los artículos 7º y 13º inciso a) de la Ley Nº 28091, Ley del Servicio Diplomático de República; y los artículos 62º, 185º inciso c), 187º y 189º inciso b) del Reglamento de la Ley del Servicio Diplomático de la

República, aprobado mediante el Decreto Supremo Nº 130-2003-RE;

SE RESUELVE:

Artículo 1º.- Dar por terminadas las funciones del Segundo Secretario en el Servicio Diplomático de la República Armando Martín Ludeña López, como Cónsul encargado del Consulado General del Perú en Leticia, República de Colombia, con fecha 17 de junio de 2008.

Artículo 2º.- El citado funcionario diplomático, deberá asumir funciones de su categoría en Cancillería, el 18 de junio de 2008.

Artículo 3º.- Cancelar las Letras Patentes correspondientes.

Artículo 4º - Aplicar el egreso que irrogue la presente Resolución a las partidas correspondientes del Pliego Presupuestal del Ministerio de Relaciones Exteriores.

Regístrese, comuníquese y publíquese.

ALAN GARCÍA PÉREZ
Presidente Constitucional de la República

JOSÉ ANTONIO GARCÍA BELAÚNDE
Ministro de Relaciones Exteriores

209692-23

Nombran Cónsul Honorario del Perú en la ciudad de San Petersburgo, Federación de Rusia

**RESOLUCIÓN SUPREMA
Nº 151-2008-RE**

Lima, 5 de junio de 2008

Visto el Decreto Supremo Nº 013-2008-RE, del 12 de abril de 2008, mediante el cual se crea el Consulado del Perú en San Petersburgo, Federación de Rusia, a cargo de un funcionario consular honorario, con circunscripción en la ciudad de San Petersburgo, en la República de Karelia, y en las regiones de Vologda, Leningrado, Murmansk, Nóvgorod, Pskov y Arjánguelsk;

Vista la opinión favorable de la Embajada del Perú en Moscú, Federación de Rusia, en el sentido que los señores Igor Alexandrovich Sobolevsky y Alberto Flores Rosas, reúnen las condiciones apropiadas para ocupar el cargo de Cónsul y Vicecónsul Honorario del Perú en la ciudad de San Petersburgo, respectivamente;

Visto el mensaje Nº 167, del 4 de marzo de 2008, mediante el cual la Embajada del Perú en Moscú remitió copia de la Nota Nº 8058/kd con la que el Ministerio de Relaciones Exteriores de la Federación de Rusia brindó su conformidad para el nombramiento de los señores Igor Alexandrovich Sobolevsky y Alberto Flores Rosas como Cónsul y Vicecónsul Honorario del Perú en San Petersburgo, respectivamente;

Con la opinión favorable de la Subsecretaría de Comunidades Peruanas en el Exterior del Ministerio de Relaciones Exteriores y de la Embajada del Perú en Moscú, Federación de Rusia;

De conformidad con lo dispuesto en el artículo 118º inciso 11) de la Constitución Política del Perú; en los artículos 106º, 107º y 108º del Reglamento Consular del Perú, aprobado mediante Decreto Supremo Nº 076-2005-RE del 5 de octubre de 2005; así como en la Convención de Viena sobre Relaciones Consulares de 1963; y,

Estando a lo acordado;

SE RESUELVE:

Artículo 1.- Nombrar Cónsul Honorario del Perú en la ciudad de San Petersburgo, Federación de Rusia, al señor Igor Alexandrovich Sobolevsky.

Artículo 2.- Nombrar Vicecónsul Honorario del Perú en la ciudad de San Petersburgo, Federación de Rusia, al señor Alberto Flores Rosas.

Artículo 3.- Extenderles las Letras Patentes correspondientes.

Regístrese, comuníquese y publíquese.

ALAN GARCÍA PÉREZ
Presidente Constitucional de la República

JOSÉ ANTONIO GARCÍA BELAÚNDE
Ministro de Relaciones Exteriores

209692-24